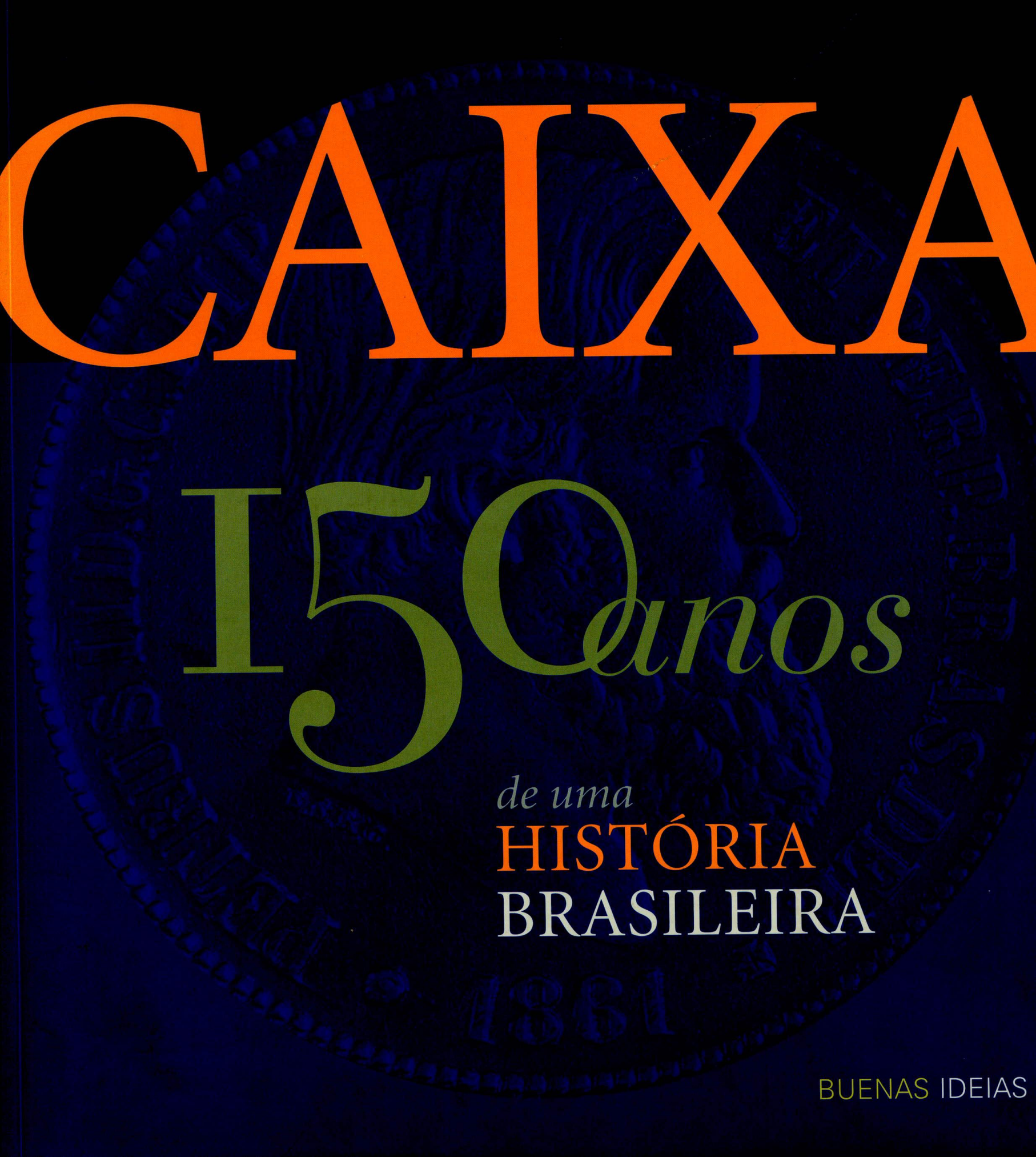
CAIXA

150 *anos*

de uma
HISTÓRIA
BRASILEIRA



BUENAS IDEIAS

CAIXA: 150 *anos*

de uma HISTÓRIA BRASILEIRA



Eduardo Bueno

CAIXA: 150 *anos*

de uma HISTÓRIA BRASILEIRA

BUENAS IDEIAS

Governo Federal

Presidente
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente
José Alencar Gomes da Silva

Ministro da Fazenda
Guido Mantega

Caixa Econômica Federal

Conselho de Administração

Presidente
Nelson Machado

Vice-Presidente
Maria Fernanda Ramos Coelho

Conselheiros
Alexandra Reschke
Ricardo Soriano de Alencar
Manoel Joaquim de Carvalho Filho
Paulo Fontoura Valle
Marden de Melo Barboza

Conselho Fiscal

Titular-Presidente
José Mauro Gomes

Suplente
Quênio Cerqueira de França

Titulares
Adriano Pereira de Paula
Liana do Rego Motta Veloso
Luiz Roberto Biora
Paulo Henrique Feijó da Silva

Suplentes
Leopoldo Araújo Rodrigues
André de Sosa Vérri
Igor Montezuma
Ronise Pereira Lopes

Conselho Diretor

Presidente
Maria Fernanda Ramos Coelho

Vice-Presidência de Controle e Risco – VICOR
Marcos Roberto Vasconcelos

Vice-Presidência de Finanças – VIFIN
Márcio Percival Alves Pinto

Vice-Presidência de Atendimento e Distribuição – VIGAT
Carlos Augusto Borges

Vice-Presidência de Governo – VIGOV
Jorge Fontes Hereda

Vice-Presidência de Logística – VILOG
Sérgio Pinheiro Rodrigues

Vice-Presidência de Gestão de Pessoas – VIPES
Édilo Ricardo Valadares

Vice-Presidência de Pessoa Física – VIPFI
Fábio Lenza

Vice-Presidência de Pessoa Jurídica – VIPJU
Carlos Antonio de Brito

Vice-Presidência de Tecnologia da Informação – VITEC
Clarice Coppetti

Vice-presidentes Segregados

Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias – VIFUG
Joaquim Lima de Oliveira

Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros – VITER
Bolívar Tarragó Moura Neto

Comitê de Auditoria

Presidente
Adilson Rodrigues Ferreira

Membros
João Acir Verle
José Carlos Monteiro Medeiros

Membro Suplente
José Francisco Ribeiro Filho

Apresentação

UM SÉCULO E MEIO DE HISTÓRIA

Uma instituição, em qualquer tempo ou lugar, somente cumpre sua missão quando ajuda a mudar para melhor a vida das pessoas. Muito além de programas e metas, é o dia a dia que consolida um trabalho e revela o quanto ele é capaz de fazer a diferença. Raras empresas logram alcançar tal êxito por um largo período de tempo. Por isso, ao completar 150 anos como uma presença constante na vida de milhões de pessoas, fazendo a diferença para cada uma delas e para o país, a Caixa é um motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Orgulho que é ainda maior entre as dezenas de milhares de economiários que, desde 1861, vêm abrindo as portas da Caixa todas as manhãs para oferecer à população muito mais do que simples produtos e serviços típicos de uma instituição bancária, mas também valores tão intangíveis quanto essenciais: a materialização do sonho da casa própria, a possibilidade de se tornar um milionário das Loterias, a concretização dos planos de expansão de empresas de todos os portes, a aquisição de bens por meio de consórcio, a segurança de fazer uma previdência privada ou de guardar as economias na poupança para dela se prover em tempos difíceis ou, quem sabe, conquistar algum anseio longamente acalentado.

A Caixa é hoje o maior banco público da América Latina, conta com um corpo de 85 mil funcionários e está presente em todos os 5.561 municípios brasileiros por meio de mais de duas mil agências e 17 mil pontos de atendimento. Ainda que amplamente expressivos, esses seriam apenas números frios, não fossem igualmente grandes seu impacto e sua importância na vida dos brasileiros e na vida da nação. Não são apenas os clientes da Caixa que se beneficiam com suas ações, mas toda a população do país, uma vez que a instituição financia e gerencia programas habitacionais e obras de saneamento, administra o FGTS e as Loterias, patrocina o esporte, a cultura e iniciativas de responsabilidade socioambiental.

Este livro procura resgatar os primeiros 150 anos da Caixa. Um dos principais méritos da obra que celebra o sesquicentenário é revelar o quanto a trajetória da Caixa sempre esteve entrelaçada com a trajetória do país, fazendo dela a instituição bancária mais querida e popular do Brasil. Mais do que uma narrativa histórica, trata-se de um tributo aos homens e mulheres – tanto funcionários quanto clientes – que, desde os tempos do Império, vêm ajudando a construir esta nação.

Caixa

Caixa: 150 Anos de Uma História Brasileira
© 2010 Divulgadora Buenas Idéias Ltda.

Concepção e Edição
Eduardo Bueno

Coordenação de Produção
Fernando Bueno

Textos
Eduardo Bueno
Eliziário Goulart Rocha

Editor Assistente
Eliziário Goulart Rocha

Revisão
Renato Deitos

Design e Direção de Arte
Ana Adams

Assistente de Arte e Diagramação
Fernanda Barroso

Fotografia
Fernando Bueno
(salvo onde os créditos indicarem outro fotógrafo)

Assistente de Produção
Liliana Reid

Impressão e Acabamento
Gráfica Pallotti

Buenas Idéias é marca fantasia da Divulgadora Bueno & Bueno Ltda.
Rua Mariante, 200, sala 9, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, 90430-180
Tel/Fax: + 51 3084-0215. E-mail: buenasideias@terra.com.br

CRÉDITO DA CAPA
Manipulação eletrônica sobre a imagem da moeda original de 40 réis, em bronze, de 1875.
Foto Dudu Contursi

P. 2 – A CAIXA
Réplica da arca de madeira do século 19 que teria sido usada para guardar os primeiros depósitos confiados à Caixa Econômica da Corte, em 1861.
Museu da Caixa, Brasília

P. 8 – TRABALHO COLETIVO
Abelhas numa colmeia – símbolo de previdência e poupança –, decoram a porta de um dos elevadores da agência da Caixa na praça da Sé, em São Paulo.

Prefácio

CAIXA DE MUITAS HISTÓRIAS

Em um país com pouco mais de 500 anos de história oficial, independente há menos de 200 e com apenas 121 anos de vida republicana, não restam dúvidas de que um século e meio configura um longo tempo. Não chega a ser surpresa, portanto, que, no momento em que completa 150 anos de existência, a Caixa revele uma trajetória intensamente ligada à história do Brasil. Fundada nos tempos do Império e da escravidão, a Caixa assistiu ao final de ambas as instituições – e colaborou decisivamente para a derrocada da última. Rapidamente adequada aos tempos republicanos, a Caixa sempre se manteve em conexão com os avanços e os desafios enfrentados pelo país e ajudou a concretizar o processo de plena democratização da nação.

O livro que o leitor tem em mãos é uma espécie de biografia do maior banco público da América Latina, feito com a ajuda de Machado de Assis, Lima Barreto, Mário e Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Djanira, Mario Quintana – cujas vidas, como as de tantos milhões de brasileiros, misturam-se à vida da instituição criada para ser "o cofre seguro das classes menos favorecidas" e que, 150 anos depois, veio a se tornar muito mais do que isso.

Publicada pela primeira vez em 2002, a obra ressurge agora, totalmente revista e ampliada, com o propósito de celebrar o sesquicentenário de um banco que, através das loterias, do sonho da casa própria, da administração dos recursos do FGTS e dos investimentos maciços em saneamento básico e infraestrutura urbana, de fato se relaciona com toda a população brasileira. Muito mais do que a história de uma instituição financeira, aqui está um mergulho numa história genuinamente brasileira no momento em que ela completa seus primeiros 150 anos.

Eduardo Bueno



Parte I A HISTÓRIA

Caixa Imperial 13
1860 ▪ 1889

Caixa na República Velha 71
1889 ▪ 1930

Caixa na Era Vargas 113
1930 ▪ 1954

Caixa da Unificação 143
1954 ▪ 1984

Caixa na Redemocratização 167
1985 ▪ 2002

Caixa no Século 21 177

Parte II OS SERVIÇOS

Poupança 189

Penhor 207

Casa Própria 219

FGTS 235

Loterias 241

Parte III OS PATRIMÔNIOS

Patrimônio Artístico 265

Caixa Cultural 275

Patrocínios 293

Economiários 305

Decreto N.º 2723 de 12 de Janeiro de 1861

Autorisa a creação de uma Caixa Economica e um Monte de Soccorro nesta Côrte, e approva os respectivos Regulamentos.

ARCHIVO PUBLICO NACIONAL

Hei por bem Autorisar a creação de uma Caixa Economica e um Monte de Soccorro nesta Côrte, que se regerão pelos Regulamentos, que com este baixão, promptos pela Commissão encarregada de sua organisação, observando-se as seguintes disposições:

1ª As operações dos referidos Estabelecimentos deverão principiar dentro de seis mezes contados da data do presente Regulamento.

2ª O Capital necessario para o começo das operações do Monte de Soccorro não poderá ser menor

Parte I

A História


IMPERIO
CINCO
5
CINCO
5
CINCO
American Bank Note Co. New York

Caixa Imperial

1860 . 1889

Após uma série de debates que inflamaram a Câmara e o Senado – gerando, segundo o *Jornal do Commercio*, "excessos lamentáveis, de que não há exemplos nem nos anos mais tempestuosos de nossa história política" –, o imperador D. Pedro II pôde enfim promulgar, em 22 de agosto de 1860, a Lei nº 1.083, que a Assembleia aprovara (por 70 votos a 21) nas tumultuadas sessões dos dias 6, 7 e 8 daquele mês. De acordo com o cabeçalho, a lei continha em seus oito artigos *Providências sobre os bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades*. Mas estava destinada a passar à história com um nome mais simples e revelador – o nome com o qual os próprios idealizadores se referiam a ela: Lei dos Entraves.

Apesar de pouco conhecida fora dos meios acadêmicos, a Lei dos Entraves constitui um marco na história econômica do Brasil, simplesmente porque iria reger a política monetária da nação pelos 30 anos seguintes. Que seus efeitos tenham sido duradouros não é tema que desperte controvérsia: na verdade, esse parece ser o único ponto sobre o qual concordam tanto seus críticos quanto seus defensores. A polêmica é mais grave e mais complexa: gira em torno dos efeitos que a Lei nº 1.083 viria a ter no desenvolvimento do país.

Redigida pelo então ministro da Fazenda, o baiano Ângelo Muniz da Silva Ferraz (1812-1867), futuro barão de Uruguaiana, a Lei dos Entraves trazia, entre suas várias determinações, a primeira menção oficial à criação das Caixas Econômicas no Brasil. E, mesmo que para o surgimento da instituição ainda fosse necessária a publicação de um novo decreto (assinado cinco meses depois), não restam dúvidas de que a semente da Caixa foi plantada pela Lei dos Entraves. Talvez por isso as radicais determinações de Silva Ferraz tenham sido invariavelmente saudadas pelos autores que se dedicaram a escrever a história da Caixa no Brasil – em sua maioria economiários.

O depoimento de Jeronymo de Castilho é, nesse sentido, dos mais eloquentes. Em seu livro *Coisas da Velha Caixa*, publicado em 1983, Castilho – que entrou na Caixa Econômica como datilógrafo em 1922 e saiu dela presidente em 1964 – afirma que a lei de 22 de agosto de 1860 foi instituída basicamente para "combater os juros escorchantes e inapeláveis" cobrados pelos "exploradores da miséria alheia": os "agiotas e casas de agiotagem" do Rio de Janeiro (e de outras cidades e províncias do Império), que aceitavam penhores e emprestavam dinheiro a crédito.

Carlos Alfredo Simch, em seu bem documentado *Jubileu de Diamante da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul*, publicado em maio de 1950, é ainda mais taxativo. De acordo



VISCONDE DE ITABORAÍ
Ministro conservador e um dos principais integrantes da "tropa de choque" de D. Pedro II no Congresso Nacional.
Litogravura de S.A. Sisson, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

P. 10 – O DECRETO INAUGURAL
Original do documento que criou a Caixa Econômica da Corte, assinado em 12 de janeiro de 1861.
Arquivo Nacional, Reprodução Studio H, Rio de Janeiro

P. 11 – IMAGEM DE FUNDO – AVAL IMPERIAL
Rubrica de D. Pedro II no decreto que criou a Caixa Econômica da Corte.
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

P. 12 – D. PEDRO II
Reprodução parcial de uma cédula de cinco mil réis ilustrada com o rosto do imperador.
Museu de Valores do Banco Central do Brasil

com o então diretor da Caixa gaúcha, a Lei dos Entraves nasceu para enfrentar "a dissolvente subversão dos costumes que vogavam entre os pregões da Bolsa, violentando as fronteiras da decência". O ministro Ferraz teria, portanto, agido em nome do imperador, que estava "assustado (...) e instruído dos escândalos que a agiotagem cometia e da necessidade de opor-lhe paradeiro". Tal opinião é compartilhada por outros autores que se debruçaram sobre a história da Caixa, entre eles dois dos mais conhecidos: João Gualberto de Oliveira e De Plácido e Silva.

A Lei dos Entraves, porém, fez muito mais do que combater os agiotas e determinar a criação da Caixa Econômica. Ela surgiu basicamente para impedir a emissão de títulos e dinheiro sem lastro, uma vez que, a partir de então, todo o papel lançado por um banco precisaria ter equivalente metálico – ou seja, ouro – para garanti-lo. A despeito da lógica de suas motivações, a Lei dos Entraves na verdade tinha um objetivo mais complexo: acabar com os bancos particulares, que, desde agosto de 1857, vinham emitindo cada vez mais notas, bilhetes e títulos. Essa emissão provocara um nefasto surto especulativo, mas também gerara uma movimentação sem precedentes no incipiente mercado financeiro do Império.

Na prática, tratava-se de uma lei a favor do monopólio bancário, concedido, a partir de então, exclusivamente ao Banco do Brasil. Era também uma lei criada para frear (virtualmente impedir) o surgimento de sociedades anônimas, estabelecendo, na opinião de alguns deputados, banqueiros e comerciantes da época, "o mais perfeito instrumento para matar o espírito de associação e a própria iniciativa individual". Tal atitude supostamente afastaria o país do "perigo da anarquia bancária e da superabundância dos papéis", pelo menos de acordo com as palavras do então presidente do Banco do Brasil, o visconde de Itaboraí, que, aliás, estava destinado a ser também o primeiro presidente da Caixa Econômica da Corte.

O mais ruidoso opositor da Lei nº 1.083 era o barão de Mauá (1813-1889). Nada mais natural: afinal, de certa forma, a Lei dos Entraves fora planejada justamente para *travar* o avanço de Mauá. Maior empresário privado do país, dono de um conglomerado de 17 empresas cujos ativos eram superiores a 115 mil contos de réis (enquanto a receita do Império mal ultrapassava os 64 mil contos), Mauá era francamente favorável a uma economia desestatizada, vibrante e volátil. O barão defendia uma economia "papelista", sendo contrário à rígida posição de contenção, ortodoxa e "metalista", do governo imperial, que apostava no padrão-ouro, posição já à época considerada retrógrada pelos liberais.

Embora os principais defensores da Lei dos Entraves fossem o ministro Ângelo Muniz da Silva Ferraz e seu antecessor na pasta da Fazenda, o visconde de Itaboraí, ambos contumazes inimigos de Mauá, eles não agiram apenas em nome das próprias convicções: como os mais efetivos membros da "tropa de choque" do imperador no Congresso, Ferraz e Itaboraí cumpriam ordens. Afinal, mesmo que gostasse de alimentar a versão segundo a qual, no Brasil, ele só governava duas coisas ("minha casa e o Colégio Pedro II"), D. Pedro influía profunda e decisivamente nos destinos do país.

Apesar de serem os homens mais ricos do Brasil, e vizinhos, D. Pedro II (1825-1891) e Mauá tinham pouco em comum, além do endereço na mesma rua. No fundo, eram opositores em quase tudo. O imperador não via o empresário com bons olhos: "Não lhe admirava as ousadias, nem lhe perdoava certa altaneria no trato", conforme o diagnóstico de Benedito Ribeiro e Mário Guimarães em *História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil.*

A atitude era compreensível. Pois, enquanto D. Pedro II (compartilhando a tese de Ferraz e Itaboraí) imaginava a nação como uma espécie de "sólida fazenda de café, com sua sede imponente, a escravaria disciplinada, a cultura perene, o trabalho para as gerações e a imutabilidade dos ciclos de produção", nas palavras de Jorge Caldeira, Mauá esforçava-se para conectar o Brasil de 1860 com a era industrial, com os humores flutuantes do mercado e com o inexorável avanço do capitalismo internacional. Um vislumbrava o futuro, o outro estava atrelado ao passado. Ainda assim, como se verá, logo ambos estariam reunidos em torno de uma causa em comum: a fundação da Caixa Econômica.

Com efeito, por uma dessas ironias da história, em 12 de janeiro de 1861, Mauá e o imperador entrelaçaram seus destinos, devido justamente a um dos tantos desdobramentos da Lei dos Entraves (aprovada menos de cinco meses antes). Em seu artigo 2º, nos parágrafos 14 a 22, a lei previa a criação das Caixas Econômicas do Império. E, como o parágrafo 14 determinava que as instituições fossem "dirigidas e administradas *gratuitamente* por diretores nomeados pelo governo" – escolhidos dentre os mais destacados membros da elite financeira da nação –, o barão de Mauá acabou sendo eleito membro do Conselho Inspetor e Fiscal da Caixa da Corte, justamente em meio aos seus desafetos confessos.

A Caixa Econômica da Corte foi implantada oficialmente pelo Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861. Era um decreto pequeno e relativamente simples, com apenas 14 linhas e três disposições, rubricado pelo imperador e assinado por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, "membro do meu Conselho, senador do Império, presidente do Conselho de Ministros, secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional". É curioso perceber, observando o documento original, preservado no Arquivo Nacional, que a lista de cargos desempenhados por Ferraz ocupa quase o mesmo espaço dedicado ao decreto em si.

De acordo com pelo menos um autor – o já citado Jeronymo de Castilho –, Mauá não só atendeu ao chamado do imperador e do ministro como teve "participação das mais importantes e efetivas, por meio de debates em prol da instalação da Caixa e de alterações subsequentes em seu primitivo regulamento". É possível que assim tenha sido, embora Castilho não cite as fontes de tal informação, e o mais respeitado dos biógrafos de Mauá, o já citado escritor Jorge Caldeira (autor do *best-seller Mauá: Empresário do Império*, publicado em 1996), sequer mencione o episódio.

Tendo ou não "participação das mais importantes e efetivas" na fundação da Caixa, Mauá muito possivelmente era favorável a ela. Afinal, as Caixas tinham dado certo em vários países desde que a primeira delas fora fundada em Brunswick, na Alemanha, em 1765. A instituição se propunha a ser o banco dos pobres – "o cofre seguro das classes menos favorecidas", como diria anos depois o visconde do Rio Branco. E Mauá certamente via com bons olhos a ideia de incluir no sistema bancário um número crescente de brasileiros, cidadãos de um país ainda quase inteiramente dividido entre a casa-grande e a senzala.

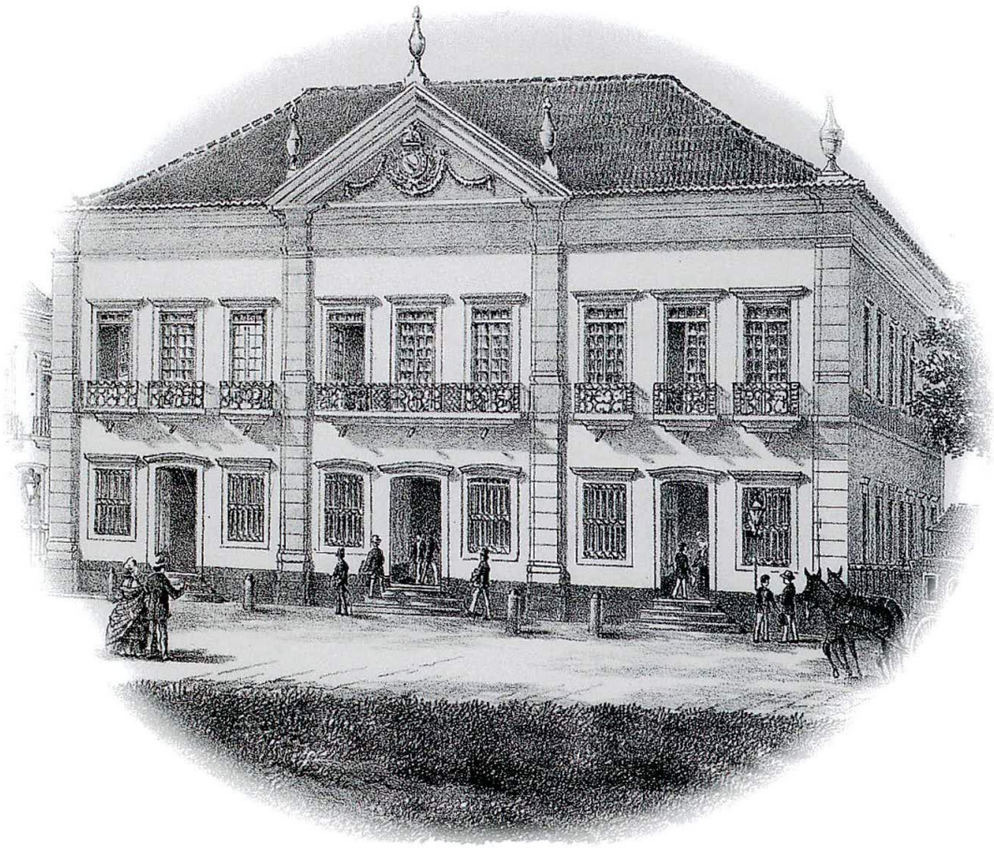
Mas, no terreno concreto dos fatos históricos, o certo é que o barão não participou das seis primeiras reuniões do Conselho da Caixa, todas elas realizadas em uma sala da Escola Nacional de Engenharia (antiga Escola Central), no largo de São Francisco, no Rio, entre março e junho de 1861. O primeiro encontro deu-se em 15 de março, e, mesmo que tenha sido notada, a ausência de Mauá com certeza não foi a mais sentida: naquele mesmo dia, o primeiro presidente da Caixa, o visconde de Itaboraí (1802-1872), não só não compareceu



BARÃO DE MAUÁ EM 1861

No ano em que ajudou a fundar a Caixa Econômica da Corte, Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá, estava com 47 anos e havia mais de 15 anos era o principal industrial e um dos homens mais ricos do Império. Armador, banqueiro, empresário e grande incentivador da indústria ferroviária, Mauá era contrário à escravatura e favorável ao jogo de trocas mercantis, lutando para conectar o Brasil com o ciclo já globalizado do capitalismo internacional. Em 1851, ele havia se tornado um dos maiores acionistas do Banco do Brasil, do qual se retirou em 1854 para fundar o Banco Mauá. Embora determinados relatos sobre a história da Caixa da Corte afirmem que o barão teve grande participação da elaboração de suas regras normativas, o fato é que ele se retirou do Conselho Fiscal da instituição cerca de quatro meses antes de a Caixa abrir suas portas no Rio.

A litografia acima foi feita por S.A. Sisson para a Galeria dos Representantes da Nação em 1861.
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



A PRIMEIRA SEDE, EMPRESTADA
Câmara do Senado, no Rio, em cujas dependências a Caixa da Corte iniciou suas operações, em gravura publicada no livro Brazil and the Brazilians, *dos reverendos James Fletcher e D. P. Kidder (Boston, 1866).*
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

ao encontro como enviou aos demais membros do Conselho a comunicação de que se afastava definitivamente do cargo.

Itaboraí não estava saindo apenas da presidência (e do Conselho) da Caixa: havia duas semanas ele deixara o governo, porque no dia 2 de março D. Pedro II derrubara o gabinete conservador, presidido por Ângelo Muniz Ferraz, substituindo-o por outro, também conservador, sob o comando do duque de Caxias. O período de grandes transformações na cúpula política da Corte parece ter causado reflexos instantâneos no Conselho da Caixa, que também se modificou bastante naqueles primeiros meses, com a saída de dois presidentes (Itaboraí e seu sucessor, Manoel Felizardo de Souza e Mello), um vice-presidente (o comendador José Antônio Pimenta Bueno) e três conselheiros (os viscondes de Ipanema e de Condeixas e o comerciante "grossista", ou de vendas por atacado, Militão Máximo de Sousa, futuro barão de Andaraí e primeiro a ser nomeado presidente da Caixa após a proclamação da República).

A 21 de junho, foi a vez de Mauá abandonar a Caixa – mais de quatro meses antes do início efetivo de suas operações. No entanto, por uma auspiciosa coincidência, naquele mesmo dia tomou posse, como membro do Conselho, Antonio Nicolau Tolentino (1810-1888), um dos mais eficientes burocratas do Segundo Reinado e que, como se verá, estava destinado a se tornar o mais ativo dos presidentes da Caixa ao longo de todo o período imperial, dirigindo a instituição por 13 anos, de 1875 a 1888.

A partir da posse de Tolentino no cargo de secretário, as reuniões do Conselho passaram a ser realizadas na mansão do banqueiro e financista Antônio José Alves Souto, localizada na rua Direita, um dos endereços mais cobiçados do Rio de Janeiro. Três anos depois, a quebra da Casa Souto, estabelecimento bancário de Alves Souto, arrastaria o Brasil para uma das mais profundas crises financeiras de sua história.

Ainda assim, a Caixa Econômica tem suas dívidas para com o comendador Alves Souto: além de ceder os aposentos de sua residência para cerca de dez reuniões do Conselho, foi ele quem providenciou a mobília da sala da Câmara dos Deputados, no prédio da Cadeia Velha (onde atualmente se ergue o Palácio Tiradentes), na rua da Misericórdia, na qual ficara decidido que a Caixa, na falta de local mais apropriado, iniciaria suas atividades.

A sala foi cedida por empréstimo – e com certa má vontade, como se pode supor pelos constantes pedidos da Câmara para que a peça fosse desocupada "assim que possível". No entanto, ali a Caixa ficaria por 16 longos anos, até que uma imponente sede própria fosse concluída, em janeiro de 1887, no número 25 da rua D. Manoel, também no coração do Rio de Janeiro.

É notável que a instituição, cujo início, tão modesto, se deu em uma sala emprestada a contragosto e na qual labutavam apenas seis funcionários (um tesoureiro, um guarda-livros, um leiloeiro, um porteiro, um contínuo e um servente), tenha crescido a ponto de se tornar, 150 anos depois, o maior banco público da América Latina e o terceiro maior banco comercial do Brasil, presente em todos os 5.561 municípios do país, com mais de 17 mil pontos de atendimento, cerca de 80 mil funcionários e quase 35 milhões de clientes.

Um século e meio após sua fundação, pode-se dizer que a Caixa se mantém fiel ao lema de ser "o cofre seguro das classes menos favorecidas". Tanto é que, entre 2007 e 2010, propiciou que mais de três milhões de pessoas ingressassem no sistema bancário por meio da conta Caixa Fácil, tida como a maior ação de inclusão bancária na história do Brasil. Mas a instituição não atende só seus clientes: vincula-se, na verdade, a todos os trabalhadores formais do Brasil, por meio do pagamento de FGTS, do PIS e do seguro-desemprego. Liga-se ainda à vida de milhões de brasileiros através das loterias e do financiamento da casa própria.

Além disso, ao priorizar setores como saneamento básico e infra-estrutura a Caixa exerce, em pleno século 21, um papel decisivo no desenvolvimento urbano e, como consequência, na promoção da justiça social. Responsável também pela gestão e execução do Bolsa-Família, um dos maiores programas de combate à pobreza em todo o mundo, a Caixa também ajudou a fazer com que milhões de brasileiros tivessem uma real melhoria de vida ao longo da última década.

É justo afirmar, portanto, que, 150 anos depois de sua fundação, a Caixa continua seguindo os princípios que nortearam sua criação.

A Caixa Econômica da Corte iniciou oficialmente suas operações às nove horas da manhã de uma segunda-feira, 4 de novembro de 1861 – dez meses após a assinatura do Decreto nº 2.723, embora este determinasse explicitamente em seu artigo 1º que "o referido estabelecimento deverá principiar dentro de seis meses, contados da data do presente regulamento". Durante aquele primeiro dia, dez pessoas compareceram ao prédio da Cadeia Velha para depositar suas parcas economias, num total de 190 mil-réis (190$000).

Nas cinco horas inaugurais (da abertura ao fechamento das portas, às duas horas da tarde), a Caixa exibiu algumas tendências que se consolidariam com o correr dos anos: em primeiro lugar, mostrou que de fato tinha surgido para ser "o banco dos pobres", uma vez que as quantias depositadas eram bastante modestas; segundo, das dez primeiras contas, quatro foram abertas por pais ou avós em nome de seus filhos ou netos – um hábito ainda em voga.

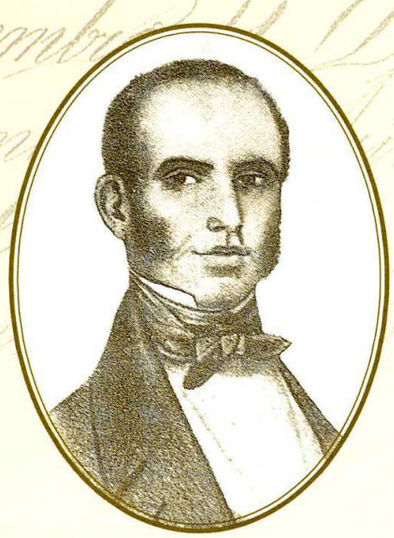
Em um país na época já marcado pela concentração de renda e pela exclusão social, por escândalos e por negociatas, é comovente observar os depósitos dos 50 clientes iniciais da Caixa da Corte ao longo de seus oito primeiros dias de atividade. As somas variaram entre dez mil (10$000) e 50 mil-réis (50$000), tendo havido o caso de uma cliente que depositou tão somente dois mil-réis (2$000). São valores quase irrisórios, quando se sabe que, naquele novembro de 1861, na sapataria da rua do Carmo, um par de botinas de couro custava oito mil-réis (8$000); que na Confeitaria do Leão, na rua do Ouvidor, um sorvete em forma de pirâmide não saía por menos de 320 réis ($320); e que, embora fosse possível almoçar por 600 réis ($600) em algum restaurante popular, uma boa refeição (sopa, bife, arroz com galinha, espinafre e doce de figo) não resultaria numa conta inferior a dois mil-réis.

Ao correr os olhos pela listagem dos 50 primeiros depositantes, repleta de Antônios, Josés, Joões e Joaquins, além de certa Maria Benedita, de Carlota, Emiliana e Adelaide, é como se o observador vislumbrasse, num instante, uma amostragem do universo brasileiro de então, muito além da frieza dos números e do anonimato silencioso e poeirento que insiste em se depositar sobre aquelas letras e quantias, como se fosse possível desvinculá-las de vidas reais, de aflições cotidianas, de anseios genuínos. De sonhos e de esperanças raramente concretizados em um país que era então, e segue sendo, tão injusto na distribuição da renda.

Tal sensação adquire dimensões ainda mais tangíveis quando, por um desses acasos afortunados, torna-se possível mergulhar na história dos sucessos e dos fracassos do primeiro homem que, naquela manhã de 4 de novembro, aos 55 anos de idade, quem sabe curvado e combalido, dirigiu-se à Cadeia Velha e lá se postou em frente ao guichê para depositar aqueles que talvez fossem os únicos dez mil-réis (10$000) que lograra amealhar em um pé-de-meia.

Sim, porque em meio a 49 outros nomes cujos rastros e traços biográficos se perderam na voragem dos dias, a trajetória do primeiro depositante da história da Caixa Econômica foi preservada para a história. Simplesmente porque Antônio Álvares Pereira Coruja, então morador da rua da Guarda Velha, zona central do Rio, não era um homem comum – e não foi pioneiro apenas na hora de entregar seu dinheiro à Caixa Econômica da Corte, como bem revela o pequeno ensaio redigido pelo professor Luís Augusto Fischer, gaúcho e literato como Coruja, cultor de sua obra e um dos grandes incentivadores da reedição do delicioso *Antigualhas*, como se chamam as crônicas escritas em 1888 por Antônio Álvares Pereira, republicadas em 1996 com notas de Sérgio da Costa Franco, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

O triste conto do Coruja



ACIMA – O JOVEM CORUJA, REVOLUCIONÁRIO FARROUPILHA
Gravura anônima do primeiro depositante da Caixa, no tempo em que ele ainda vivia em Porto Alegre.
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

IMAGEM DE FUNDO – O PRIMEIRO ERRO
Detalhe do livro de contas mostra que o nome do primeiro depositante foi grafado com erro, já que Antônio Álvares tornou-se Antônio "Alves".
Museu da Caixa, Brasília

P. 19 – O PRIMEIRO DEPOSITANTE
Litogravura de A. Pinho com o retrato de Coruja condecorado com a Ordem da Rosa (s.d.).
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

ABAIXO – A SÁBIA CORUJA
Ex-libris *de Antônio Álvares Pereira.*
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul



Primeiro depositante na Caixa, primeiro brasileiro a escrever uma gramática para ensino – e com o topete nacionalista de chamá-la Compêndio de Gramática da Língua Nacional, *e não "portuguesa" –, primeiro dialetologista do Brasil (autor de uma* Coleção de Vocábulos e Frases Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, *naturalmente sua terra natal), primeiro historiador gaúcho, certamente um dos primeiros professores a redigir livros didáticos no país, com um olho no ensino e outro no mercado, pioneiro no uso do Método Lancaster de "ensino mútuo". Não é pouco para uma mesma vida.*

Especialmente para um sujeito nascido em humildes condições, numa cidade ainda aldeã de uma colônia portuguesa. Antônio Álvares Pereira – o "Coruja" entra mais tarde nesta história – nasceu em 30 de agosto de 1806, em Porto Alegre, aglomeração de poucas décadas de vida e com cerca de seis mil almas. Era o tempo do Brasil Colônia, era sua província mais meridional (aquela que sustentava a fronteira com o império espanhol) e era a acanhada capital da província, pouco mais que um punhado de ruas, alguma administração e certa presença militar.

Seus modestos pais, Pedro José Álvares de Souza Guimarães e Felícia Maria da Silva, imaginavam para o filho a carreira eclesiástica, daí o esforço para que o menino tivesse boas letras, primeiro com certa Maria Josefa, dada como poetisa, e depois com um Antônio D'Ávila, popularmente conhecido como Amansa-Burros. Aprendeu a ajudar missa com o padre Sanhudo. A seguir, a partir de 1816, cursa latim com o padre Tomé Luís de Souza, de quem será sacristão e que parece ter descoberto no aluno a vocação para o magistério; depois ainda, a partir de 1821, vai estudar o que na época se chamava filosofia moral e racional (misto de filosofia, teologia e alguma matemática) com outro padre, João de Santa Bárbara. É certo que também aprendeu o francês e estudou canto na mesma altura, com colegas mais adiantados e mais velhos da aula de latim.

De seus colegas de classe, um alcançaria nomeada no país: tratava-se de certo órfão vocacionado para a pintura, de batismo chamado Manoel José D'Araújo, que quando saiu de Porto Alegre para estudar na Corte mudou seu nome para Manoel de Araújo Pitangueira por influência de um político local, extremado de nacionalismo antilusitano, como aconteceu muito no momento da independência. No Rio, as cartas de recomendação que levou não significaram nada, o que fez com que nosso Manoel, agora Pitangueira, procurasse a proteção do senador Soledade, gaúcho também, que o acolheu. Ocorre que o senador era opositor daquele Pitangueira, e tal foi motivo bastante para nosso Manoel passar a assinar com o nome pelo qual ficaria conhecido no futuro, Manoel de Araújo Porto Alegre, poeta, caricaturista de mão cheia e principalmente pintor, principal discípulo do grande Jean-Baptiste Debret (de quem pintou um retrato) e que seria agraciado pelo imperador com o título de barão de Santo Ângelo.

Isso e muito mais quem nos conta é o próprio Coruja, em uma série de reminiscências saborosas que ele chamou Antigualhas, *misto de crônica da*

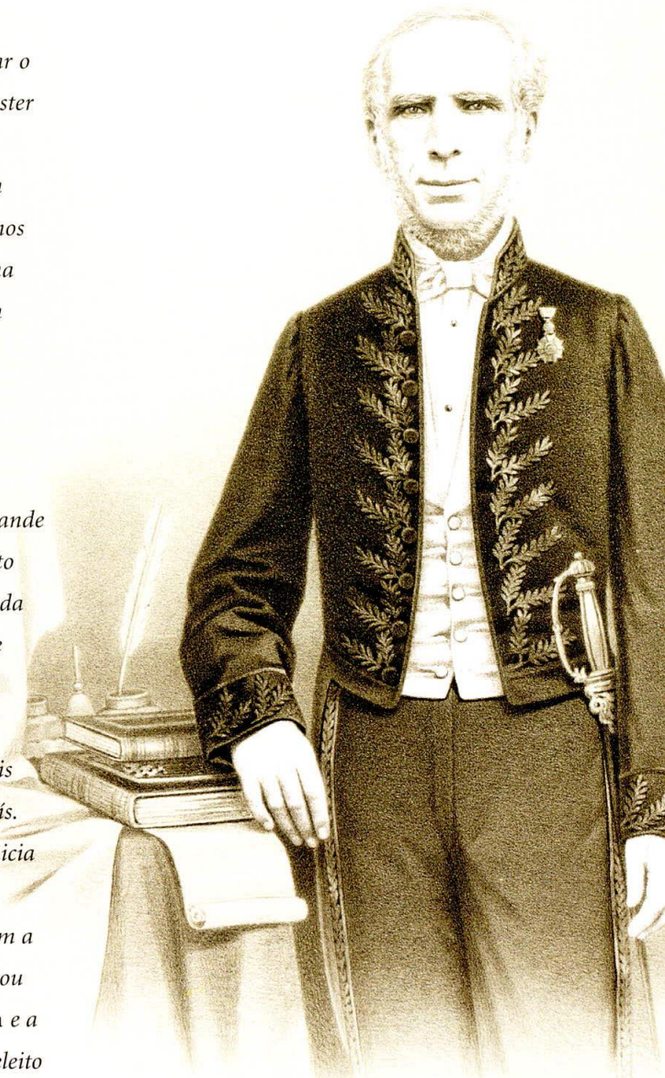
cidade natal, memórias pessoais e comentários bem-humorados sobre todo assunto. Conta, por exemplo, que na aula do padre Tomé recebeu o apelido que ele mesmo agregaria a seu nome, oficialmente, com o correr dos anos. O caso é que seus pais, para a ocasião da entrada de Antônio na prestigiosa aula de latim do padre, haviam mandado fazer-lhe uma roupa de pano simples, "cor de pele do diabo ou cor de burro quando foge"; entra o menino na sala, e um colega mais velho (partilhavam da mesma sala vários estágios de aprendizado) diz, em voz alta: "Olhem, parece mesmo uma coruja". Antônio era narigudo e feio.

Um século mais tarde, seus descendentes divulgariam a lenda de acordo com a qual o apelido havia surgido do fato de Antônio Pereira postar-se de madrugada sob a luz de lampiões, lendo na rua, devido à precariedade de seus aposentos no Rio de Janeiro. Mas a versão original evidentemente é mais confiável. E o que importa é que Antônio adotou o apelido, incorporando-o ao nome e usando uma coruja como seu ex-libris.

De todo modo, a carreira eclesiástica não prosperou, e já antes dos 20 anos vamos encontrar Coruja professor primário particular em Porto Alegre. Espírito curioso, solicitou ao governo provincial uma espécie de bolsa de estudos para ir ao Rio aprender a grande novidade pedagógica da época, o Método Lancaster. É atendido, passa dez meses na Corte e, nos começos de 1827, volta à sua cidade para abrir uma escola de primeiras letras regulada pelas ideias de Joseph Lancaster, pedagogo inglês (1778-1838) que desenvolveu um sistema de ensino massivo para países pobres (Simón Bolívar o convidou a ir à Venezuela, em 1825, onde Lancaster treinou vários professores).

Trata-se de um método segundo o qual um mesmo professor atende a várias dezenas de alunos dispostos em filas, cada uma encabeçada por uma espécie de monitor, que repassa os exercícios com os demais alunos daquele grupo. Assim é que um mesmo professor pode dar conta de várias e distintas etapas de aprendizado – com alguma superficialidade, muita memorização, pouca criatividade e sempre sob severa disciplina. A grande vantagem é oferecer um mínimo de conhecimento a muitos simultaneamente. Para dar uma ideia da força do método, basta dizer que, no Rio Grande do Sul, logo nos primeiros anos da República, as orientações deixadas por Coruja décadas antes foram seguidas de perto, originando um dos mais bem-sucedidos sistemas de ensino público no país.

Sua carreira docente só fazia prosperar – inicia como professor primário e em 1831 conquista a cátedra de latim no ensino público –, e começaram a surgir suas primeiras contribuições escritas. Militou no jornalismo provincial, escreveu sua Gramática *e a publicou em 1835, um ano depois de haver sido eleito suplente de deputado provincial. Nessa altura, casa com Catarina Lopes, que havia sido sua aluna e se tornara também professora pública. Em 1834, o casal adota um menino abandonado – "exposto", como se dizia na época, na abominável mas afinal eficiente "roda dos expostos" que havia em toda cidade brasileira, junto às Santas Casas –, que será batizado de Antônio Álvares Pereira Coruja Filho.*



Quem diz 1835 no Rio Grande do Sul está dizendo coisa grave. Como se sabe, é o ano da eclosão do movimento rebelde conhecido como Guerra dos Farrapos, também chamado de Revolução Farroupilha, intenso conflito armado que cinde ao meio a província, fundamentalmente em torno de uma única questão, encarada por dois ângulos: o tema era a economia pecuária e o charque, e as duas posições eram: uma, contra o modo como o governo central tratava a província, e a outra, a segunda, radicalmente contra o modo negligente como o governo central brasileiro tratava os criadores e charqueadores sulinos, que queriam privilégio de colocação de seu produto no mercado nacional, especialmente no Rio de Janeiro produtor de café, mas recebiam um tratamento duro, de vez que o governo abria as portas ao charque uruguaio, produzido de forma mais moderna (incluindo a máquina a vapor) e com resultado mais barato (no vizinho país a mão de obra era assalariada, e não escrava, o que faz toda a diferença numa economia sazonal como é a pecuária); essa posição radical foi à guerra e proclamou a República do Piratini por isso, ao passo que a outra posição, que era apenas contra, preferiu negociar.

Todo o conflito se desencadeou de uma questão menor, a posse de um novo governador, que vinha do centro do país e parecia apenas confirmar a subordinação da província. Daí por que uma parte da Assembleia resolveu postergar a posse. Nessa parte estava Coruja, que não era charqueador nem fazendeiro, mas professava fé liberal, nessa altura como deputado efetivo e logo depois primeiro-secretário da casa. Sua atuação política, de resto, não é muito clara, salvo por alguns projetos ligados ao mundo de ensino, com definições de diretrizes para escolas públicas e a sugestão do ensino mútuo.

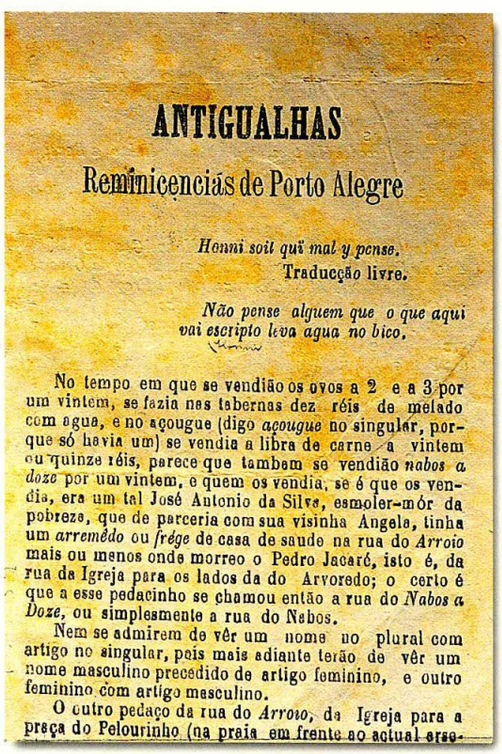
Um contemporâneo de Coruja diz que ele "viu-se envolvido" na rebelião, ao passo que outro afirma que nosso professor e gramático era um dos mais engajados oradores e agitadores do momento. De todo modo, é certo que, tão logo Porto Alegre foi retomada pelos chamados "imperialistas" ou "caramurus" – favoráveis ao entendimento com o governo central, opostos aos rebeldes "farroupilhas" –, ele foi preso e permaneceu alguns meses nessa condição.

Tudo sopesado, Coruja resolve mudar-se para o Rio de Janeiro no começo de 1837, para poder viver em paz, o que certamente não conseguiria em Porto Alegre, onde seria por muito tempo marcado por aquela opção política. (Uma fonte afirma que a viagem foi determinada à sua revelia.) Na Corte, passará o resto de sua longa vida – só viria a falecer em 1889 –, e sempre de maneira operosa. Já em 1839, depois de ser anistiado por decreto e de recobrar a posição de professor público, será sócio fundador do prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como ajudará a organizar outras associações, uma delas de vida longuíssima (tanto que ainda existe), a Sociedade Rio-Grandense Beneficente e Humanitária.

Mais ainda, em 1841 fundará a própria escola, o Liceu de Minerva, estabelecimento que chega a ter, nos anos seguintes, externato e internato, primeiras letras, preparatórios para todas as academias e universidades existentes e uma aula pública de filosofia, que parece ter tido alguma fama. Produz sua obra didática: sua Gramática, *de 1835, tem várias edições; em 1838, publica o* Manual dos Estudantes de Latim*; em 1848, sai a primeira edição de outra obra famosa, o* Compêndio de Ortografia da Língua Nacional*; e em 1850 sai a* Aritmética para Meninos. *Todas elas obras de larga circulação.*

O ano de 1856 marca o apogeu da trajetória ascendente do professor provinciano: publica a Coleção de Vocábulos e Frases Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, *edição feita em Londres, e transfere seu bem-sucedido colégio a outro professor. Mais de três décadas de docência terminavam aí. Mas sua atividade gregária permaneceria ainda por muito tempo.*

Daí por diante, porém, sua vida começa a conhecer tropeços. Três associações em que entra, ligadas ao mundo financeiro, consumirão suas economias, que não deveriam ser poucas. Em 1860, associa-se para fundar a Companhia de Seguros Feliz Lembrança, que só lhe trará lembranças infelizes, pois logo foi à falência. No ano seguinte, alquebrado, torna-se o primeiro depositante da Caixa. Em 1872, consorcia-se com certo capitalista em empreendimento bancário; e finalmente, em 1879, funda a Sociedade Glória



ANTIGUALHAS

Reminiscencias de Porto Alegre

Henni soit qui mal y pense.
Traducção livre.

Não pense alguem que o que aqui vai escripto leva agua no bico.

No tempo em que se vendião os ovos a 2 e a 3 por um vintem, se fazia nas tabernas dez réis de melado com agua, e no açougue (digo *açougue* no singular, porque só havia um) se vendia a libra de carne a vintem ou quinze réis, parece que tambem se vendião *nabos a doze* por um vintem, e quem os vendia, se é que os vendia, era um tal José Antonio da Silva, esmoler-mór da pobreza, que de parceria com sua visinha Angela, tinha um *arremêdo* ou *frége* de casa de saude na rua do *Arroio* mais ou menos onde morreo o Pedro Jacaré, isto é, da rua da Igreja para os lados da do Arvoredo; o certo é que a esse pedacinho se chamou então a rua do *Nabos a Doze*, ou simplesmente a rua do Nabos.

Nem se admirem de vêr um nome no plural com artigo no singular, pois mais adiante terão de vêr um nome masculino precedido de artigo feminino, e outro feminino com artigo masculino.

O outro pedaço da rua do *Arroio*, da Igreja para a praça do Pelourinho (na praia em frente ao actual erse-

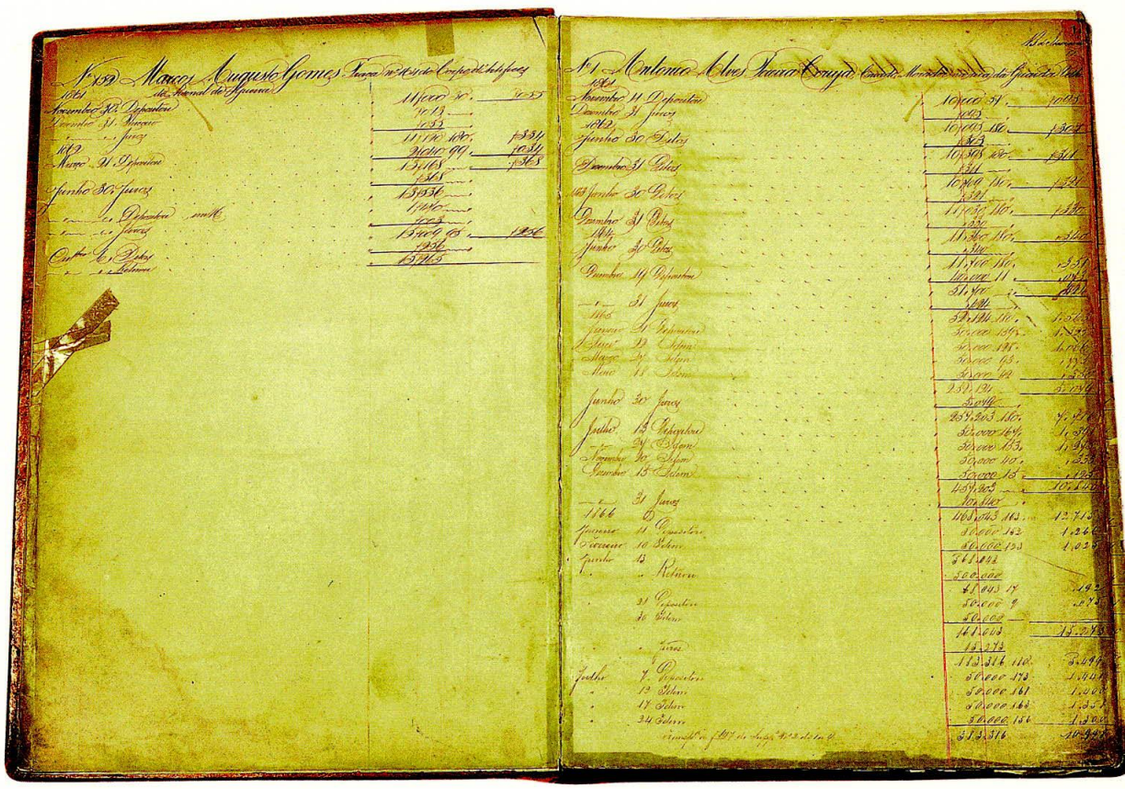
NABOS A DOZE

Fac-símile da primeira página de Antigualhas, *livro de Antônio Álvares Coruja sobre sua cidade natal.*
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

do Lavradio, instituição bancária também, e nada gloriosa, na qual o velho professor aposta todas as restantes economias. Tudo desanda; a última falência ocorre em 1880, quando Coruja conta já 74 anos. Aparentemente, foi traído por sua boa-fé, aliada à inexperiência em matéria bancária, e por amigos inescrupulosos. As garantias oferecidas pela Caixa não foram suficientes para salvá-lo.

Sobrava a família como refúgio, claro. Mas sua esposa vem a falecer em 1880, encerrando outro ciclo em sua vida. Pelo depoimento de contemporâneos, os dois mantiveram relação de grande companheirismo até o fim. No ano seguinte, já vivendo em casa do filho – o professor não ficou com nenhuma propriedade após aquelas aventuras malsucedidas –, faz publicar um conjunto de textos de memórias sobre sua cidade natal, as já mencionadas Antigualhas, *calorosa declaração de saudades e de amor por seu berço e por seu passado. O filho, graças ao empenho dos pais adotivos, tinha alcançado uma carreira de relativo sucesso como funcionário público no Rio de Janeiro.*

Até essa fase de relativa calma, porém, viria a acabar. Em 1888, morre Coruja Filho, mesmo ano em que o pai publica sua última obra destacada, o Ano Histórico Sul-Rio-Grandense, *coleção de fatos relevantes na história da província sulina organizada em forma de calendário. Chama a atenção a folha de rosto da publicação, feita no Rio pela "Typographia de José Dias de Oliveira, à rua do Ouvidor, 141": nela consta um rol de obras – livros, mas também folhas pautadas para caligrafia e apostilas de menor elaboração – que são vendidas em três livrarias, cujo endereço é mencionado, e na casa do autor. Mesmo considerando ser relativamente normal, à época, o anúncio de livros e publicações em geral, o aspecto da listagem dá a nítida impressão de urgência e necessidade. Como se o velho e agora falido professor precisasse muito de algum dinheiro para seus últimos dias.*



A PRIMEIRA POUPANÇA
Primeiro livro de contas da Caixa da Corte, aberto na página que mostra depósitos na caderneta de Antônio Álvares Pereira Coruja.
Museu da Caixa, Brasília

Dias que serão pavorosos. Após a morte do filho, Coruja não tem, literalmente, onde dormir. Havia entregue tudo aos credores e, para seu infortúnio, sobrevivera à esposa e ao filho. Nem as vendas que conseguisse fazer o livrariam da miséria que o aguardava nos últimos meses de sua vida. Precisou hospedar-se em repúblicas de estudantes, sendo considerado um estorvo. O mesmo professor que terá tratado generosamente várias gerações de alunos termina seus dias na condição de trambolho, para estudantes que – não é absurdo especular – seriam filhos ou netos de ex-alunos seus. Coruja morre no Rio de Janeiro a 4 de agosto de 1889, apenas três meses antes da proclamação da República.

Restou sua memória, estampada em seus livros. A cidade que o viu nascer, numa de tantas homenagens enviesadas, deu o nome Comendador Coruja a uma rua de bairro. Seria uma homenagem razoável, não fosse o fato de que o comendador era o filho, e não ele; o filho, que viveu menos de três anos em Porto Alegre e nunca teve relação com a cidade, e não o velho professor, que foi seu primeiro e amoroso cronista, além de ter sido, também, o primeiro cliente da Caixa Econômica.

Luís Augusto Fischer



A GUERRA DOS GAÚCHOS

O gaúcho Antônio Álvares Pereira Coruja, primeiro brasileiro a confiar seu pé-de-meia à Caixa, encontrava-se no Rio de Janeiro na manhã do dia 4 de novembro de 1861 porque havia decidido se mudar de seu estado natal. Queria distância do radicalismo sectário que rachara o Rio Grande do Sul ao meio após a eclosão da Revolução Farroupilha, ocorrida quase 30 anos antes.

A Guerra dos Farrapos é o mito fundador do Rio Grande. Embora ainda hoje siga envolta numa aura lendária, não foi de todo o que se poderia chamar exatamente de um levante popular. No entanto, como várias outras revoltas do povo brasileiro, teoricamente travadas na luta pela construção de uma sociedade mais justa, serão abordadas ao longo desse livro, é lícito incluir a "guerra dos gaúchos" entre elas. Até porque, dentre as supostas bandeiras erguidas pelo levante, estavam a abolição da escravidão e os ideais republicanos.

E também porque, se a origem do gaúcho se perde no horizonte indistinto do pampa, a consciência gaúcha tem dia, mês e ano de nascimento: 20 de setembro de 1835. A gestação foi longa; o parto, sofrido – e a fórceps. As contrações começaram na madrugada daquele 20 de setembro, com a invasão de Porto Alegre por aqueles que pretendiam libertá-la do jugo do Império do Brasil.

O que ninguém poderia supor é que o episódio fosse também um batismo de sangue cujos desdobramentos iriam perdurar por dez longos e terríveis anos, ceifar muitas vidas e ecoar por todo o Brasil até que, do turbilhão de pólvora e morte, o gaúcho reemergisse como figura histórica reconhecível – com voz própria, anseios próprios e, é claro, província própria, embora, ao final do conflito, ela se mantivesse como parte do Império.

Antes da Revolução Farroupilha, o gaúcho agonizava. Filho de ventre indígena e pai desconhecido, nascido em uma terra de ninguém, o gaúcho construíra a própria lenda, mas viu-se fulminado por ela. Tão logo o pampa e o gado passaram a ter dono e cerca, o gaúcho virou "peão" ("aquele que anda a pé", em oposição a "cavaleiro"). O esforço dos estancieiros e terra-tenentes em suprimir o estilo de vida nômade do gaúcho foi coroado com sua transformação em personagem literário. Para os latifundiários, gaúcho bom era gaúcho a pé – ou em prosa e verso.



P. 22 – O POVO EM MARCHA
Painel exposto na Prefeitura de Piratini representa o avanço das forças gaúchas na sua luta contra o Império do Brasil.
Prefeitura Municipal de Piratini

À DIREITA – O PRESIDENTE FARRAPO
Óleo de Guilherme Litran, pintado em 1879, mostra Bento Gonçalves com a faixa de presidente e a bandeira rio-grandense.
Museu Histórico Farroupilha

ABAIXO – PALÁCIO FARROUPILHA
Casa na qual funcionou o governo da República Rio-grandense.



Só que então, de repente, por obra da mesma elite rural que quase o extinguira, o gaúcho renasceu – ainda como ideia, mas outra vez em carne e osso, a ferro e fogo. Os líderes da revolta farroupilha não estavam em farrapos: eram estancieiros e charqueadores, donos de muitas terras, muito gado e muitos peões. Eles usaram a mística e os ideais do gaúcho para defender uma causa justa.

A nobreza de sua luta mobilizou o fervor e a paixão dos homens do campo, esfarrapados ou não, e que, de todo modo, sempre cultuaram a guerra e nunca refutaram uma boa peleja.

A Guerra dos Farrapos foi, basicamente, uma luta contra o centralismo rapinante do Império, a corrupção desenfreada e os desmandos de uma corte frívola e ineficiente. Para mostrar aos donos do poder que era preciso uma reforma tributária e que os impostos sobre o charque estavam salgados demais, boa parcela da elite gaúcha pegou em armas e foi à luta. Com eles, foram seus gaudérios.

Não por acaso, a chamada "zona de influência farroupilha" foi a metade sul da província, nos arredores da região charqueadora de Pelotas e tendo por capital a vizinha Piratini. Cada arroba de charque pagava seiscentos réis de imposto na corte, ao passo que o charque uruguaio pagava a metade... Além do mais, o sal – vindo de Setúbal, em Portugal – também era sobretaxado.

Embora travada em nome de um ideal igualitário, no campo de batalha a guerra foi como todas – suja e sórdida. O conflito durou 3.466 dias, teve 56 encontros bélicos e custou a vida de pelo menos 3 mil homens. Forjou muitos heróis e alguns vilões – houve quem desempenhasse os dois papéis. Acima de tudo, a Revolução Farroupilha fez o Brasil e o próprio Rio Grande redescobrirem que o gaúcho tinha sangue nas veias e era um osso duro de roer.

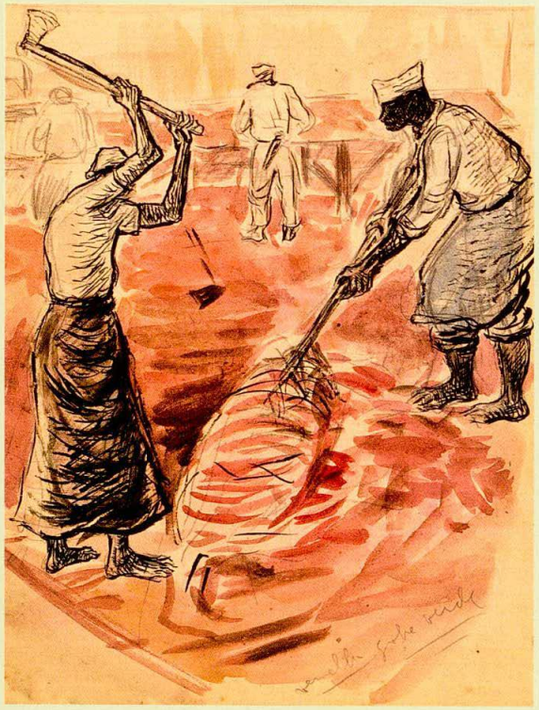
Duas semanas depois dos ousados farroupilhas terem cruzado a Ponte da Azenha e invadido Porto Alegre, uma centena de rebeldes marchavam pelas ruas estreitas da vila de Piratini. Era 8 de outubro de 1835. Cercada por morros, no alto da Serra do Sudeste, pouco mais de 300 quilômetros da capital da província, a localidade era de fácil defesa. Sua origem açoriana a havia dotado de diversas edificações em estilo colonial português – casarios azulejados de um ou dois andares, sobrados de madeira negra, pé direito e portas altas. Era o cenário ideal para abrigar o centro de operações do movimento. Tanto que, um ano mais tarde, já em 11 de setembro de 1836, com a proclamação da república rio-grandense, a cidade se tornaria de modo oficial a primeira capital dos farroupilhas. Podemos dizer que o processo era indireto, um tanto censitário e que, apesar de secreto, poderia estar sujeito a manipulações. Mas nada tira da cidade de Piratini o fato de ter sediado a primeira eleição para presidente ocorrida em solo brasileiro.

As eleições para presidente do Estado revolucionário ocorreram em 6 de novembro de 1836. Bento Gonçalves era lançado como candidato único e não teve dificuldades para se eleger. O problema é que ele não estava na província, nem sequer em liberdade, mas encarcerado após ser pego pelos imperiais numa emboscada quando tentava cruzar o rio Jacuí. Na sua ausência, José Antônio Vasconcelos Jardim assumiu interinamente. No pleito também foram escolhidos quatro vice-presidentes para a nova república. Bento só tomaria posse de seu cargo em 16 de dezembro de 1837, quando conseguiu fugir do Forte do Mar, na Bahia, auxiliado pela eclosão de outra das revoltas regenciais, a Sabinada.



Desde a década de 1970, a Caixa não possui agência aqui em Piratini, a antiga capital farroupilha. Nem por isso a relação entre a instituição e a cidade histórica favorita dos gaúchos deixou de existir. Afinal, a Lotérica Vitória segue em pleno funcionamento, na avenida Gomes Jardim, nº 95, próxima da casa onde morou Bento Gonçalves e do casarão que sedia o Museu Histórico Farroupilha. Tal proximidade não é apenas geográfica: aberta em 2001, a lotérica pertence a Ricardo Lopes Amaral – filho do bibliotecário e funcionário público Adão Amaral, principal responsável pela criação e primeiro diretor do museu que preserva a memória e o acervo da "guerra dos gaúchos". O museu foi criado em outubro de 1952 e Adão assumiu sua direção em março de 1953. Atualmente, o museu está sendo restaurado com recursos do BNDES, repassados à instituição pela Caixa. A Lotérica Vitória paga quase duas mil Bolsas-Família e mais de R$ 1 milhão em financiamentos para a casa própria já foram liberados aqui.

A Origem Salgada de Pelotas



AS OFICINAS DE SALGAR CARNE
A dura faina dos escravos nas charqueadas foi retratada pelo pintor gaúcho Danúbio Gonçalves, em aquarelas de alta dramaticidade.
Museu do Charque, Pelotas

O ano era 1777. No momento em que o Tratado de Santo Ildefonso veio conceder linhas estáveis à fronteira, a terrível "seca dos três setes" chegou para virtualmente dizimar os rebanhos do Ceará e do Piauí. Rebanhos que, dissecados e salgados, alimentavam os braços produtores do Império escravista do Brasil. Afugentado pela inclemência da estiagem, o português José Pinto Martins, então radicado no Ceará, transferiu-se para a cidade de Rio Grande. Sua decisão iria mudar para sempre a história dos gaúchos. Em 1779, ele montou a primeira das cerca de quarenta charqueadas que, mais do que fazerem a fama e a fortuna da vizinha cidade de Pelotas, foram responsáveis pelo próprio nascimento da cidade.

Se não o descobriu, Pinto Martins com certeza foi o primeiro a instalar-se em um recanto prodigioso: a planura do Pelotas, quase junto ao local onde o arroio despeja suas mansas e verdes águas no canal de São Gonçalo – justo no coração da antiga Vacaria do Mar e a poucos quilômetros da linha então estabelecida com a fronteira. O charque já era produzido no Rio Grande do Sul. Mas a oficina de salgar carnes do português vindo do Ceará iria inovar de tal forma o processo produtivo, usufruir tão bem dos recursos naturais e da abundância do gado, e servir-se tão organicamente das tradições campeiras rio-grandenses, que Pinto Martins de fato merece as honras de pioneiro. Trinta e cinco anos mais tarde, sua iniciativa já havia ajudado a tornar o charque o terceiro produto mais exportado pela província.

A aparente eficiência do negócio iria gerar o que já foi chamado de "aristocracia do sebo", e, às margens do Pelotas e do São Gonçalo, surgiram amplos casarões coloniais, muitos dos quais abrigaram próceres farroupilhas, como a ainda famosa Charqueada São João, que pertencia a Antônio José Gonçalves Chaves e onde, em 1821, hospedou-se o viajante francês Auguste de Saint Hilaire. O processo deflagrou também o surgimento da cidade de Pelotas, que, se por razões de estratégia e logística militar não virou a capital farroupilha, tornou-se seu centro econômico e nevrálgico. Antes e depois da guerra, Pelotas se manteve como uma cidade cosmopolita e rica, que, no início do século 20, viveu seu apogeu *Belle Époque* bem representado pelos prédios requintados e uma sofisticada vida cultural.

Apesar da suntuosidade das "casas grandes" e do dinheiro que circulava na cidade, a realidade por trás das manufaturas escravistas de carne salgada era macabra – e marcada pelo desperdício e pela ineficiência. O principal obstáculo à modernização do sistema era seu inabalável vínculo com a escravidão. O escravo consumia o máximo possível e trabalhava o menos que podia, além de exigir gastos extras com feitores, capitães-do-mato e com a própria Guarda Nacional, sempre estacionada na região, não só por causa do inimigo estrangeiro mas pela ameaça de uma insurreição escrava. Embora algumas fazendas possuíssem quase duzentos cativos, a média era de oitenta escravos por charqueada.

O trabalho era sazonal. No começo de outubro, a bandeira vermelha era içada anunciando

que a época da matança tinha se iniciado – iria se prolongar até maio. A atividade então era frenética: "Numa área de pouco menos de 30 km², nos dias mais quentes do verão, perto de dois mil trabalhadores africanos e afrodescendentes, envoltos pelo sangue e pelo sal, manufaturavam uma média de 1.200 animais por dia", como bem descreveu a pesquisadora Ester J. B. Gutierrez.

Apesar da prosperidade do negócio, metade do boi ia fora: o gado gaúcho rendia de 66 a 82,5 quilos de charque por cabeça, contra 132 a 165 quilos por boi no Prata. Os métodos platinos eram mais eficientes não só por causa do trabalho assalariado: também seu gado era melhor, seu sal, mais barato e suas vias de escoamento, mais efetivas. O governo imperial também não ajudava os charqueadores gaúchos. Os impostos eram salgados demais, o porto de Rio Grande obsoleto e as ferrovias, quando enfim chegaram, vieram defasadas. Além disso, o charque alimentava não só os escravos, mas as classes menos favorecidas do Sudeste, e, para não aumentar o custo de vida, o governo central achatava o preço do produto. Ainda assim, a região foi capaz de superar as dificuldades e se impor no cenário nacional.

A Caixa Econômica logo se instalou em Pelotas e a agência da cidade se tornou a mais importante do Rio Grande do Sul, atrás apenas de Porto Alegre. Como se a estreitar sua ligação com grandes nomes da literatura nacional, o escritor Simões Lopes Neto, natural de Pelotas, abriu uma poupança na instituição e, passado mais de um século, a Caixa ainda mantém vínculos estreitos com esse autor genial.



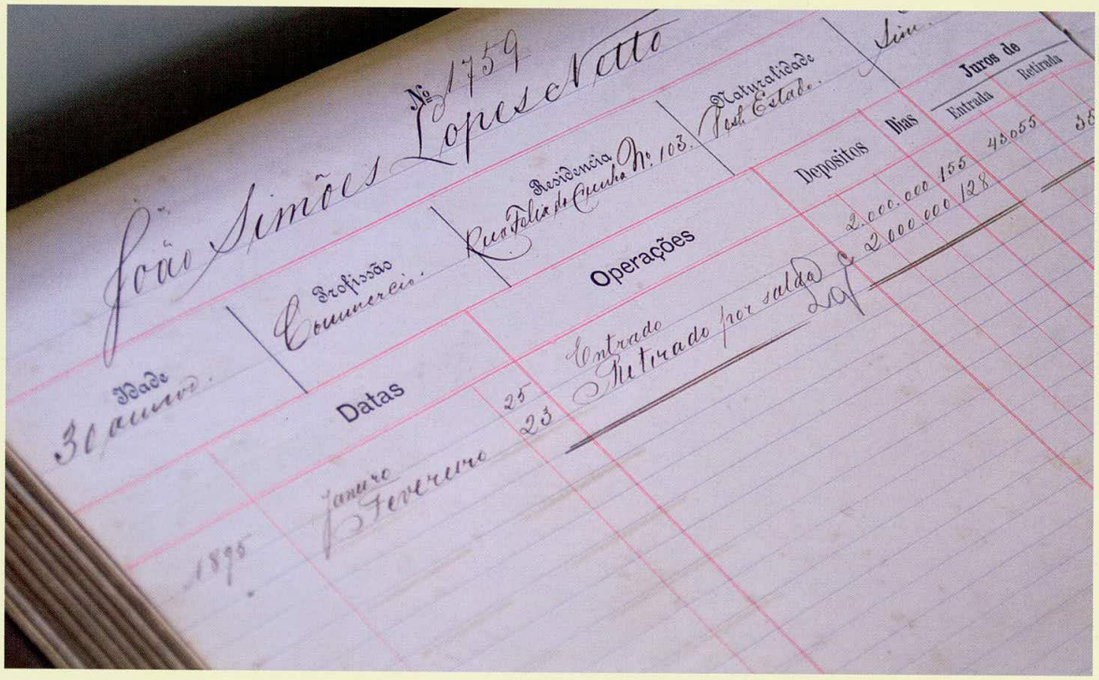
A Caixa está presente aqui em Pelotas há mais de 120 anos. A primeira agência da instituição na cidade foi aberta em julho de 1888, dois meses após a abolição da escravatura, e logo se tornou a segunda mais importante no Rio Grande do Sul, suplantada apenas pela da capital. Atualmente, a Caixa tem apoiado inúmeros projetos de restauração e preservação de prédios históricos em Pelotas, dentre eles o que se localiza ao lado da moderníssima agência do bairro Fragatas (*imagem abaixo*). O contraste entre a construção totalmente restaurada (de paredes amarelas), que hoje funciona como auditório da Caixa, e a agência feita segundo conceitos de sustentabilidade não poderia ser mais revelador do vínculo entre tradição e modernidade. A Caixa também se mantém instalada na construção de linhas arquitetônicas típicas da Era Vargas (*prédio verde, à esquerda*), onde funcionou a Casa de Poupança Simões Lopes Neto, assim batizada em homenagem ao grande escritor e correntista da Caixa. Atualmente, ali funcionam terminais de autoatendimento.





ACIMA – UM CERTO CAPITÃO DA GUARDA NACIONAL
Retrato de Simões Lopes Neto, o pai do regionalismo gaúcho.
Instituto Simões Lopes Neto

ABAIXO – JANEIRO DE 1895
Livro com registro de depósitos feitos por Simões Lopes Neto na caderneta nº 1759 da Caixa de Pelotas.
Instituto Simões Lopes Neto



O Pai do Regionalismo Gaúcho

João Simões Lopes Neto, o "escritor da alma gaúcha", foi correntista da Caixa, assim como Machado de Assis, Mário Quintana e tantos outros. O autor dos *Contos Gauchescos* e das *Lendas do Sul* confiou suas economias à instituição na agência de Pelotas, cidade onde nasceu em 1865, ano em que o conde d'Eu visitou a província pela primeira vez e, impressionado, descreveu a localidade em sua *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*: *"Em certas ruas, as residências ricas; noutras as lojas. Especialmente na rua do Comércio e na S. Miguel vê-se uma fila contínua dessas lojas, onde estão expostos estribos, esporas enormes, peitorais e freios, tudo em prata, ostentando esplendor deslumbrante, que iguala, não digo já o da rua do Ouro, de Lisboa, mas até o da Strada degli Orefici, de Gênova."*

Naquela época – e ainda por longos anos –, o centro econômico do Rio Grande ficava exatamente ali, às margens do canal São Gonçalo, onde o abate de gado, a produção de charque e as empresas correlatas alavancavam a economia da Província. Nesse cenário, a Caixa inaugurou sua agência em 1888, em julho, dois meses após a abolição da escravatura, passando a disputar clientes com outras instituições bancárias, num mercado precioso e promissor. Nos volumosos livros que assinalam os correntistas de então, registrados à mão com canetas molhadas nos tinteiros, vê-se que a Caixa guardava recursos de carpinteiros, artistas, jornaleiros, estudantes, capitalistas (assim eram conhecidos os que viviam de renda), além de meninas acolhidas no "Asylo de Orphãs", cujos padrinhos e madrinhas encarregavam-se de proteger com pequenas somas depositadas, para prover o início da futura vida emancipada.

João Simões Lopes Neto registrou-se como cliente em 25 de janeiro de 1895, provavelmente influenciado por seus tios João e José, que trabalhavam com a Caixa desde o ano anterior. Casado com Francisca de Paula Meirelles Leite há menos de três anos, é possível que Simões – identificado como comerciante – buscasse na Caixa a segurança de um banco federal para guardar o pequeno capital de giro necessário à sua atividade de despachante, cujo escritório ficava na rua General Neto nº 9, telefone nº 50, na região do porto pelotense. Já conhecido por suas publicações nos jornais locais, Simões era a esse tempo tenente-secretário do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. Convém não esquecer que o Rio Grande do Sul estava em plena Revolução Federalista, onde homens de lenços vermelhos brigavam contra homens de lenços brancos, numa sangrenta luta de maragatos



A CASA DO MESTRE
A residência na qual Simões Lopes Neto morou e escreveu seus principais livros foi comprada com dinheiro que ele depositava na Caixa e hoje sedia o instituto que leva seu nome.

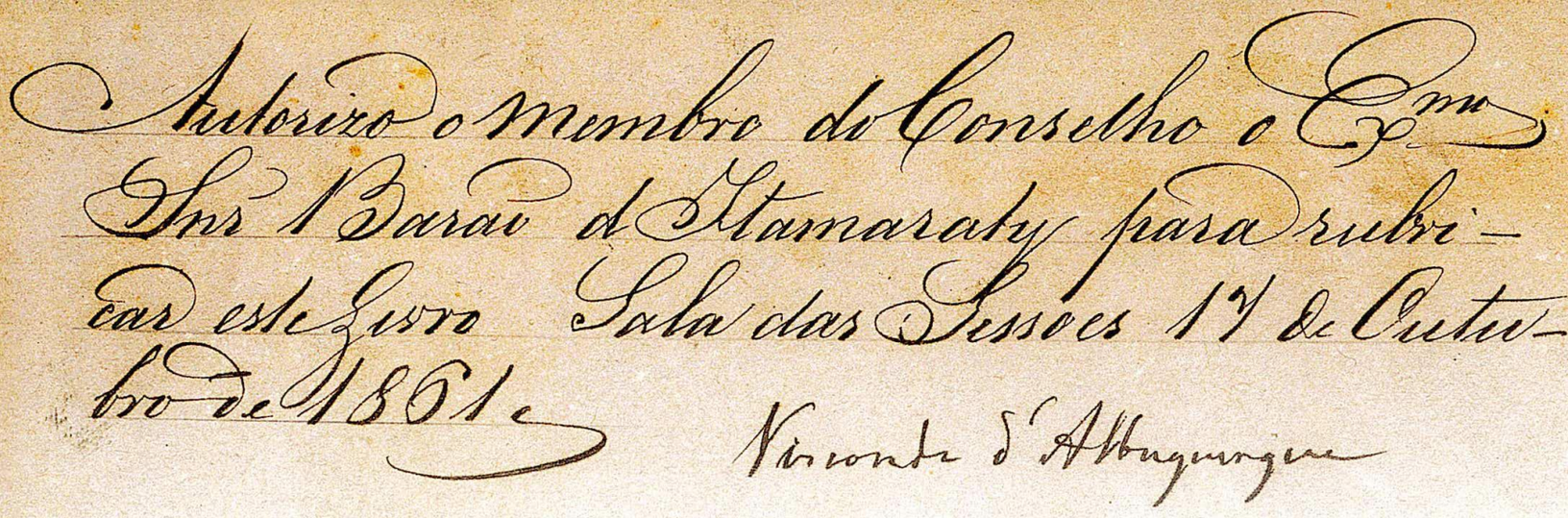
revoltosos contra pica-paus legalistas. Era tempo de saque nas estâncias, tiroteios, degolas, num ambiente bárbaro, repleto de assassinatos e outras atrocidades, em meio a churrascos de ovelhas e novilhas gordas "requisitadas" pelos combatentes.

Não consta que o então tenente-secretário tenha disparado algum tiro naqueles tempos, embora acionasse com frequência suas "Balas de Estalo", título escolhido para a coluna que publicava no *Diário Popular*, órgão oficial do Partido Republicano. Aliás, aquela foi a terceira fase das afamadas balas, anteriormente publicadas no jornal *A Pátria*, sempre identificadas como de autoria de Serafim Bemol.

Sem recursos de herança por aqueles tempos, vivendo do seu trabalho, em março do mesmo ano assumiu a gerência da New York Life Insurance, passando também à condição – naquela conjuntura dificílima – de vendedor de seguros. Finalmente, em 23 de agosto daquele 1895, na mesma rua XV de Novembro onde a Caixa funciona há tantas décadas, foi assinada a pacificação pelo general Inocêncio Galvão de Queiróz, representando a República – e pelo general João Nunes da Silva Tavares, chefe do Exército Libertador Federalista.

Seguramente restaram ódios e outras sequelas, como a história mais tarde demonstrou. Mas, a parceria entre João Simões e a Caixa prosseguiu, sendo o maior escritor regionalista gaúcho homenageado com uma agência batizada com seu nome e com um programa de apoio constante da Superintendência Regional ao Instituto João Simões Lopes Neto, nos projetos de publicações e distribuição de livros para escolas da rede pública, apresentações teatrais e musicais, bem como a projetos voltados às artes visuais – todos inspirados no universo literário criado pelo antigo oficial da Guarda Nacional (orgulhava-se de ter chegado ao posto de Capitão), também conhecido como universo simoneano. Quem visita Pelotas pode conhecer detalhes desta história na rua Dom Pedro II, 810, onde funciona o Instituto, na casa assobradada, típica do final do século 19, em cujas instalações o escritor recebia os amigos, tratava da criação de um clube de ciclismo, da exploração de minérios em Santa Catarina, de uma pequena indústria de vidros, de sua fábrica de cigarros, mas, principalmente, de conceber e redigir obras-primas como *A Lenda do Negrinho do Pastoreio*. A Casa de Simões abre suas portas de segundas a sextas, das 14 às 18 horas, e não cobra pelo ingresso dos visitantes, graças aos associados e a parcerias como a que mantém com a Caixa.

José Henrique Medeiros Pires,
Presidente do Instituto João Simões Lopes Neto.


Autorizo o membro do Conselho o Exmo Snr Barão de Itamaraty para rubricar este Livro Sala das Sessões 17 de Outubro de 1861

Visconde d'Albuquerque

Primeiros depositantes da Caixa

4 DE NOVEMBRO DE 1861

Antônio Álvares Pereira Coruja, brasileiro ..... 10$000
Antonio Carlos de Azevedo Coimbra, brasileiro ..... 30$000
João Alves Xavier de Mello, brasileiro ..... 20$000
Francisca Luiza de Souza, por seu pai,
Francisco Ignacio de Souza, brasileiro ..... 10$000
Luiz Geraldo de Souza, por seu pai,
Francisco Ignacio de Souza, brasileiro ..... 10$000
Manoel José Vieira Cardoso, brasileiro ..... 40$000
Conselheiro Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo,
para seu filho do mesmo nome, brasileiro ..... 20$000
Conselheiro Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo,
para seu neto José Caetano da Gama e Silva, brasileiro ..... 20$000
José Caetano Quintal ..... 15$000
Victor Annibal de Mattos, brasileiro ..... 15$000

5/11

Major José Joaquim da Gama e Silva,
para seu filho de igual nome, brasileiro ..... 12$000
Major José Joaquim da Gama e Silva,
para sua filha Maria das Mercês da Gama e Silva, brasileira ..... 34$000
Major José Joaquim da Gama e Silva,
para sua filha Mauricia L. da Gama e Silva, brasileira ..... 38$000
Joaquim Moraes Ferreira, brasileiro ..... 15$000
Theodoro de Simas, portuguez ..... 50$000
Emiliana Maria da Conceição, brasileira ..... 20$000
Guilherme Amedée Peret, francez ..... 50$000

6/11

Maria Benedicta de Siqueira Campello, brasileira ..... 50$000
Francisco Januario da Gama Cerqueira, brasileiro ..... 50$000
Henrique Eleuterio Barbosa Lima, portuguez ..... 20$000
Joaquim José Ferreira, portuguez ..... 50$000
A. S. França, brasileiro ..... 20$000
João Teixeira Bittencourt, brasileiro ..... 45$000

7/11

Marianna Carolina Marcondes da Costa, brasileira ..... 40$000
Luiz de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque,
Juiz Municipal de Nictheroy, para sua filha
Emilia Amália Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, brasileira ..... 30$000
Simão Marcollino Fragoso,
para seu neto Carlos Fernandes Eiras, brasileiro ..... 50$000
O mesmo para seu neto Francisco de Paula Costa, brasileiro ..... 50$000
O mesmo para seu neto Eduardo de Paula Costa, brasileiro ..... 50$000
Eduardo Antonio da Costa, brasileiro ..... 50$000
Silverio Soares da Rocha, brasileiro ..... 20$000
José Manoel de Carvalho, brasileiro ..... 10$000

8/11

João Miguel da Silva, brasileiro ..... 5$000
Rosa Sobrinha de Jesus, portugueza ..... 15$000
Carlota Sebastiana Barata, brasileira ..... 50$000
Affonso Guilherme Werné, brasileiro ..... 5$000

9/11

Francisco Medina Celly, para sua filha
Emilia Adelaide Medina Celly, brasileira ..... 50$000
Luiz Maximo Pereira Pinto, portuguez ..... 30$000
João Baptista de Freitas Amaral, brasileiro ..... 5$000

11/11

Luiza Christina Freire, brasileira ..... 50$000
Joaquim Antonio, portuguez ..... 10$000
Adelaide Maria Gomes, brasileira ..... 2$000
Coronel Pacifico Antonio Xavier de Barros, brasileiro ..... 20$000
Anna Benedicta Ferreira, brasileira ..... 30$000
João Paulo Ferreira Dias, brasileiro ..... 10$000
Domingos José Lopes Guimarães Junior, brasileiro ..... 30$000

12/11

Luiz Xavier de Oliveira, brasileiro ..... 10$000
Joanna Rosa de Oliveira, brasileira ..... 25$000
Paulino Manoel de Oliveira, brasileiro ..... 25$000
José de Almeida Dias Junior, brasileiro ..... 20$000



A CAIXA, PRIMEIRA E ÚNICA
Arca na qual teriam sido guardados os primeiros depósitos feitos na Caixa Econômica da Corte. Em primeiro plano, à direita, réplica da original. Acima, duas fotos do baú em diferentes momentos: com pés de metal em 1950 e com pezinhos de madeira em 1981.

P. 30 – IMAGEM DE FUNDO
OS PRIMEIROS CLIENTES E SEUS DEPÓSITOS
Folha de rosto do primeiro livro de depósitos da Caixa da Corte, com a autorização do visconde de Albuquerque para o início das operações, em 4 de novembro de 1861.
Museu da Caixa, Brasília

Obs: foram mantidas as grafias originais da tabela ao lado.



OS "TIGRES"
Os escravos que transportavam as barricas repletas de dejetos eram chamados de "tigres" devido à combinação da cor de sua pele com as "rajadas" de imundícies que transbordavam desse tonéis. Eles jogavam os dejetos ao mar, na praia de D. Manoel, localizada nos fundos do prédio que viria a ser a primeira sede própria da Caixa. O desenho acima foi publicado na revista Semana Ilustrada *em 1861, ano de fundação da Caixa.*
Revista *Semana Ilustrada*, 1861 – Reprodução. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

P. 33 – A CIDADE MALSÃ
Panorama do Rio de Janeiro por Victor Frond, em 1861, publicado em Brazil Pitoresco, *de Charles Ribeyrolles.*
Coleção José e Guita Mindlin

Os primeiros 190 mil-réis (190$000) depositados na Caixa da Corte, incluindo os dez mil-réis de Coruja, ficaram em poder da instituição por apenas uma semana. Isso porque, de acordo com a Lei dos Entraves – explicitada pelas determinações do Decreto nº 2.723 –, todo o capital entregue aos cuidados da instituição deveria, ao cabo de oito dias, ser repassado para o Tesouro Nacional. Uma vez lá, poderia ser utilizado pelo governo do modo que bem lhe aprouvesse. Tal situação, frequentemente criticada por aqueles que defendiam a maior autonomia da Caixa, manteve-se desafortunadamente inalterada até 1934. E não restam dúvidas de que foi isso que, por 73 longos anos, travou o desenvolvimento da instituição.

O capital dos primeiros clientes da Caixa lhes rendia juros de 6% ao ano, depositados semestralmente em suas cadernetas. Essa era a taxa de juros praticada pelo mercado financeiro – e a mesma que o Império pagava para os credores da dívida externa brasileira, os bancos ingleses Rothschild e Baring Brothers. No entanto, no mundo real do dia a dia, qualquer cidadão de recursos medianos que precisasse obter dinheiro emprestado, recorrendo a agiotas e a casas de penhor, não teria como pagar taxas inferiores a 4% *ao mês.*

Apesar da diferença brutal, que outra opção restava para alguém que, em fins de 1861, possuísse 50 mil-réis (50$000) e se dispusesse a aplicá-los? Nenhuma – pelo menos não uma que fosse segura. Afinal, embora suas taxas fossem consideravelmente mais baixas do que as praticadas pelas caixas econômicas mantidas por financistas particulares, a Caixa da Corte era a única "garantida pelo governo imperial" (e, portanto, a única que não iria à falência, a não ser, é claro, no caso bastante improvável de a própria nação declarar insolvência). Essas são, de qualquer forma, ponderações retóricas, uma vez que a Lei dos Entraves havia determinado a extinção das caixas particulares, não deixando aos pequenos poupadores outro caminho que não a Caixa Econômica da Corte.

No Natal de 1861, a Caixa já contava com 186 clientes que lá haviam depositado 11:438$986 (11 contos, 438.986 réis). Essa quantia configurava um capital razoável e, caso não tivesse sido inteiramente repassada para o saco sem fundo do Tesouro Nacional, com certeza teria concedido um certo peso político-financeiro à instituição recém-nascida, especialmente porque a Caixa e o Monte de Socorro já contavam com um "fundo de operações" quase dez vezes maior, de 92 contos e 400 mil-réis (92:400$000), que lhe fora concedido pelo governo. Esse capital inicial correspondia ao imposto de 1% obtido a partir da taxa de 12% que incidiu sobre as 77 extrações de loterias que haviam corrido desde a promulgação da Lei dos Entraves, como será relatado com mais detalhes em *Loterias*, na *Parte II* desta história.

Tão logo confiado à Caixa, e antes de ser repassado aos cofres públicos, o dinheiro dos depositantes era deitado numa arca de madeira. Essa arca (ou, na pior das hipóteses, uma similar do mesmo período) ainda existe: ela se encontra no museu da Caixa em Brasília e é reconfortante saber que escapou do usual descaso com a memória nacional. Trata-se de um cofre de madeira nobre, com alças laterais e presilhas de metal. Exibe a solidez que apenas os anos concedem aos objetos. Ao observá-la – ao vivo, em fotos ou mesmo numa réplica em tamanho reduzido –, não é difícil considerá-la "o cofre seguro das classes menos favorecidas".

Mais do que uma metáfora óbvia, trata-se de uma evidência inescapável: ali *está* a Caixa. Mas quantos foram os sonhos, os planos e os

projetos que ela abrigou é impossível saber. E tal enigma talvez não possa ser esclarecido nem mesmo com a ajuda das ferramentas concedidas pela micro-história (como se convencionou chamar as investigações em torno da história da vida privada e da história do cotidiano).

Ainda assim, a tentação de revisitar o Rio de Janeiro da década de 1860 resulta irresistível, e, embora não se possa assegurar que se trate de uma jornada agradável, ela com certeza fornece dados reveladores sobre o meio no qual a Caixa Econômica iniciou seu um século e meio de existência.

Em 1861, o Brasil já tinha quase dez milhões de habitantes – o primeiro recenseamento oficial, realizado em 1872, apontaria uma população de 10.112.061 pessoas. Com cerca de 250 mil moradores, o Rio de Janeiro (cuja população, em 1872, seria de 274.972 habitantes) não apenas sediava a Corte: era também a maior, mais rica e mais conhecida cidade da nação. Embora o anfiteatro montanhoso que a cercava obviamente fosse o mesmo que pode ser observado atualmente, e já então configurasse um espetáculo natural sublime, "a moldura", como observou, com certa ironia e algum desencanto, o comerciante francês Charles Expilly, ali desembarcado em agosto de 1861, era "bela demais, resplandecente demais, para que a tela tenha seu efeito".

São viajantes, a maioria franceses como Expilly, que nos permitem revisitar o Rio no ano em que lá foi fundada a Caixa Econômica. E o quadro pintado por eles é um tanto constrangedor. Afinal, a decepção dos recém-chegados, compartilhada por seus leitores, contemporâneos ou não, iniciava-se já no próprio ato do desembarque: "Escadas rotas, podres, onde o pé resvala, ligam o mar à terra firme", revela Expilly. "Ao mesmo tempo que o olho se entristece com essa pobreza não esperada, o olfato é desagradavelmente afetado por um odor nauseabundo, penetrante, que o assalta com violência. Os perfumes da baía não são tão suaves quanto esse odor é infecto".

Expilly ficou especialmente mal impressionado com a forma pela qual os cariocas administravam sua produção diária de sujeira, agravada pela condição tropical do país: "As casas do Rio, construídas em terreno úmido, não têm fossas. Todos os detritos domésticos são atirados de qualquer maneira em barris que de noite os escravos despejam no mar. Dá para adivinhar a natureza das emanações que exalam esses barris durante o dia, em meio aos terríveis calores que reinam no lugar. Por volta das seis, uma interminável procissão desemboca de todas as ruas e dirige-se para a praia. É o Rio de Janeiro começando o seu tratamento de limpeza, que entretanto não consegue livrá-lo inteiramente da infecção que enche as suas casas. Esses negros carregando o barril tradicional que os franceses chamam de 'barrete' são como o símbolo da cidade".



A quebra da Casa Souto

Em 1862, um ano depois da fundação, 592 clientes haviam depositado quase 50 contos (49:911$087) na arca que fazia as vezes de cofre da Caixa. No ano seguinte, os clientes ultrapassaram o primeiro milhar, e os depósitos chegaram ao patamar dos cem contos de réis – quantia considerável, embora fosse apenas um milésimo da fortuna acumulada por Mauá. Mais um ano se passou e então, primeiro os cariocas (depositantes da Caixa ou não) e, a seguir, todos os brasileiros tiveram de enfrentar um problema bem mais sério do que os odores pútridos do Rio. Ironicamente, ele foi provocado por um dos membros do Conselho Inspetor e Fiscal da Caixa Econômica da Corte.

Em 18 de maio de 1863, a diretoria do Banco do Brasil deu início ao que deveria ser uma reunião de rotina. Durante as exposições de praxe, os conselheiros foram informados de um problema grave, possivelmente de sérias consequências para a economia nacional, mas cujos desdobramentos ainda não podiam ser adivinhados em toda a sua assustadora extensão.

Horas antes, a casa bancária A. J. A. Souto & Cia. havia comunicado a "necessidade real e urgente de que o banco lhe prestasse auxílio, fornecendo-lhe quantia necessária para satisfazer os empenhos e compromissos do dia, visto que à última hora lhe faltaram os recursos com que contava". A Comissão de Desconto do Banco, mesmo tendo manifestado anteriormente sua contrariedade em exceder o crédito à casa (já esgotado), acabou abrindo o cofre do BB mais uma vez para socorrer a instituição antes que a diretoria tivesse tempo de reunir-se. Depois foram exigidas informações sobre o real estado da firma, mas não houve resposta. Ainda assim, o Banco do Brasil continuou lhe emprestando dinheiro, e o débito chegou a 20 mil contos de réis, quantia que, convém lembrar, era 200 vezes maior do que os depósitos confiados à Caixa.

Embora tivesse obtido a exclusividade da emissão, o Banco do Brasil jamais pôde contar com fundos suficientes para bancar o volume de dinheiro necessário ao desenvolvimento econômico do país. Nessas circunstâncias, emprestar a rodo para casas bancárias em situação difícil era mais do que uma temeridade: era um flerte com o abismo. As reuniões para tratar do assunto eram sempre tensas, pois os diretores do banco sabiam que pisavam em terreno pantanoso. O cenário econômico incendiou-se de vez na manhã de 10 de setembro de 1863, quando Antônio José Alves Souto decidiu encerrar as operações de sua casa bancária.

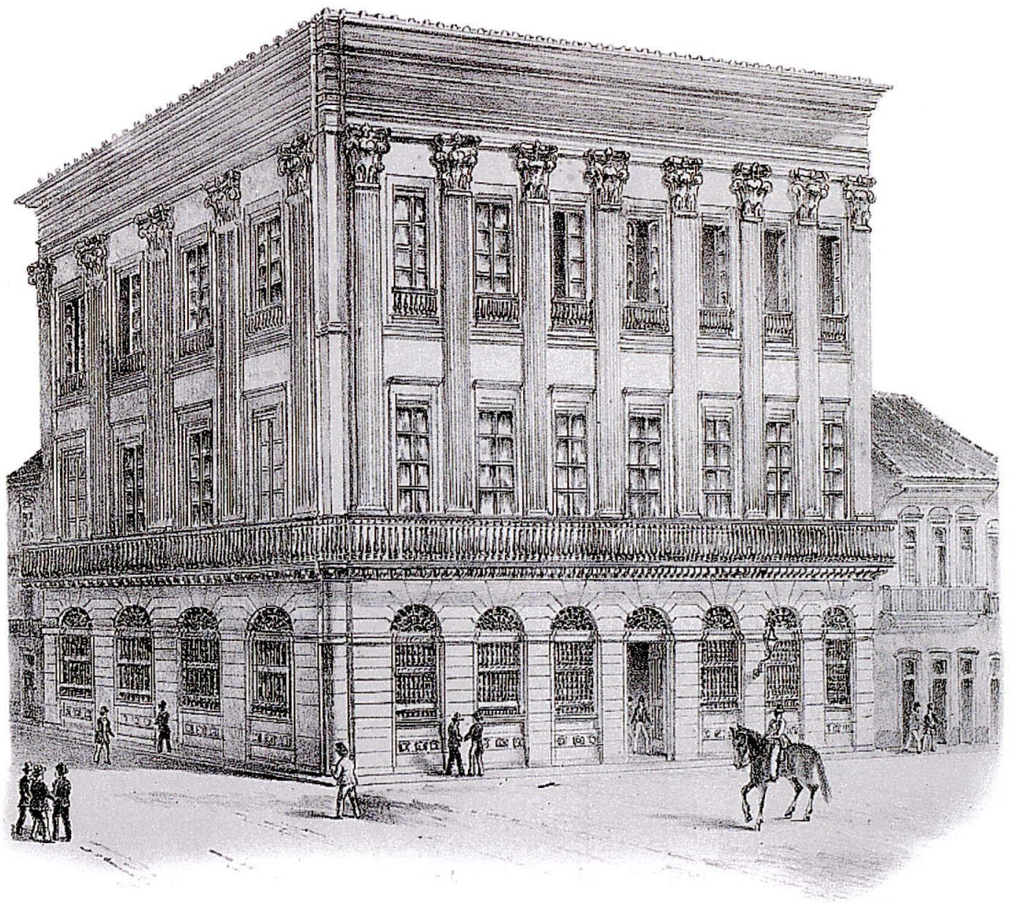
A notícia espalhou-se como um rastilho de pólvora, e logo se iniciou uma corrida aos bancos. Às 15 horas daquele dia, a rua Direita estava em rebuliço, tomada de credores e depositantes que tentavam salvar seu dinheiro. Os bancos fizeram de tudo para resistir ao fluxo incessante de saques. Foram forçados a seguir atendendo mesmo após o horário de fechamento. Com os cofres raspados, muitos deles receberam o socorro do Banco do Brasil, também alvo de clientes apavorados.

O BB então solicitou ao governo que determinasse a liquidação da Souto & Cia.,

mas a medida demorou a ser tomada. Nos dias subsequentes, o público empreendeu nova corrida, desta vez para exigir do Banco do Brasil que trocasse notas e títulos por ouro. As reservas de metal da instituição estavam se esgotando. O governo autorizou o banco a aumentar a emissão até o triplo do fundo disponível e empurrar os bilhetes do banco, que ficou temporariamente dispensado de trocá-los por ouro, conforme queriam os portadores dos bilhetes. Também prorrogou os vencimentos de letras, promissórias, protestos, garantias e prescrições de títulos. Mas a tragédia já se configurara.

Em consequência da grande crise, 25 estabelecimentos comerciais do Rio de Janeiro pediram falência ou concordata entre setembro de 1864 e março de 1865. As atividades econômicas encolheram, o câmbio e as ações caíram, os imóveis desvalorizaram-se e a cotação do ouro disparou. Na continuação da crise, cinco bancos pediram falência, entre eles, em 1866, a agência do Banco Mauá, Mac Gregor & Cia., que seguiu atuando apenas por meio de suas filiais no exterior (em 1873, vitimado por nova crise econômica, Mauá pediria moratória, tendo de enfrentar longa demanda judicial e virtualmente encerrando sua carreira como o grande empresário do Império).

Quando os brasileiros achavam que nada pior do que uma crise com aquelas proporções pudesse afligir o país, o velho ditado de acordo com o qual os problemas não viajam sozinhos comprovou-se mais uma vez. Em dezembro de 1864, rebentou aquele que estava destinado a se tornar o pior conflito armado do qual o Brasil participaria em toda a história.



EPICENTRO DA CRISE
Sede do Banco do Brasil, em litografia de 1856, publicada em Brasil Pitoresco e Monumental, *de Pedro Godofredo Bertichem.*
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

A Guerra do Paraguai 1864



OS SOLDADOS GUARANIS
O exército paraguaio lutou com bravura, mas foi massacrado até o último homem.
Museo Nacional de Bellas Artes, Buenos Aires, Argentina

P. 37 – ASALTO DE LA 4ª COLUNA A CURUPAYTÍ
Candido Lopez, óleo sobre tela, 1898.
Museo Nacional de Bellas Artes, Buenos Aires, Argentina

Foi a guerra internacional mais violenta travada em todo o mundo entre 1815 e 1914. Foi a maior guerra da história da América Latina. E foi também a mais longa, mais sanguinolenta e mais destrutiva guerra na qual o Brasil jamais se envolveu. Uma guerra trágica, tola e sórdida – como todas. Acima de tudo, porém, a Guerra do Paraguai – cujo nome mais apropriado seria guerra *contra* o Paraguai – foi um grande negócio.

Certamente não para o Paraguai. Destroçado pelos exércitos da Tríplice Aliança (formada por Argentina, Uruguai e Brasil), o país viu ceifada mais da metade de sua população masculina (cerca de cem mil homens foram mortos) e teve de entregar aos inimigos vastas porções de seu território. A nação nunca se recuperou do terrível golpe.

Mas o confronto também não foi bom negócio para os aliados Brasil, Uruguai e Argentina. Além de perder 33 mil homens, o Brasil contraiu uma enorme dívida de guerra. O território subtraído ao Paraguai – um retângulo irregular, com cerca de 300 quilômetros de extensão por 150 quilômetros de largura, no atual Mato Grosso do Sul – não foi suficiente para compensar a grave crise monetária que se seguiu. Argentina e Uruguai também tiveram baixas consideráveis e se viram compelidos a contrair vultosos empréstimos internacionais.

A guerra igualmente não foi bom negócio para milhares de escravos libertos e ex-escravos enviados para a linha de frente com a promessa (nem sempre cumprida) de ganhar a liberdade após o conflito: as missões mais perigosas em geral eram reservadas para eles. A guerra com certeza também não foi bom negócio para os milhares de indígenas das nações Guarani, Guaicuru e Terena: a eles coube o trabalho sujo da guerra de guerrilhas.

Para quem, então, a Guerra do Paraguai foi um grande negócio? Para o "judeu Rothschild e seu colega cristão Barings", de acordo com o poema do inglês Lord Byron, que os apontava como "os senhores do mundo (...) / cujos empréstimos fundam uma nação ou derrubam um trono". Ao Brasil, os bancos pertencentes às famílias Rothschild e Barings emprestaram dez milhões de libras durante o conflito (após a guerra, entre 1871 e 1889, essa quantia chegaria a 45 milhões). Dos mesmos credores, a Argentina recebeu seis milhões de libras (mais 12 milhões ao final do confronto). "A maldita guerra" acabou se revelando, conforme as palavras do barão de Mauá, "a ruína do vencedor e a destruição do vencido".

A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai prolongou-se por mais de cinco anos (de novembro de 1864 a março de 1870), consumindo cerca de 200 mil vidas. Foi uma guerra suja, travada em pântanos e alagadiços, e na qual muitos soldados morreram de tifo, cólera ou malária antes mesmo de disparar o primeiro tiro. Foi também uma guerra desastrosa, que teve um profundo impacto sobre a economia, a sociedade e a política dos países envolvidos. O mais grave, porém, é que se tratou de uma guerra desnecessária, que não apenas era plenamente evitável como não contava com o apoio popular (na verdade, a guerra revelou-se impopular, em especial na Argentina).

Nem o Brasil nem a Argentina tinham uma contenda suficientemente séria com o Paraguai que justificasse a eclosão de um conflito armado – ainda mais nas dimensões que ele tomou. Mas

a questão é que, possuidor do maior e mais bem armado exército do continente, articulado sob o comando férreo do ditador Solano López, o Paraguai se preparava havia anos para um confronto bélico. A ambição de López era transformar seu país numa potência continental. Seus interesses bateram de frente com os anseios expansionistas do Império brasileiro – e, logo a seguir, com os da jovem nação argentina. Na conflituosa geopolítica da Bacia do Prata, López acabou desempenhando o papel de fósforo em um paiol de pólvora.

Como observa o historiador inglês Leslie Bethell, foi a intervenção do exército de Solano López em um episódio relativamente corriqueiro da longa guerra civil travada entre *colorados* e *blancos* no Uruguai que precipitou o conflito. "A necessidade de se defender da agressão paraguaia – fosse ela em grande parte provocada ou justificada – acabou oferecendo ao Brasil e à Argentina a oportunidade de fazer um 'ajuste de contas' com o Paraguai, o que lhes permitiria punir e enfraquecer, talvez até mesmo destruir, um poder emergente que começava a surgir dentro de sua área de influência", analisa Bethell. Dessa forma, as imprudentes ações de López acabaram precipitando a maior ameaça que poderia pairar sobre seu país: uma união entre dois vizinhos poderosos numa luta contra si.

D. Pedro II, supostamente um monarca pacifista, avesso "à mais rudimentar experiência de guerra", vislumbrou no conflito a ocasião ideal não apenas para forjar uma nova imagem popular – tendo passado a se autodenominar "voluntário número 1" e a vestir trajes de combate – como também a oportunidade para estabelecer uma inquestionável influência brasileira na região, talvez em toda a América do Sul. E, sobretudo, firmar uma hegemonia do Brasil sobre o Paraguai, em vez de uma hegemonia argentina.

Não se pode dizer que o plano do imperador tenha falhado. Seu custo, porém, foi altíssimo: cerca de 33 mil brasileiros sucumbiram nos campos de batalha, e as finanças da nação foram brutalmente abaladas. A guerra contra o Paraguai custou ao Brasil mais de 600 mil contos de réis (as despesas elevaram-se a 613.183:262$695), numa época em que a receita anual do país mal ultrapassava os 80 mil contos.

Surpreendentemente, porém, a guerra não teve consequências nefastas para a nascente Caixa Econômica. Embora ainda contasse com poucos recursos e não tivesse influência política, seus depósitos aumentaram de pouco mais de 231 contos de réis (231:272$097) em 1865 para quase 900 contos de réis (894:955$093) em 1870. Apesar de a Caixa ter sido virtualmente deixada de lado pelo governo, que concentrava sua atenção no conflito, foi como se os pequenos poupadores e os próprios soldados tivessem tratado de salvaguardar suas economias naqueles anos instáveis.

O fato de os exércitos da Tríplice Aliança terem sido financiados por bancos ingleses fez surgir, nas décadas de 1960 e 1970, entre historiadores e jornalistas de esquerda, uma interpretação "revisionista" do conflito, de acordo com a qual a guerra teria sido incentivada pela Inglaterra, com o objetivo não só de endividar o Brasil e a Argentina como também sufocar o modelo econômico paraguaio – supostamente desvinculado do "imperialismo britânico". Mas a tese não se sustenta em provas documentais e nenhuma evidência textual permite tomá-la como um fato.





VISCONDE DO RIO BRANCO
Litogravura de S.A. Sisson, de 1871.
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

A Caixa nas outras províncias

Embora tenha endividado pesadamente o país, o grande negócio que foi a Guerra do Paraguai acabou, por outro lado, movimentando a economia do Império devido ao esforço bélico que implicou a fabricação do maquinário de combate, a construção de navios, a produção de mantimentos e de uniformes para os combatentes. A luta teve muitas outras consequências: uma delas foi a assinatura da Lei nº 1.349, de 12 de setembro de 1866, que, ao retirar do Banco do Brasil a prerrogativa de emissão de moeda, revogou parcialmente as rígidas restrições da Lei dos Entraves.

A principal motivação do imperador e de seus assessores ao determinar a cassação do privilégio do BB foi a necessidade de utilizar todas as reservas metálicas do país no financiamento da Guerra. Como medida complementar, logo em seguida o Império requisitou todo o metal ainda em poder do banco. Com o fim da Guerra, em 1870, o país retomaria o rumo do crescimento.

Destinada a coletar depósitos de poupadores e a fazer empréstimos de pequeno porte, a Caixa sobreviveu às crises e se mostrou eficiente em seus propósitos. Pode-se mesmo supor, embora faltem dados concretos para a investigação, que pelo menos alguns dos cerca de 140 mil soldados enviados para o *front* nos lodaçais do Paraguai tenham depositado na Caixa parte de suas economias antes de partir rumo às cruéis incertezas do campo de batalha. De qualquer forma, um destino mais fulgurante estava reservado para a instituição. E ele logo iria desabrochar.

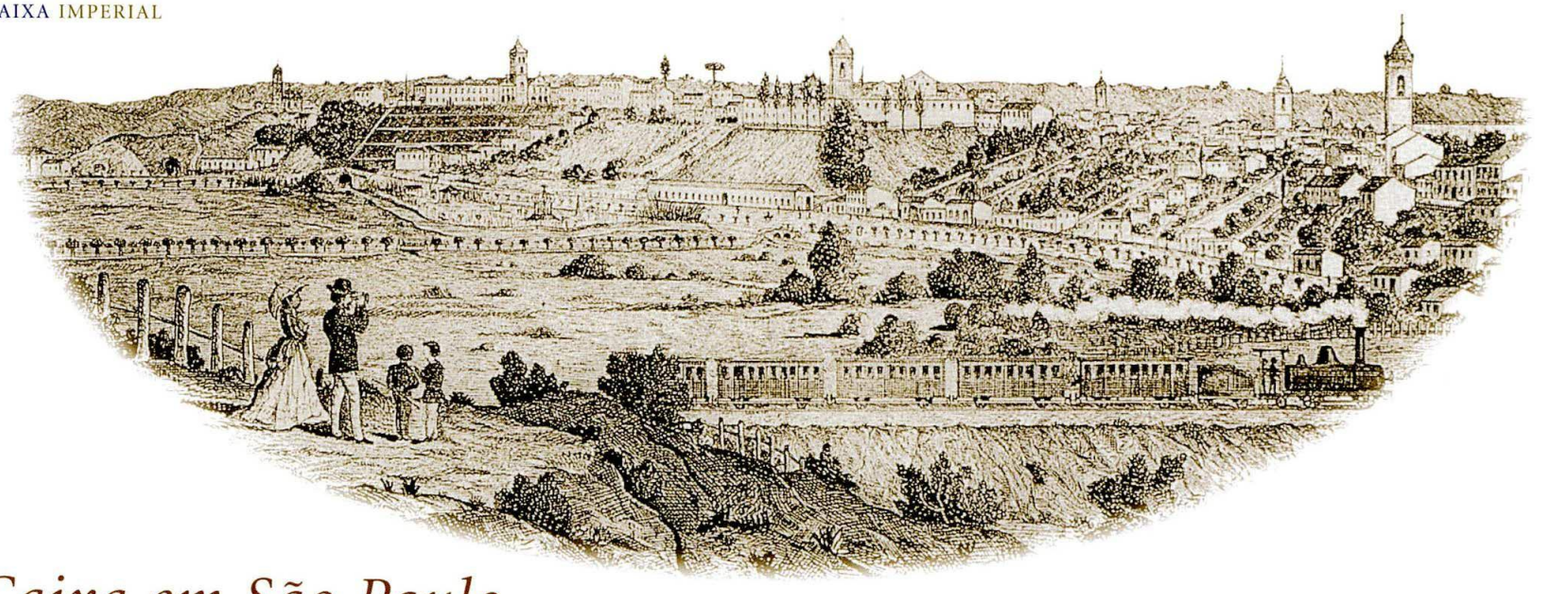
José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), visconde do Rio Branco, assumiu a presidência do Conselho de Ministros um ano após o fim da Guerra do Paraguai, dando início, em março de 1871, àquele que seria o mais duradouro e um dos mais importantes gabinetes do Segundo Reinado. Acumulando, como de hábito, o cargo de ministro da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro, Rio Branco assinou, em abril de 1874, um decreto no qual teceu as seguintes considerações sobre a Caixa:

"A Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, reconhecendo a utilidade e importância das Caixas Econômicas, pela salutar influência que exercem nos hábitos e condição das classes menos abastadas da sociedade, autorizou o governo a criar estabelecimentos dessa espécie, dirigidos e administrados por diretores de sua escolha, a fim de receberem dinheiros a prêmios e depositá-los em Estações da Fazenda, vencendo o juro anual de 6%, taxa que nos termos da Lei nº 1.507, de 26 de setembro de 1867, pode ser alterada, quando for conveniente".

Aquele estava destinado a ser um decreto-chave, pois, como fica claro no trecho que se segue, a partir dali a Caixa começaria a se tornar uma instituição de abrangência nacional. De fato, as primeiras linhas do Decreto nº 5.594, assinado em 18 de abril de 1874, rezavam: *"Convindo estender às províncias os benefícios que se têm colhido da Caixa Econômica e do Monte de Socorro, fundados nesta Corte em conformidade da Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, hei por bem (...) criar nas capitais das províncias Caixas Econômicas e Montes de Socorro".*

O efeito mais imediato deu-se na própria Corte. Afinal, a Caixa do Rio de Janeiro logo tratou de abrir filiais em Campos, Valença, São Fidelis, Cantagalo, Angra dos Reis, Vassouras, Paraíba do Sul, Barra Mansa, Petrópolis e Rezende, não por acaso cidades localizadas, em sua maioria, no Vale do Paraíba, o que significa dizer que estavam no coração da zona cafeeira. Nunca é demais recordar que o café e a escravatura eram os pilares econômicos do Império.

O Decreto nº 5.594 não determinou uma gestão única para as Caixas de todo o país, expediente que somente seria adotado no século seguinte. O governo imperial apenas as regulava e nomeava os conselheiros fiscais, mas a seguir elas adquiriam autonomia administrativa, inclusive em relação aos presidentes das províncias. Mas o que importa assinalar é que no dia 5 de setembro de 1874 o visconde do Rio Branco expediu uma circular autorizando a criação das Caixas Econômicas e Montes de Socorro nas capitais das províncias de São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Sul.



A Caixa em São Paulo

Em São Paulo, que começava a se tornar a província mais importante do Brasil – já fervilhante de ideais republicanos e abolicionistas –, a Caixa foi instalada a 25 de janeiro de 1875, data do aniversário de sua capital. Aquela que se converteria em uma gigantesca metrópole no século 20 nascera em 1554, de uma capelinha erguida pelos jesuítas às margens do rio Anhangabaú, quase na confluência com o Tamanduateí.

Em 1875, São Paulo completava 321 anos e era a capital da província de mesmo nome, governada por João Teodoro Xavier, tido como o governante paulista mais eficiente do século 19. O Conselho Fiscal e Inspetor que instalou a Caixa de São Paulo era formado por Clemente Falcão de Sousa Filho (presidente), Antônio Aguiar de Barros (vice), coronel Antônio Proost de Rodovalho, tenente-coronel Bento José Alves Pereira e Joaquim José Vieira de Carvalho.

A posse ocorreu em uma reunião realizada ao meio-dia nos escritórios da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, no casarão situado na rua da Fundição (hoje Floriano Peixoto) esquina com a rua do Carmo (atual Roberto Simonsen), no coração da cidade e a poucos metros do local onde Nóbrega e Anchieta tinham fundado seu colégio.

O primeiro quadro de funcionários também foi registrado em ata: Domingos de Mello Rodrigues Loureiro (gerente), Francisco Raymundo Ferreira (guarda-livros), major João Martins de Azevedo (tesoureiro), capitão Joaquim Alves da Silva Lopes (perito) e Carlos Augusto de Andrade (porteiro/contínuo). Em 1893, o porteiro Carlos de Andrade, que estava destinado a ascender na empresa, da qual se tornaria gerente, já estava havia quase vinte anos na Caixa quando teve um filho, batizado Mário Raul de Morais Andrade. Em 1922, o Brasil ouviria falar daquele Mário: além de ter publicado, nesse mesmo ano, seu primeiro romance, *Pauliceia Desvairada*, ele se transformaria em um dos principais nomes da Semana de Arte Moderna.

A Caixa Econômica e o Monte de Socorro da Província de São Paulo abriram suas portas em 1° de setembro de 1875. A delonga se explica: o decreto definindo a criação das duas instituições continha um artigo de acordo com o qual o Monte de Socorro (veja o capítulo *Penhor*) só poderia começar a funcionar mediante o depósito prévio de 25 contos de réis (25:000$000). O problema era de onde sairia o dinheiro – especialmente porque, ainda sentindo os devastadores efeitos da Guerra do Paraguai, o governo imperial estava com as finanças abaladas.

A inflação castigava a economia brasileira, e a monarquia já emitia sinais de definhamento. Com os cofres públicos sem condições de suprir a nova instituição, o jeito foi ir atrás de quem pudesse bancar a quantia, como, aliás, o próprio Decreto nº 5.594 sugeria que se fizesse. O escolhido para abrir o bolso foi o comerciante e capitalista barão de Itapetininga. E ele o fez no dia 4 de julho.

A palavra Itapetininga é de origem tupi-guarani e, ironicamente, significa "caminho das pedras secas". Joaquim José dos Santos Silva, o barão de Itapetininga, também conhecido como Cadete Santos, era um dos homens mais ricos de São Paulo no século 19. Em 1822, ano da independência do Brasil, ele comprara a chácara do brigadeiro Xavier, que ocupava quase todo o Vale do Anhangabaú. Ali plantou chá e ergueu um palacete, cuja frente ficava para a atual rua Xavier de Toledo. Em 1831, destacou-se pela benemerência ao promover melhorias em hospitais e prisões. Em 1864, ganhou o título de barão.

Itapetininga concedeu o empréstimo a juros anuais de 6% e prazo de pagamento indeterminado. Em 13 de novembro de 1875, o governo imperial colocou o dinheiro a ser restituído ao barão à disposição da Caixa de São Paulo, que levou quatro

meses para retirá-lo, fazendo-o em 4 de março de 1876. O barão então recebeu 26 contos e 133.330 réis. Logo depois, a 11 de julho de 1876, ele veio a falecer.

Quando a Caixa começou a funcionar, em 1º de setembro de 1875, a cidade de São Paulo tinha cerca de 35 mil habitantes, e a província, 840 mil. O Banco do Brasil instalara sua primeira agência ali em 1820, fechara-a em 1829 e a reabrira em 1855. Até 1857, havia em São Paulo apenas a caixa filial do Banco do Brasil, na qual trabalhavam 16 empregados. Em 1873, dois anos antes da instalação da Caixa Econômica e Monte de Socorro, existiam somente quatro estabelecimentos bancários na capital.

Fora a partir de 1872, com o advento da lavoura de café e a chegada dos primeiros imigrantes, que o grande surto de desenvolvimento na cidade se iniciara. O então presidente provincial, João Teodoro Xavier, promoveu a abertura e a iluminação de dezenas de ruas, reformou jardins e outros locais públicos. A rede de água e esgoto foi melhorada e ampliada, o mesmo ocorrendo com as vias férreas, providência ditada pela necessidade de facilitar a comunicação com o interior e permitir o rápido escoamento do café.

A Caixa, no entanto, passou por momentos difíceis no início de suas atividades em São Paulo. De acordo com a lei, ela deveria ser sustentada por parte da receita do Monte de Socorro, proveniente dos juros cobrados sobre os empréstimos dados sob penhor, e das multas por extravios de cadernetas. Atendendo a um pedido de auxílio, o governo imperial concedeu à Caixa paulista o benefício de quatro loterias. Foram realizadas três extrações com arrecadação total de 15 contos de réis (15:000$000). Mas era pouco. Embora sempre lutando com dificuldades, a Caixa de São Paulo, ao contrário do Império, chegaria viva ao final do século. E não restam dúvidas de que a pujança trazida pelo café e o devotado esforço dos imigrantes tiveram muito a ver com isso.



CORAÇÃO PULSANTE

Mapa da Capital da Pcia. de S. Paulo, feito por Jules Martin. O centro histórico da cidade aparece com detalhes, justo na confluência dos rios Tamanduateí e Anhangabaú (hoje canalizado).

Coleção de Pedro Corrêa do Lago, São Paulo

P. 40 – VISTA GERAL DA IMPERIAL CIDADE DE SÃO PAULO

Litogravura de Jules Martin, c. 1875.

Coleção João Moreira Garcez, São Paulo



O café e os imigrantes 1870 . 1880

Era a droga ideal para o século que em breve nasceria. Ilegal até o século 16, estava agora plenamente liberada e pronta para virar coqueluche mundial. Quente, estimulante, precedido da fama de "provocar ideias" e sorvido de forma quase ritual, o café iria se tornar cada vez mais barato e acessível, deliciando poetas em Paris, músicos em Viena, banqueiros em Berlim e, em especial, multidões em Nova York e caubóis no Velho Oeste. Por uma série de circunstâncias – econômicas, ecológicas, políticas –, caberia ao Brasil o papel de alimentar esse vício global.

O café chegara ao país em 1727 pelas mãos do português Francisco de Mello Palheta, que, em passagem pela Guiana Francesa, obtivera mudas da rubiácea, embora a saída das plantas daquele país estivesse proibida. Introduzido na América pelo francês Gabriel de Clieu em fins do século 15, o café, originário da Etiópia, enfim desembarcava no território a partir do qual conheceria notável expansão. Cultivada de início no Pará, a lavoura do café espalhou-se rapidamente pelo país. A Baixada Fluminense foi o centro de irradiação do produto, que dali subiu a serra e atingiu as matas localizadas às margens do rio Paraíba do Sul, chegando então ao oeste do estado de São Paulo – a província que iria enriquecer.

Depois de declarar sua independência em 1776, os Estados Unidos passaram a importar o café brasileiro em larga escala. Em 1871, superadas as provações de uma terrível geada, o Brasil produziu dois milhões e meio de sacas de 60 quilos (contra 150 mil em 1822). Em 1874, a lavoura cafeeira chegava às riquíssimas terras roxas do oeste de São Paulo. Só no primeiro semestre daquele ano a produção atingiu quase dois milhões de sacas (1.975.754, para ser exato). O suave declive do planalto paulista havia facilitado a construção de estradas de ferro, e, em 1875, era inaugurado o trecho que unia Jundiaí a Itu. Nos anos seguintes, uma série de problemas climáticos e cambiais acabaram fazendo com que o preço e a produção despencassem, mas o café já se firmara como o principal produto de exportação do Brasil.

Tanto é que, na virada do século 19 para o século 20, o país respondia por 4/5 da produção mundial. Os 74 milhões de sacas colhidas entre 1891 e 1900 iriam transformar definitivamente o café no "ouro verde" brasileiro. As florestas haviam sido implacavelmente derrubadas, e quase um milhão de escravos foram trazidos da África desde o início da expansão cafeeira. Novas cidades, novas fortunas e novos latifúndios eram construídos da noite para o dia. O café gerou uma nova classe social e, a seguir, política. Fez o país criar ferrovias e aparelhar os portos do Rio e de Santos. Catapultou o crescimento de São Paulo no rumo da metrópole que se tornaria no século 20 e

P. 42 – COLHEITA DE CAFÉ EM ARARAQUARA, SÃO PAULO
Colotipia publicada em Lembrança de São Paulo, *de G. Gaensly [1902?].*
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



AO LADO E NA P. 45 – VIDA NOVA, DURA VIDA
Retratos de famílias de imigrantes em São Paulo nas últimas décadas do século 19 e primeiras do século 20.
Memorial do Imigrante, São Paulo

incentivou a vinda dos trabalhadores assalariados, os imigrantes trazidos da Europa. Por fim, ajudou a derrubar o império que tornara fulgurante.

A vertiginosa expansão da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba coincidiu com o início da campanha abolicionista no Rio e em São Paulo. Os latifundiários até se mostravam dispostos a abrir mão dos braços negros na lavoura, contanto que lhes fossem concedidas facilidades para a "aquisição" de braços europeus. No final da década de 1870, uma série de acordos e convênios assinados entre o Brasil e alguns países da Europa deu início à grande imigração. Em menos de dois anos, 150 mil trabalhadores chegaram ao Brasil, quase todos italianos: eram camponeses pobres que haviam deixado a terra natal com a família e cruzado o oceano em condições insalubres, às vezes fatais, na esperança de encontrar a prosperidade no suposto Eldorado sul-americano.

Depois de enfrentar a terrível viagem, amontoados em porões infectos e quase sem comida, eram enviados à Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo. Ali, após se registrarem, negociavam postos de trabalho. Na verdade, quase não passavam de escravos brancos, explorados por cafeicultores que se recusavam a aceitar os novos tempos. De 1891 a 1900, o Brasil recebeu 1,2 milhão de imigrantes. Depois dos italianos, vieram em maior quantidade os espanhóis, alemães e japoneses. Junto com índios, portugueses e negros, os recém-chegados forjaram as feições multirraciais que o país hoje exibe.





BARÃO DO CAÍ
Retrato do primeiro presidente da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul.
Acervo da Caixa, Rio Grande do Sul

P. 47 – PORTO DOS CASAIS
Porto Alegre vista do Hospital, aquarela de Hermann Rudolf Wendroth, 1852.
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

A Caixa no Rio Grande do Sul

Embora a Caixa de São Paulo estivesse destinada a tornar-se a segunda mais importante do Império, atrás apenas da Caixa da Corte, ela não foi a primeira a abrir as portas. Com efeito, apenas quatro meses após a assinatura da circular de 5 de setembro de 1874 e 17 dias antes da nomeação do Conselho da Caixa paulista – em 8 de janeiro de 1875, portanto – reuniram-se, às 11 horas da manhã, na casa do barão de Caí, recém-nomeado presidente da Caixa Econômica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, os demais membros do Conselho Fiscal da Caixa gaúcha. Ao meio-dia, quando a sessão foi encerrada, estavam eleitos o tenente-coronel Francisco Olinto de Carvalho (vice-presidente), Felipe Benício de Freitas Noronha (secretário) e Estácio Monteiro (conselheiro) – aliás, as únicas quatro pessoas presentes àquele encontro inaugural.

Ficou decidido que o vice-presidente Olinto de Carvalho se encarregaria de "alugar uma casa apropriada para o funcionamento do estabelecimento", enquanto o barão de Caí comprometeu-se em "mandar aprontar a mobília e mais objetos necessários para a instalação da mesma Caixa Econômica e Monte de Socorro". O Conselho agiu com presteza, pois a reunião seguinte, em 30 de abril de 1875, já foi realizada numa casa alugada e mobiliada, no número 279-281 da rua dos Andradas, mais conhecida como rua da Praia, a principal via do centro de Porto Alegre. Interessante observar que a sede principal da Caixa no Rio Grande do Sul segue instalada na mesma rua.

Em 3 de maio de 1875, a Caixa gaúcha iniciava as operações, às 11 horas da manhã, após nova reunião do Conselho. Foram feitos então 20 depósitos, num total de 280 mil-réis (280$000), quase o dobro do que fora depositado no primeiro dia de funcionamento da Caixa da Corte, embora seja forçoso observar que 15 anos já se haviam passado. Como no caso do Rio, a lista dos primeiros depositantes gaúchos acabou sendo preservada, e ela permite lançar o mesmo e comovente olhar sobre as finanças, o cotidiano e os sonhos de pelo menos duas dúzias de brasileiros.

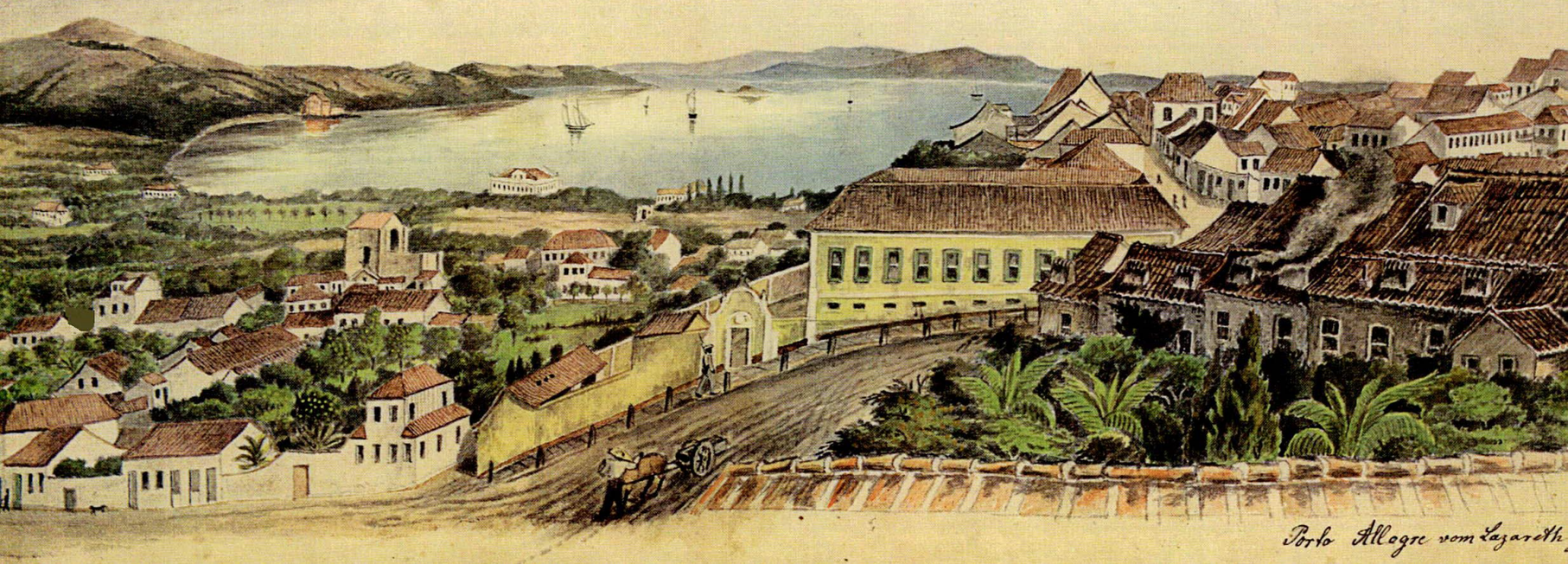
Mas esse relatório não apenas traz a idade, o endereço e a profissão dos depositantes: junto a ele, o Conselho Fiscal da Caixa gaúcha teve o cuidado de anotar também as despesas feitas com a mobília e o material de escritório. Tal providência facilita enormemente o trabalho daqueles dispostos a fazer uma análise comparativa de valores. Pode-se saber, dessa forma, que, naquele maio de 1875, uma mesa com duas gavetas custava 20 mil-réis (20$000), e o preço de uma grade de ferro era de cinco mil-réis (5$000), enquanto uma balança de precisão valia 20 mil-réis (20$000), um anúncio no *Jornal do Commercio* saía por oito mil-réis (8$000) e um vidro pequeno de ácido sulfúrico podia ser comprado por 720 réis ($720). Pode-se afirmar, portanto, que, como no Rio de Janeiro (e nas demais províncias da Corte), os primeiros depósitos feitos por poupadores gaúchos foram bastante modestos.

Os primeiros depositantes da Caixa gaúcha

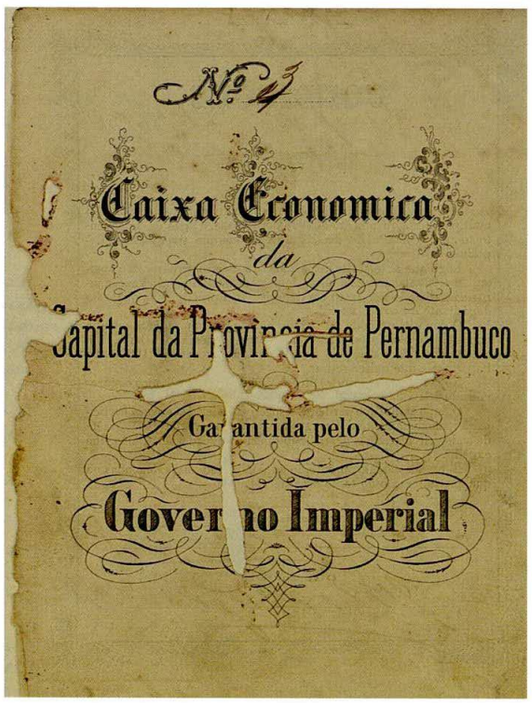
Dionísio José Monteiro – 19 anos, solteiro – caixeiro desta Província – Rua Gal. Câmara, n° 54 ..... 20$000
Balbina Monteiro – 14 anos, solteira – desta Província – Rua Gal. Câmara, n° 54 ..... 20$000
Luiz José Monteiro – 7 anos, solteiro, filho de Estácio José Monteiro, desta Província – Rua Gal. Câmara, 54 ..... 20$000
(Estes 3 primeiros depositantes eram filhos do diretor Estácio José Monteiro)

Antonio Francisco Velho – 55 anos, casado – empregado público desta Província – Rua da Igreja, 135 ..... 10$000
Augusto Paranhos da Silva Veloso – 28 anos, solteiro – empregado público – Rua dos Andradas – Hotel Brasil ..... 5$000
Maria da Glória Flores Soares – 1 ano, solteira, filha de José Soares Júnior – desta Província – Rua 7 de Setembro, n°... ..... 10$000
João Antônio Ferreira – solteiro, ferreiro, desta Província – Rua da Conceição... ..... 50$000
Dª Maria José de Carvalho – 22 anos, solteira, desta Província – Rua Duque de Caxias ..... 50$000
Dª Armanda de Carvalho – 11 anos, solteira, desta Província – Rua Duque de Caxias ..... 5$000
Dª Ignacia Fernandes Teixeira – 25 anos, solteira, desta Província – Rua Duque de Caxias ..... 10$000
Dª Evarista Fernandes – 24 anos, solteira, desta Província – Rua Duque de Caxias ..... 10$000
Dª Alzira Teixeira Hebnenn – 18 anos, casada, desta Província – Rua Duque de Caxias ..... 10$000
Aquiles J. Gomes Porto Alegre – 25 anos – empregado público, desta Província – Barão do Triunfo ..... 50$000
Operários Militares do Arsenal de Guerra – Entregue pelo Tesoureiro da Fazenda pelo ofício de 3 do corrente (14/5/1875) ..... 7:396$395
Joséfa – "Liberta" – 9 anos, filha de creoula Margarida, escrava de José Antonio Coelho Jr. – n° 49 – (6/5/1875), caderneta n° 30 ..... 20$000
Dª Alice Ferreira Porto – 6 anos, filha do Barão de Cahy, desta Província – Rua dos Andradas – (5/5/1875) ..... 25$000
Dª Maria Luiza Ferreira Porto – 9 anos, filha do Barão de Cahy, desta Província – Rua dos Andradas (5/5/1875) ..... 25$000 (30/6/1881) ..... 221$700
Luiz Ferreira Porto – 8 meses, filho do Barão de Cahy, desta Província – Rua dos Andradas (11/5/1875) ..... 25$000 (14/9/1875) ..... 411$000
D. Salustiano Orlando de Araujo Costa – 41 anos, casado, magistrado de Sergipe – Rua do Rosário – (5/5/1875) ..... 50$000
Dª Laura Francisca Velho – 27 anos, solteira, desta Província, Duque de Caxias, n° 135, maio 1875 ..... 50$000 (30/6/1882) ..... 622$200

Até 31 de maio de 1875 – No primeiro mês de operações da Caixa foram feitos 241 depósitos na importância de 15:039$000 (quinze contos e 39 mil-réis).
Obs: foram mantidas as grafias do documento original.



A expansão da Caixa



COMPROVANTE PRESERVADO
Caderneta do terceiro cliente da Caixa de Pernambuco, Francisco Augusto Pacheco, que depositou 50 mil-réis (50$000) em 1877.
Acervo Museu da Caixa, Brasília

P. 49 ACIMA – PRIMEIRO ENDEREÇO
Lago do Corpo Santo – Recife, em ilustração de Fernando Costa. À esquerda do largo ficava a rua do Comércio, onde estava instalada a Caixa pernambucana. A rua do Comércio (que não existe mais) era uma continuação da rua da Cadeia, hoje avenida Marquês de Olinda.
Acervo Museu da Caixa, Brasília

P. 49 ABAIXO – TUDO EM CASA
O sobrado no qual foi instalada a Caixa de Pernambuco, na rua do Comércio nº 48, pertencia ao comendador João Inácio de Medeiros Rego, que havia sido nomeado presidente do Conselho Fiscal da instituição.
Acervo Museu da Caixa, Brasília

Depois do Rio Grande do Sul e de São Paulo, a Caixa Econômica começou a se espalhar por todas as províncias do Império. Em Minas Gerais, a Caixa instalou-se no dia 1º de outubro de 1875 em Ouro Preto, então capital da província. O Conselho Fiscal, presidido pelo comendador João Batista Teixeira de Souza, fora nomeado no dia 27 de fevereiro daquele ano e dele faziam parte o também comendador Francisco Teixeira do Amaral (vice-presidente), o secretário, tenente Manoel Costa da Fonseca, mais Valeriano Ribeiro de Carvalho e Antonio Maria Soares de Albergaria. O primeiro gerente-geral foi Anacleto Magalhães Rodrigues.

O início das operações da Caixa no Espírito Santo deu-se no dia 1º de dezembro de 1875, quando foram feitos dez depósitos. O primeiro cliente foi Michael Ferreira Penna, juiz municipal, residente em Cachoeiro do Itapemirim, que depositou 50 mil-réis (50$000), soma que, 21 dias mais tarde, ele já havia ampliado para 200 mil-réis (200$000).

A primeira agência da Caixa no Pará foi aberta na capital da província, Belém, no dia 1º de julho de 1876. O primeiro presidente do Conselho era Antônio Gonçalves Nunes e o primeiro cliente foi um certo João Gomes de Faria. Outros 15 depositantes abriram suas cadernetas naquele primeiro dia de funcionamento da Caixa paraense, deixando um total de 50 mil-réis (50$000) nos cofres da instituição. O dado mais revelador é que, daqueles 16 clientes iniciais, 14 eram mulheres, entre as quais duas Josefinas, uma Balbina, uma Belmira e uma Florisbela, homônima da primeira depositante da Caixa paulista.

Por coincidência, no mesmo 1º de julho de 1876 nascia também a Caixa do Paraná, em Curitiba. Sua sede ficava no Edifício do Tesouro Provincial, na rua do Tesouro, na zona central da capital da província. Seu primeiro Conselho Fiscal, nomeado (como todos os demais) pelo governo imperial, era constituído por Lourenço Sá Ribas, tenente-coronel Inácio José de Morais, José Barros Fonseca, Caetano José Munhoz e Manoel da Cunha Bittencourt. Sete mulheres e três crianças estavam entre os 15 primeiros depositantes paranaenses.

Na Bahia, a Caixa Econômica só começou a funcionar quatro anos depois da assinatura do Decreto nº 5.594. A agência instalada no pavimento térreo da Intendência Municipal, localizada no centro de Salvador, abriu as portas em 3 de fevereiro de 1878 (embora o Conselho Fiscal já tivesse se reunido pela primeira vez quase dois anos antes, no dia 15 de novembro de 1876). O Conselho era formado pelo presidente Antônio Ladislau Figueiredo Rocha, pelo vice Luiz Rodrigues Dutra Rocha, pelos diretores José de Barros e Severino Gomes e pelo secretário Felisberto da Silva Horta.

O primeiro depositante baiano foi um Manoel José de Seixas, que favoreceu seus filhos Antônio, João e Augusto. No primeiro ano de funcionamento, os depósitos atingiram quantia considerável: 426 contos e 976 mil-réis (426:976$000). No período, foram emitidas 1.738 cadernetas, embora 105 delas tenham sido encerradas no mesmo exercício. O primeiro gerente da Caixa da Província da Bahia foi Francisco José Gomes, que ocupou o cargo de agosto de 1877 a novembro de 1898.

Em Fortaleza, capital da província do Ceará, a Caixa abriu as portas no dia 17 de fevereiro de 1879. Seu presidente era João da

Rocha Moreira. O primeiro cliente foi o guarda civil Pedro Artur de Vasconcelos, casado, 28 anos, que depositou 50 mil-réis (50$000) numa caderneta que só seria encerrada no século seguinte, em outubro de 1908, quando seu titular já contava 57 anos de idade. Naquele mesmo dia de fevereiro de 1879, outras 16 cadernetas de poupança foram abertas na Caixa do Ceará, totalizando depósitos de 655 mil-réis (655$000).

Instalada na antiga residência dos capitães-mores, mais tarde rebatizada de Palácio da Tesouraria da Fazenda, a Caixa da Paraíba também foi uma das pioneiras no Brasil, iniciando suas atividades no primeiro semestre de 1875.

No dia 4 de junho de 1877, uma segunda-feira, o *Diário de Pernambuco* publicava o seguinte anúncio: *"Caixa Econômica e Monte de Socorro – Instalaram-se, no sábado, no andar térreo do sobrado nº 48 da rua do Comércio, com frente para a praça do Corpo Santo, esses dois estabelecimentos, garantidos pelo governo imperial, de acordo com o Decreto nº 5.594, de 18 de abril de 1874. A Caixa Econômica recebe de cada pessoa desde 1$000 (mil-réis), ou múltiplos dessa quantia, até 50$000 (cinquenta mil-réis), por semana, aos juros de cinco por cento (ao ano). O Monte de Socorro empresta quantias de 5$000 (cinco mil-réis) até 100$000 (cem mil-réis) sobre penhores de ouro, prata ou diamantes, ao juro de um por cento (1%) ao mês".*

Como o próprio anúncio revela, a Caixa Econômica de Pernambuco abrira as portas no dia 2 de junho de 1877. O sobrado localizado no número 48 da rua do Comércio pertencia ao comendador João Inácio de Medeiros Rego, que no dia 15 de maio anterior fora nomeado presidente do Conselho Fiscal da Caixa pernambucana. Um dos mais influentes exportadores de açúcar da província, oficial da Ordem da Rosa e cavaleiro da Ordem de Cristo, Medeiros Rego deve ter sido o principal articulador da liberação do empréstimo de 16 contos de réis (16:000$000) que o governador Manuel Carneiro da Cunha havia repassado sem juros para que a instituição pudesse funcionar. O primeiro depósito foi feito pelo comendador Antonio da Cunha Ferreira Baltar, diretor do Conselho. O terceiro cliente foi Francisco Augusto Pacheco, que depositou 50 mil-réis (50$000) numa caderneta cujo original encontra-se preservado.





A Caixa e os escravos



ABAIXO – A CAMINHO DA ROÇA
Gravura de Victor Frond, 1861.
Coleção de José e Guita Mindlin

P. 51 – A LIBERDADE TEM UM PREÇO
Reprodução do texto grafado na caderneta da escrava Joana em 1887. O original se encontra no Museu da Caixa em Brasília.

Em março de 1861, dois meses após a assinatura do decreto que criou a Caixa Econômica da Corte, estreou no Rio de Janeiro a peça *Mãe*, de José de Alencar (1829-1877). O enredo era melodramático: um jovem senhor herda e a seguir vende a mãe escrava sem sabê-lo, descobrindo o parentesco apenas no último ato, que termina com o suicídio dela.

Embora José de Alencar fosse um deputado conservador, conhecido por posições retrógradas e escravagistas (ao contrário do pai e homônimo, que sempre se batera por causas liberais), viu-se compelido a entronizar em seu drama a figura de Joana, a cativa que se imola pelo filho. Vinte e sete anos antes da Lei Áurea, o tema da escravidão já polarizava a sociedade brasileira e era assunto em todas as rodas.

Mas não teria sido preciso carregar tanto nas cores, como fez José de Alencar na sua peça. A própria realidade fornecia material de alta voltagem dramática. Basta um único exemplo: assinado em maio de 1887 por uma escrava – coincidentemente chamada Joana –, um recibo emitido pela Caixa Econômica rezava:

"Cedo e transpasso o direito que tenho na presente caderneta ao senhor tenente José da Silva Rondon por haver do mesmo recebido minha liberdade, pela quantia de 600 mil-réis, preço por que fui alforriada".

Difícil imaginar situação mais comovente: uma mulher nascida escrava em Mato Grosso, em algum momento da década de 1840, consegue comprar a liberdade graças a sua caderneta de poupança, pagando a seu senhor 565 mil-réis (quantia 56 vezes superior ao depósito feito pelo primeiro cliente da Caixa, Antônio Álvares Pereira Coruja). Um ano depois, é decretada a abolição da escravatura...

É compreensível que relatos sobre a história da Caixa concedam especial relevo às poupanças abertas por escravos ou por seus senhores destinadas à compra da carta de alforria. Desde o início, a prática fez parte do cotidiano da Caixa da Corte. Tanto é que, já em 16 de novembro de 1861, 12 dias depois de a instituição ter iniciado suas operações, Margarida Luíza, escrava de Joaquim José Madeira, abriu a caderneta de poupança nº 59 da história da Caixa. Ela a encerrou três anos mais tarde, no dia 5 de janeiro



de 1865, retirando os 353.542 réis (353$542) com os quais comprou a carta de alforria.

Cerca de dez dias depois de Margarida Luíza ter iniciado sua poupança, foi a vez de Felipa Nery, uma "liberta" – ou seja, ex-escrava – abrir a caderneta nº 75 em nome de sua filha, Felismina, de apenas dois anos. Ao contrário da mãe, a menina continuava sendo propriedade de um certo Antonio Fernandes.

Em 14 de maio de 1866, um escravo de nome Gil também abriu uma caderneta, de número 7.327. É provável que centenas de outros cativos tenham feito o mesmo, embora os documentos originais não tenham sido preservados: a maior parte deve ter sido queimada pelo governo republicano durante aquela espécie de auto de fé que selou a campanha abolicionista no Brasil.

De todo modo, aquelas primeiras cadernetas constituíam uma exceção e não a regra. Foi somente a partir da assinatura da Lei nº 2.040 – conhecida como Lei do Ventre Livre –, aprovada em meio a grandes controvérsias, em 28 de setembro de 1871, que o governo imperial autorizou os escravos a abrirem um pecúlio cujos fundos poderiam ser usados na compra da carta de alforria.

O projeto de lei enviado pelo governo à Câmara dos Deputados estabelecia em seu artigo 4º: "*É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças que lhe aconteçam, ou com o que,* por consentimento do senhor, *obtiver de seu trabalho e economias*".

O parágrafo 2º do mesmo artigo era ainda mais direto: "*O escravo que, por meio de seu pecúlio, ou por liberalidade de outrem, ou por contrato de prestação de futuros serviços, obtiver meios para indenização de seu valor, terá direito à alforria*".



O dinheiro, como se vê, poderia ser proveniente de doações, legados e heranças. Como tais ocorrências com certeza eram raríssimas na vida dos escravos – o que poderiam eles herdar, e de quem? Quem lhes doaria algo? –, os pecúlios eram, na absoluta maioria dos casos, fruto do próprio trabalho, realizado em breves horas vagas. A fonte de renda dos cativos se resumia, em geral, à venda de produtos nas ruas das cidades.

No entanto, como deixavam claro as emendas parlamentares incluídas no texto da lei ao longo dos fervorosos debates no Congresso, os escravos só poderiam trabalhar com "o consentimento do senhor". Os cativos que obtinham permissão para trabalhar em atividades que auferissem renda para seus senhores e para si mesmos eram chamados de "escravos de ganho".

As disposições asseguravam que qualquer escravo que conseguisse obter dinheiro suficiente para pagar seu preço e indenizar seu senhor teria direito à liberdade. "Tudo o que o senhor poderia fazer era tentar espichar o preço", comenta Sidney Chalhoud em *Visões da Liberdade – Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte.* "No caso de senhor e escravo não chegarem a um acordo, o valor da indenização seria determinado em arbitramento judicial", completa Chalhoud.

Mas a aprovação da lei, por mais cauteloso que fosse seu texto final, seria precedida por ataques furibundos da bancada conservadora. Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, cujo reacionarismo irritava até D. Pedro II, disparou: "As alforrias forçadas não terão outro resultado senão fazer perder aos senhores toda a força moral perante os escravos… Voto contra tudo!"

Foi justamente para disciplinar o que fora previsto em lei que surgiu o Decreto nº 5.153, assinado em 13 de novembro de 1872, determinando à Caixa Econômica a obrigatoriedade de aceitar depósitos dos escravos, o que passou a ocorrer primeiro na Corte e a seguir nas várias

CAIXA ECONOMICA

COM GARANTIA DO GOVERNO IMPERIAL

O Snr Ernesto escravo livre ao serv
da Fabrica da Polvora Pedro que e
escravo da Nação

DATA		Quantias depositadas
1865		
Agosto 16	Entregou oito mil e outo centos	
Setembro 12		

Laurinda (Liberta)
147

Data	Operações	Debito	Credito	Saldo	Dias	Num pa os ju
1875						
Setembro 28	Entregou		50000	50000	10	5
Outubro 8	Entrou		10000	60000	18	10
26	Idem		30000	90000	13	11
Novembro 8	Idem		15000	105000	33	34
Dezembro 11	Idem		37000	142000	20	28
31	Juros		1200	143200		60
1876			143200	143200	23	74
Janeiro 28	Entregou		15000	158200	73	114
Abril 10	Idem		11000	169200	61	104
Junho 10	Idem		20000	189200	20	37
30	Juros		4000	193200		233

CEF – MUSEU
N.º 279/80.

N.º 1791

Livro n.º 5

CAIXA ECONOMICA DE MATTO-G

Creada sob a garantia do Governo Imperial, pelo Decreto n. 5594 e Regulamento de 18 de Abril de 1874 em
1083 de 22 de Agosto de 1860, §§ 1 e 14 a 16, e ns. 150 de 26 de Setembro de 1867, Art. 36 § 1.

~~O Snr.~~ Valeriano, cabra, escravo do Snr. Pascoal O
com autorização de Guia de

DATA	OPERAÇÕES	Quantia entregue
1884		
Junho 11	Entregou quarenta mil reis	40$000
	Paula A. J. de Aguino Cout.or	
Março 5	Juros vencidos e Capitalisados	1$462
	Idem	41$462
	Deduzo se Cademeta Fracções de juro	1$62
		40$900
	Retirou por Saldo	
	Pascoal Ordano	Paula

CAIXA ECONOMICA Nº 4773

COM GARANTIA DO GOVERNO IMPERIAL

O Snr Leonarda, Escravo da nação ao
serviço da Arsenal de Guerra da Côrte

DATA		Quantias depositadas
1865		
Setembro 13	Entregou mil e quarenta e cinco patacas	1$800
Outubro 13	Idem mil e oitocentos reis	1$800
Novembro 14	Idem mil oitocentos e sessenta	1$860
Dezembro 14	Idem mil oitocentos reis	1$800
31	Juros	
1866		
Janeiro 11	Entregou mil e vinte reis	1$020
Fevereiro 13	Idem mil oitocentos e sessenta	1$860

CEF – MUSEU
N.º 277/80.

N.º 1660

Livro n.º 5

CAIXA ECONOMICA DE MATTO-G

Creada sob a garantia do Governo Imperial, pelo Decreto n. 5594 e Regulamento de 18 de Abril de 1874
ns. 1083 de 22 de Agosto de 1860, §§ 1 e 14 a 16, e ns. 150 de 26 de Setembro de 1867, Art. 36 § 1.

~~O Snr.~~ Maria, Crioula, escrava de D. Antonia Joaquina
com autorização do Guia de Capitã

DATA	OPERAÇÕES	Quantia entregue
1884		
Fevereiro 5	Entregou cinco seis cento reis	6$000
	Paula A. J. de Aguino Cout.or	
Março 18	Entregou oito mil reis	8$000
1888	Paula Aguino Cout.or	
Outubro 16	Entregou vinte cinco mil reis	25$000
	Augusto	
		39$000

Eva (Liberta)

Judias. Deve-se nova conta de 1884

167

Data		Operações	Debito	Credi
1875 Outubro	2	Entregou		
Dezembro	31	Juros		50
1876				

Juros sem fracções	Fracções dos juros
300	027

Judas, escravo ao Conselheiro Joaquim Mcl Gz d'Andrade

Idade 54 annos
Estado Casado
Profissão Hortelão
Naturalidade S Paulo
Residencia Travessa do

Conta 1863

Data		Operações	Debito	Credito	Saldo	Dias	Numeros para os juros	Juros sem fracções
1875 Setembro	3	Entregou		24000	24000	3	72000	
	6	Idem		50000	74000	7	518000	
	13	Idem		50000	124000	7	868000	
	20	Idem		50000	174000	12	1748000	
Dezembro 1876	31	Juros		2600	176600		10206600	2600
Junho	30	Idem		176600	176600	182	32141200	
				4400	181000			4400



CRIOULO FUGIDO
Cartaz oferecendo recompensa de 50 mil-réis pela captura de um escravo fugido, de nome Fortunato, publicado no Rio de Janeiro, em 1854.
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

P. 52 E 53 – POUPANÇA E ALFORRIA
Diversas cadernetas de escravos usadas para comprar a liberdade.
Acervo da Caixa nos museus de Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo

P. 55 – COZINHA NA ROÇA
Gravura de Victor Frond, 1861.
Coleção de José e Guita Mindlin

províncias que, a partir de 1875, começaram a contar com uma agência da instituição. A Caixa emitia uma caderneta de controle de depósitos e retiradas, como o fazia no caso do depositante de condição livre. A diferença é que na caderneta dos escravos constava o nome do senhor. A conta de um escravo, incluída na lógica vertical de uma sociedade escravocrata, só podia ser aberta com a autorização de seu dono, precedida por uma autorização do Juízo de Órfãos, o órgão governamental ao qual os escravos estavam submetidos.

O assunto continuou gerando polêmica. Tanto é que, ao ser consultado por senhores de escravos que queriam abrir poupanças para seus cativos, o então gerente da recém-inaugurada Caixa de São Paulo, Domingos de Melo Loureiro, ainda desconhecendo o procedimento padrão, julgou mais prudente repassar a questão para a direção da Caixa da Corte. Em ofício datado de 18 de setembro de 1875, Loureiro informou ao primeiro presidente da Caixa paulista, Clemente Falcão Filho, o resultado da consulta:

"Vários senhores e possuidores de escravos desejam recolher na Caixa Econômica o pecúlio destes, independentemente da autorização do Juízo de Órfãos, regida pelo regulamento que baixou com o Decreto nº 5.594, de 18 de abril de 1874, artigo 11, isto porque, segundo dizem eles, não tem semelhante exigência outro mérito mais do que criar delongas e dificuldades bem conhecidas.

"Apesar de ser o referido artigo 11 bastante claro e terminante, pareceu-me conveniente consultar ao gerente da Caixa Econômica da Corte sobre o modo prático ali estabelecido em tais casos. Em solução foi-me respondido pelo respectivo chefe da escrituração que, no intuito de facilitar a entrada do pecúlio dos escravos para a dita Caixa, tem-se ali admitido que, independentemente da autorização do Juízo de Órfãos, o senhor ou possuidor de escravos institua caderneta para estes, declarando no segundo caso a quem eles pertencem, observando-se porém ao instituidor, no ato de estabelecer a caderneta, que não poderá ser retirada quantia alguma sem o competente alvará do Juízo de Órfãos, o qual deverá ser requerido pelo senhor do instituído.

"Sendo esta a prática estabelecida na Caixa Econômica da Corte para com a entrada do pecúlio dos escravos, vou com a presente exposição solicitar ao esclarecido juízo de V.Sa. uma resolução definitiva a respeito, a fim de servir ela de regra na Caixa Econômica desta província".

Clemente Falcão determinou então que fosse adotado em São Paulo o mesmo procedimento da Caixa da Corte. A partir daí, os senhores começaram a abrir poupanças para seus escravos. Conforme consta nos arquivos da Caixa de São Paulo, a primeira poupança de um cativo foi aberta pelo monsenhor Joaquim Manuel de Andrade em favor do "Negro Judas, de 54 anos". Essa caderneta está preservada no Museu da Caixa.

Em 25 de junho de 1883, o então ministro da Fazenda, Lafaiete Rodrigues Pereira, alarmado com vários casos que caracterizavam desleixo ou deliberado descuido, emitiu um alerta aos Juízos de Órfãos admoestando-lhes para que, sempre que lhes fossem entregues os pecúlios, tratassem de depositá-los "com toda a brevidade" nas Caixas Econômicas, *"a fim de lhes assegurarem o juro de 5%, pois que as quantias que ficam recolhidas nos Cartórios dos Juízos de Órfãos, sem vencer juros, retardam a liberdade do escravo (...), o que é contrário ao pensamento da Lei de 28 de setembro de 1871 e prejudica, assim, o fundo de emancipação".*

Apesar de as contas dos escravos serem motivo de orgulho para a Caixa Econômica, há controvérsias sobre a real motivação dos senhores. A abertura de cadernetas muitas vezes era mais uma estratégia do que um ato de generosidade. Mediante a promessa de poder comprar a própria liberdade, os cativos ficavam

mais dóceis, menos propensos a participar de rebeliões e empreender planos de fuga que poderiam comprometer a obtenção pacífica e supostamente garantida da carta de alforria. Escravos casados, além de obter vantagens dentro da senzala em razão da necessidade de prover a mulher e os filhos, também encontravam melhores condições e maior motivação para a realização de uma poupança que, algum dia, poderia servir para comprar a liberdade de toda a família.

Havia, contudo, quem abrisse poupanças para seus escravos porque, numa lógica um tanto cínica, queria mesmo dar-lhes a liberdade, mas não estava disposto a fazê-lo de graça. Especialmente porque a cada dia ganhava força o movimento abolicionista. A abertura de uma poupança lhes proporcionaria, portanto, alguma capitalização por ocasião da alforria.

Foi justamente esse o caso que, deliberadamente ou não, acabou favorecendo o tenente José da Silva Rondon – tanto quanto há de ter amargurado sua escrava Joana. No dia 23 de janeiro de 1884, Joana, com a devida autorização do Juízo de Órfãos de Mato Grosso, abriu uma caderneta de poupança, registrada na folha 129 do livro número 5. Naquele dia, ela depositou 50 mil-réis. Em 15 de fevereiro, mais 50 mil-réis, seguidos por um terceiro depósito de igual valor no dia 20 daquele mês. Seis meses depois, em 11 de setembro, ela colocou apenas dez mil-réis na conta. Mais de um ano se passou até que em 12 de outubro de 1885 ela dispusesse de 40 mil-réis. Foi preciso esperar por 1886 para que, nos dias 18 e 31 de maio, Joana depositasse respectivamente 30 mil-réis e 20 mil-réis, encerrando os depósitos daquela temporada em 6 de dezembro, quando mais 50 mil-réis entraram na caderneta. Então, a 25 de maio de 1887, sabe-se lá de que forma e com quanto esforço, a escrava conseguiu colocar 265 mil-réis em sua poupança – perfazendo os 600 mil-réis que, naquele mesmo dia, lhe pagaram a liberdade. Como poderia Joana imaginar que, dali a 350 dias, com a abolição da escravatura, ela teria obtido de graça o que tanto lhe custara comprar?

O Museu da Caixa em Brasília possui 85 cadernetas de poupança de escravos – entre elas a da desafortunada Joana e as de outros cativos sobre os quais virtualmente nada se sabe, além de seus nomes sem sobrenome: "Lourença, liberta", "Anna, crioula escrava", o "cabra" Valeriano, a "liberta" Eva e o já citado "negro Judas". Em seu silêncio eloquente, aqueles frágeis pedaços de papel registram uma história de dor, superação e dignidade. Contemplá-los equivale – quando não suplanta – à leitura de qualquer estudo sobre o horror da escravidão.

Graças a tais documentos, que constituem alguns dos poucos registros sobre a escravatura no Brasil, o Museu da Caixa foi incluído no *Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual*, publicação patrocinada pela Unesco e pelo Conselho Internacional dos Arquivos como parte de um programa de abrangência mundial. Cerca de 60 das 85 cadernetas vieram de Cuiabá, em Mato Grosso, onde pesquisas feitas no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis acabaram indicando que, além de Joana, pelo menos outro escravo, de nome Clementino, conseguiu comprar sua carta de alforria mediante a entrega dos direitos sobre sua caderneta para seu senhor. Deixou, portanto, de ser servo ao quitar uma dívida cujo valor era o preço dele próprio – uma funesta lembrança dos tempos tenebrosamente longos durante os quais, no Brasil, seres humanos podiam ser comprados e vendidos.



A abolição da escravatura



O SENHOR E OS HOMENS DE SUA PROPRIEDADE
Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, c. 1870.
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

P. 57 – AGORA SIM
Etiqueta para tecidos, de Samuel, Irmãos & Cia, 1888.
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

A lei tinha apenas dois artigos. Fora redigida por um calígrafo famoso em pergaminho finíssimo. A princesa assinou-a com uma pena de ouro cravejada de brilhantes, adquirida por subscrição popular e usada naquela única vez. O artigo 1º dizia: "É declarada extinta a escravidão no Brasil". O artigo 2º estabelecia: "Revogam-se as disposições em contrário". Mas o radical despojamento do texto não disfarçava – talvez até reforçasse – a complexidade que antecedera (e sucederia) a Lei Áurea.

A luta pela abolição da escravatura no Brasil – única nação independente que, quase na aurora do século 20, ainda possuía escravos – fora a mais longa, intrincada e tortuosa de todas as campanhas sociais e lutas populares jamais realizadas no país. Tinha durado 80 anos, ao longo dos quais cerca de 1,5 milhão de escravos entraram no país (pelo menos 700 mil deles de modo ilegal) e envolvera toda a nação, desvendando-lhe as incertezas, as omissões, os descaminhos.

É evidente que a simples assinatura da princesa Isabel em um pergaminho rebuscado, libertando, a partir daquela data, os 723.719 escravos oficialmente existentes no país, não resolveria a questão como num passe de mágica. Três séculos de escravidão (durante os quais mais de 4,5 milhões de escravos haviam sido trazidos para o Brasil) não seriam apagados por um mero rabisco num papel, por mais sucinto, requintado e direto que fosse o texto.

O espelho da historiografia costuma refletir imagens côncavas e convexas. Mas, para além de todas as interpretações já feitas sobre o processo abolicionista, a imagem real em frente do espelho parece revelar uma nação rude, dividida, de espírito escravista e antilegalista, que relutou ao máximo antes de alterar sua ordem econômica e social baseada na exploração do trabalho escravo. Uma nação que, às três horas e 15 minutos de uma tarde ensolarada de domingo, 13 de maio de 1888, não apenas não se livraria de seu passado tenebroso como, ainda hoje, parece incapaz de lidar com ele.

A campanha pela libertação dos escravos no Brasil tomou corpo 15 anos antes da criação da Caixa Econômica da Corte – e foi deflagrada por pressões feitas pelos ingleses, para quem a escravidão deixara de ser lucrativa. O processo se precipitou com a assinatura, em agosto de 1845, do *Bill Aberdeen*, decreto com o qual a Inglaterra se autoconcedeu o direito de apreender navios negreiros e julgar seus comandantes, mesmo em águas territoriais brasileiras. De imediato, o decreto provocou o aumento do tráfico e do preço dos escravos: só no ano seguinte à sua promulgação entraram no Brasil 50 mil novos escravos. Três anos depois, o número chegou a 60 mil, apesar de dezenas de incidentes envolvendo a armada inglesa e os navios negreiros.

O auge da pressão deu-se em março de 1850, quando o primeiro-ministro inglês William Gladstone ameaçou fazer o Brasil cumprir os tratados "à ponta da espada, pela guerra até o extermínio". Diante da gravidade da situação, o país finalmente aprovou, em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós, proibindo oficialmente o tráfico de escravos.

O Império levaria mais 21 anos para dar o próximo passo no caminho da abolição. Em 27 de maio de 1871, o gabinete conservador liderado pelo visconde do Rio Branco apresentou ao Congresso o projeto de lei nº 2.040. A chamada Lei do Ventre Livre foi aprovada em 28 de setembro do mesmo ano. O texto rezava: *"Os filhos da mulher escrava*

que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre. Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600$000 (seiscentos mil-réis), ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. Qualquer desses menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante prévia indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe (...)"

Naquele momento, o Brasil tinha oficialmente 1,2 milhão de escravos. Embora tenha arrancado a bandeira abolicionista das mãos dos liberais, bloqueando ações mais efetivas pelos 15 anos seguintes, a Lei do Ventre Livre, ao prever a concessão de liberdade ao escravo por meio da formação de um pecúlio, estabeleceu uma conexão entre a Caixa Econômica e o início do fim da escravatura.

A próxima lei sobre os escravos tardaria uma década e meia antes de ser assinada. Foi a Lei dos Sexagenários, cujo objetivo era a libertação dos cativos com mais de 60 anos de idade. Promulgada em 28 de setembro de 1885, a Lei dos Sexagenários, ou Lei Saraiva-Cotegipe, de número 3.270, regulamentava "a extinção gradual do elemento servil".

A lei determinou ainda a realização de um recadastramento de todos os escravos do Império, com nome, idade, sexo, filiação, ocupação e preço, calculado de acordo com a seguinte tabela: escravos menores de 30 anos valiam 900 mil-réis; entre 30 e 40 anos, 800 mil-réis; entre 40 e 50 anos, 600 mil-réis; entre 50 e 55 anos, 400 mil-réis, e entre



55 e 60 anos, 200 mil-réis. Os preços das mulheres seguiam a tabela, mas com 25% de desconto.

Quem não cadastrasse seus cativos perderia o direito sobre eles, que seriam considerados livres para todos os efeitos. Os matriculados poderiam ser libertados mediante indenização. O valor original constante na tabela sofreria depreciações anuais, de 2% no primeiro ano até 12% no décimo primeiro. Após esse período, o escravo mudava de faixa.

Apesar de ter provocado calorosas discussões, como tudo que envolvia o tema, a lei não teve, ao menos em seu objetivo central, um grande efeito prático. Dadas as péssimas condições de vida, o trabalho árduo e os maus tratos, os cativos encontravam dificuldades em alcançar aquela idade, e, quando logravam consegui-lo, tinham uma saúde tão precária que, cinismos à parte, era-lhes mesmo muito difícil sobreviver sem a guarida de seu senhor. Mas a Lei Saraiva-Cotegipe proporcionou avanços indiretos e também impulsionou a abertura de cadernetas de poupança de escravos na Caixa Econômica.

O ano seguinte, 1888, marcou, como já se viu, o fim de séculos de escravidão no Brasil. A libertação total dos cativos faria a monarquia perder o apoio da aristocracia rural, o que abriu caminho para o golpe republicano, perpetrado no ano seguinte. Dois anos depois da abolição, em 1890, Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, determinou aos órgãos de sua pasta que todos os registros sobre escravos fossem encaminhados ao Rio de Janeiro, onde seriam queimados.

A medida se destinava, principalmente, a livrar o governo das indenizações que poderia ter de pagar aos ex-senhores de escravos. Mas o ministro também achava que a queima dos arquivos faria o país apagar mais rapidamente aquela mancha vergonhosa que perdurara por mais de 300 anos:

"Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, infeccionou-lhe a atmosfera moral;

"Considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira".

O Hino da Proclamação da República, de Medeiros de Albuquerque, que contém a célebre frase "Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós", inclui um trecho que resume tal pensamento: "Nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país".

O "nobre país" fora a última nação do Ocidente a abolir "a instituição funestíssima" da escravidão.



O QUILOMBO DOS PALMARES

De todas as lutas contra a escravidão no Brasil nenhuma foi mais emblemática, duradoura e mitológica do que a travada pelos habitantes do quilombo dos Palmares, como se denominava o conjunto de doze mocambos erguidos no início do século 17, na serra da Barriga, em Alagoas, a 90 quilômetros de Maceió. Ainda assim, passados mais de três séculos da epopeia, sua história permanece repleta de lacunas, envolta em penumbra e mistificações. Seu próprio líder, Zumbi, virou figura mais mitológica do que histórica.

A partir de 1991, porém, um programa de escavações arqueológicas – financiado por entidades internacionais, entre as quais a norte-americana *National Geographic* e com eventual apoio da Caixa – foi desenvolvido no mocambo do Macaco, a "capital" dos Palmares, ajudando a elucidar pelo menos em parte um episódio que já foi interpretado sob diversos pontos de vista.

Ironicamente, Palmares entrou para a história pelas mãos de um rico senhor de engenho, Sebastião da Rocha Pita, que em 1724, em sua *História da América Portuguesa*, "celebrou o fim tão útil como glorioso (da) guerra que fizemos aos negros dos Palmares". As poucas fontes originais relatando a resistência épica e a trágica derrocada do quilombo foram redigidas pelas mesmas mãos que o destruíram. Nenhum combatente deixou seu relato pessoal.

A partir da década de 1950, a história dos Palmares começou a ser lida por uma visão "de esquerda". Embora historiadores como Edison Carneiro e Décio Freitas tenham publicado documentos inéditos, o velho quilombo de Zumbi continuou sendo utilizado como símbolo e metáfora. A realidade – menos emblemática e glamourosa, mais efetiva e complexa – segue enterrada nas covas abertas na terra. Ainda assim, pode-se afirmar que, mais de 300 anos após a sua destruição, Palmares renasceu das próprias cinzas: atualmente, transformada em parque e parcialmente reconstituída, a localidade mítica se tornou o principal símbolo da resistência e dos movimentos negros e um ponto de peregrinação.

No seu auge, Palmares pode ter tido 20 mil habitantes e seis mil casas. O quilombo começou a ser erguido em 1602 por quarenta escravos fugidos de engenhos em Pernambuco. Como só foi destruído em fevereiro de 1694, sua existência prolongou-se por quase um século.



ACIMA E ABAIXO – NA SERRA DA BARRIGA
Erguido no topo da verdejante elevação da Serra da Barriga, o Quilombo dos Palmares foi o principal centro de resistência à escravidão no Brasil colônia. Atualmente o local abriga um parque memorial onde algumas das edificações originais foram reconstituídas (p. 61).

P. 58 – ZUMBI DOS PALMARES
Óleo de Antônio Parreiras recria a imagem do mais famoso líder da resistência negra no Brasil. As verdadeiras feições de Zumbi não são conhecidas, pois ele jamais foi retratado em vida.
Museu Antônio Parreiras, Niterói, RJ



O local escolhido para abrigar aquela que já foi chamada de "Troia Negra" ficava no cume da Serra da Barriga. Mas a área de influência do quilombo era muito maior: espalhava-se por cerca de 200km², pelos atuais estados de Pernambuco e Alagoas. Negros de todos os grupos étnicos, e também indígenas e até brancos fora da lei, buscaram refúgio em seu território. No quilombo do Macaco, com cerca de dois mil habitantes, viveram o "rei" Ganga Zumba e seu sobrinho Zumbi.

De 1656 a 1678, o líder do quilombo foi Ganga Zumba (ou "Grande Senhor"). Em novembro de 1678, Zumba foi a Recife e lá firmou tratado de paz com o governador Souza Castro: seriam livres os negros nascidos em Palmares, ao passo que os outros habitantes do quilombo deveriam ser entregues às autoridades. Zumbi discordou do acordo, destituiu Ganga Zumba e assumiu o movimento de resistência dos Palmares.

Ao longo de sua luta quase secular, Palmares foi atacado 25 vezes. As primeiras expedições foram enviadas pelos holandeses em 1644 e 1645. Em 1692, Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, foi contratado para atacar o quilombo. Palmares caiu em 6 de fevereiro de 1694, mas Zumbi conseguiu escapar. Foi morto por André Furtado Mendonça quase dois anos depois. Sua cabeça foi exposta em praça pública "para satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e aterrorizar os negros, que o julgavam imortal". Não se sabe exatamente quem Zumbi de fato foi, que feições tinha e como se deram os eventos que levaram à sua morte. O mistério, no entanto, apenas adensou a aura mítica que ainda cerca aquele que se tornou o maior símbolo da resistência negra no país que recebeu o maior número de escravos em toda a história do Novo Mundo e que foi a última nação do Ocidente a abolir a escravidão.

A "redescoberta" de Palmares se iniciou no início da década de 1990, quando a Serra da Barriga foi tombada como patrimônio histórico, arqueológico, etnográfico e paisagístico. A seguir, foi criado o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, onde foram reconstituídas várias casas de barro e palha, supostamente similares às que eram habitadas pelos escravos fugidos e pelos homens livres nascidos lá. Visitado por milhares de turistas e militantes do movimento negro, o local emana uma magia transcendente, repleta



de simbolismo e emoção. O poeta Jorge de Lima, natural da cidade de Palmares, escreveu os versos: *"Serra da Barriga!/ Barriga de negramina! As outras montanhas se cobrem de neves,/ De noiva, de nuvens, de verde/ E tu, de Luanda, de panos-da-costa,/ De argolas, de contas, de quilombos/ Serra da Barriga/ Te vejo da casa em que nasci/ Que medo do negro fujão..."*

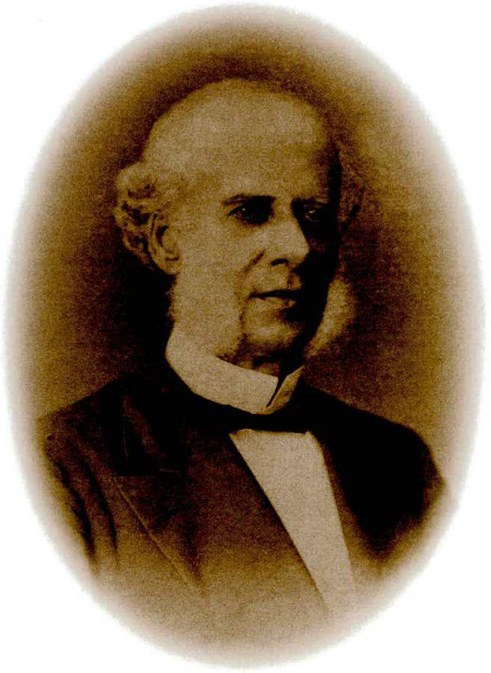
Em 21 de março de 1997, um decreto federal reconheceu Zumbi como herói nacional.



A Caixa está presente aqui em Palmares, tanto na lotérica Zumbi dos Palmares, onde milhares de apostadores fazem sua "fezinha" nas loterias da Caixa (*abaixo*), quanto na agência principal, aberta em novembro de 1978, atualmente com mais de 11 mil clientes e na qual 24 mil famílias recebem o Bolsa-Família. A região de Palmares quase foi destruída por uma enchente em 2010 – e a Caixa foi uma das instituições que mais liberou verbas para a reconstrução do vale do Mundaú, onde ficam Palmares e várias outras cidades alagoanas.



A Era Tolentino





O VELHO CONSELHEIRO
Foto de Tolentino por Henschel & Benque, final do século 19, publicada aqui acima de sua assinatura.
Foto: Coleção particular, São Paulo
Assinatura: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Embora não seja difícil encontrar referências a Antonio Nicolau Tolentino (1810-1888) nos documentos relativos aos anos inaugurais da Caixa Econômica da Corte, menções ao seu nome praticamente inexistem nos livros de história do Brasil. O destaque dado ao papel de Tolentino na estruturação da Caixa é mais do que justo: a instituição deve muito ao seu trabalho metódico, à sua visão prática e eficiente – em uma palavra, ao seu tirocínio. Mas o conselheiro Tolentino fez muito mais do que apenas redigir os primeiros regimentos internos da Caixa, obter financiamento para a construção de sua primeira sede própria e propor uma série de modificações em suas leis e decretos. Ele foi um dos mais eficazes burocratas do Segundo Reinado: um homem respeitado tanto por liberais quanto por conservadores (embora simpatizasse com os últimos), um administrador eficiente, um funcionário exemplar que dedicou 30 anos de sua vida à carreira no Tesouro Nacional.

O anonimato no qual Tolentino se encontrava submerso começou a ser dissipado há menos de uma década graças a uma circunstância fortuita. O conselheiro do Império que tantos serviços prestou à nação, o contínuo de repartição que, por obra do próprio esforço, tornou-se presidente da província do Rio de Janeiro em 1856, o *self-made man* nascido num país de fortunas herdadas ou escusas foi resgatado do esquecimento simplesmente porque um dos mais luminosos intelectuais do Brasil é seu descendente. Antonio Nicolau Tolentino é bisavô de Antonio Candido, o genial autor de *Formação da Literatura Brasileira.*

Dando início àquilo que poderia resultar tão somente em um elogiável exercício de devoção familiar, Candido dispôs-se a resgatar a trajetória do parente injustamente olvidado. Terminou produzindo um ensaio esclarecedor. *Um Funcionário da Monarquia* é uma biografia que, embora construída em traços ligeiros, preserva as características que definem o trabalho de Antonio Candido: a consistência, a leveza e a exatidão.

Redigido de modo intermitente entre 1975 e 1985, *Um Funcionário da Monarquia* manteve-se inédito por quase duas décadas. Apenas em 2002, por iniciativa da editora carioca Ouro sobre Azul, o livro acabou publicado. Graças ao apoio cultural da estatal Petrobras, o texto ganhou uma edição suntuosa, transformando-se em álbum de luxo, cuja meticulosa pesquisa iconográfica convida o leitor a um passeio pelas ruas e repartições do Rio de Janeiro do Segundo Reinado.

Um Funcionário da Monarquia faz mais do que apenas nos conduzir pelos meandros da cidade: o livro também destrincha os desvãos da burocracia imperial e, ao fazê-lo, desvenda as tortuosas veredas do poder. Seu próprio subtítulo aponta a trilha a ser seguida em meio a um labirinto de ordens e contraordens, interesses contrariados, desvios de rota (e de verbas), desmandos, despropósitos e descaminhos: *Um Funcionário da Monarquia* é, como propõe seu autor, um *Ensaio sobre o Segundo Escalão.*

Não deixa de ser uma circunstância reveladora o fato de que um dos cargos de relevo ao qual Antonio Nicolau Tolentino foi alçado, em 21 de junho de 1861, foi o de membro do Conselho Inspetor e Fiscal da Caixa Econômica da Corte. A Caixa, convém lembrar, havia sido fundada exatos cinco meses antes, em 21 de janeiro. No dia 2 de março, a queda do gabinete presidido por Ângelo Muniz da Silva Ferraz colocou no poder o gabinete Caxias, cujo mentor era José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco.

Nomeado ministro da Fazenda, Paranhos era amigo e admirador de Tolentino e provavelmente foi quem o indicou para o posto na Caixa.

Mas a primeira passagem de Tolentino pela instituição – que uma década e meia mais tarde ele iria presidir por 13 anos – seria breve. Tolentino entrou para o Conselho em 21 de junho, substituindo o visconde de Condeixas (nomeado presidente da província de Minas Gerais). Naquele mesmo dia, o comendador José de Araújo Coelho também entrava para o Conselho, na vaga aberta pelo barão de Mauá. Sendo, nas palavras de Antonio Candido, "um burocrata predestinado", Tolentino foi encarregado de elaborar os modelos de escrituração da instituição. No início de agosto, ao ser nomeado secretário do Conselho, ele já havia concluído aquele projeto.

Porém, no dia 17 de outubro (três semanas antes da abertura oficial da Caixa), Tolentino comunicou seu afastamento aos demais membros do Conselho: é que, 48 horas antes, fora nomeado inspetor da Alfândega da Corte. Tolentino foi substituído por José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, futuro conde de Tocantins. Mas, antes que saísse, o presidente do Conselho, visconde de Albuquerque, solicitou-lhe que redigisse o regimento interno da Caixa. Tolentino aceitou a incumbência, e, no dia em que a instituição abriu suas portas – segunda-feira, 4 de novembro de 1861 –, a papelada estava pronta.

É espantoso que o conselheiro Tolentino tenha sido capaz de se desincumbir da tarefa com tal rapidez. Especialmente porque a Alfândega, para onde ele fora transferido, era a mais vasta e complexa das repartições do Ministério da Fazenda. Com centenas de funcionários, configurava uma das maiores fontes de renda do Império, tão importante que a chamavam de "o sétimo ministério" (e depois da criação da pasta da Agricultura, em 1860, o "oitavo"). De todo modo, Tolentino aceitou o cargo a contragosto, apenas para servir ao amigo Paranhos, pois, de acordo com Antonio Candido, a Alfândega era "um antro famoso de irregularidades e uma causa permanente de graves problemas para seus dirigentes".

Tão logo foi empossado, Tolentino pôde verificar "o descalabro da repartição, a inviabilidade do regulamento em vigor (*de 30 de setembro de 1860, em mais um dos desdobramentos da Lei dos Entraves, de agosto daquele ano*), a desídia e a corrupção dos funcionários desonestos". Autorizado por Paranhos a tomar uma série de medidas racionalizadoras e moralizadoras, "tentando pôr as coisas em ordem sem violência nem precipitação, como era do seu feitio", Tolentino, ainda assim, envolveu-se em uma das polêmicas mais rumorosas de sua carreira, "uma encrenca tremenda, que rebentou logo depois da posse e quase levou por água abaixo todo o seu lento esforço de vida".

Burocrata eficiente e discreto, Tolentino trombou de frente com o ex-presidente do Conselho de Ministros, ex-ministro da Fazenda, ex-inspetor da Alfândega e senador Ângelo Muniz da Silva Ferraz – e, embora a razão estivesse com ele, a corda rompeu do lado mais fraco. O caso nasceu da apreensão, em novembro de 1861, de um avultado contrabando de vinhos, cujo autor era o cônsul honorário do Peru, "comerciante inescrupuloso e contrabandista notório". A mercadoria foi apreendida, e a questão possivelmente se teria encerrado em breve, não tivesse o corrupto diplomata contratado como advogado o ex-ministro Ferraz. O processo que se seguiu foi longo e explosivo, ganhou as páginas dos



IMORTALIZADO EM BRONZE
Busto de Antonio Nicolau Tolentino, feito por Francisco Chaves Pinheiro em 1877.
Museu D. João VI, prédio da reitoria da UFRJ, Rio de Janeiro

jornais e... terminou com a injusta demissão de Tolentino, em novembro de 1862.

Então, pelos dez longos anos seguintes, Antonio Nicolau foi jogado no ostracismo, não mais recebendo honrarias, cargos ou comissões. Como as desgraças geralmente não andam desacompanhadas, em novembro de 1864 ele perdeu bastante dinheiro na falência da Casa Souto, de onde, apesar de advertido, não quisera retirá-lo por solidariedade ao proprietário, seu amigo e ex-colega no Conselho da Caixa.

Somente a partir de março de 1871 a sorte voltou a sorrir para Tolentino. No dia 7 daquele mês, o amigo Paranhos, já então visconde do Rio Branco, assumiu a presidência do Conselho dos Ministros. Não pode ser mera coincidência o fato de, a 16 de outubro de 1871, Tolentino ter voltado ao Conselho Inspetor e Fiscal da Caixa Econômica da Corte.

O gabinete Rio Branco caiu em junho de 1875 e foi substituído, no dia 25 daquele mês, pelo gabinete presidido pelo duque de Caxias – também amigo e admirador de Tolentino. Devem ter sido essas as circunstâncias que fizeram com que Antonio Nicolau se tornasse, a 27 de novembro de 1875, o sétimo presidente da Caixa Econômica. Aquele era até então um cargo de alta rotatividade: apenas o antecessor de Tolentino, José de Araújo Ribeiro, o visconde de Rio Grande, havia se mantido no posto por um período superior a um ano (o visconde presidiu a Caixa de 15 de maio de 1869 a 26 de novembro de 1875).

Mas Tolentino não era homem de usar cargos públicos como "um encosto secundário", ao feitio de muitos políticos de hoje e de então. Com energia inquebrantável e eficiência metódica, ele costumava, nas palavras de seu ilustre biógrafo, "projetar-se para fora do limite apertado das repartições". E foi exatamente o que fez à frente da Caixa, em cuja presidência permaneceu ao longo de 13 anos, até sua morte, em junho de 1888.

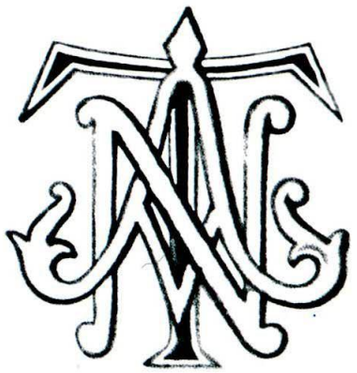
Antonio Tolentino fez muito pela Caixa. Supõe-se que o Decreto nº 5.594, de 1874, que determinou a criação da instituição nas demais províncias do Império, tenha sido elaborado por ele, embora assinado por Paranhos. Seu papel renovador ficaria ainda mais claro a partir de outubro de 1881, quando o então ministro da Fazenda e presidente do Conselho, José Antônio Saraiva, nomeou uma comissão para "estudar novos meios de melhorar e aumentar a atuação das Caixas". O grupo, altamente qualificado, era constituído por Tolentino, seu antigo colega no Tesouro Nacional João Cardoso de Meneses e Sousa (futuro barão de Paranapiacaba), Antônio Luís Fernandes da Cunha e Jacinto Vieira do Couto Soares.

Em 21 de agosto, a comissão apresentou ao novo presidente do Conselho, visconde de Paranaguá, um elaborado parecer, do qual Tolentino foi com certeza o relator, como se verifica não apenas porque assina em primeiro lugar, mas também porque, como diagnosticou Antonio Candido, *"são inconfundíveis a redação elaborada e clara dos períodos longos, o tom sentencioso e a inclinação, muito dele, de levar tudo para o terreno da discussão moral".*

"A introdução de corte doutrinário", analisa Candido, *"repousa sobre uma antinomia, à luz da qual* (Tolentino) *procura caracterizar o brasileiro. De um lado está a poupança, que é o fundamento das Caixas e exerce papel 'regenerador sobre certas classes sociais', pois onde elas prosperam diminuem os crimes e os vícios. De outro lado está a miragem de 'riqueza instantânea', representada pelo amor ao jogo e concretizada na 'cancerosa enfermidade das loterias, que vai fundamentalmente gangrenando o corpo social'."*

"Em verdade, parece incompatível a coexistência das Caixas Econômicas e das loterias", conclui o relatório assinado por Tolentino. *"São duas entidades repelentes e antagônicas entre si, e, no embate deplorável da luta em que se agitam, vive uma à custa dos despojos da outra."* E assim, segundo as conclusões do Parecer sobre as Caixas Econômicas e Montes de Socorro apresentadas pela comissão incumbida de verificar as causas de seu atraso e de indicar as providências tendentes a desenvolver estas instituições no Império (Rio, Tipografia Nacional, 1882), a única forma de afastar o brasileiro das paixões do jogo residia em estimular o papel da poupança, "um elemento regenerador de seu caráter".

Que diria o velho conselheiro Tolentino se soubesse que, 120 anos depois de seu julgamento, as loterias não apenas são administradas pela Caixa Econômica Federal, como constituem um de seus mais sólidos esteios?



A MARCA DO CONSELHEIRO
Monograma de Antonio Nicolau Tolentino.
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



BUROCRATA EXEMPLAR
Litogravura de Tolentino feita por Augusto Off em 1877.
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro


AREA
MILITAR

A Caixa em casa própria

No dia 2 de junho de 1883, o presidente da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, Antonio Nicolau Tolentino, abriu a reunião do Conselho Fiscal da instituição anunciando-se portador de notícias alvissareiras: acabara de receber um convite do barão Nogueira da Gama, mordomo da Casa Imperial, para comparecer ao paço de São Cristóvão, onde lhe seria entregue a escritura, assinada pelo imperador D. Pedro II, de um terreno situado à rua D. Manoel, e de usufruto da Coroa, para a construção do novo prédio da Caixa. Em outra reunião, em 4 de julho, Tolentino foi novamente mensageiro de boas novas: ele havia obtido do Tesouro Nacional 60 contos de réis para dar início à construção da sede. Os demais conselheiros o ouviram com alívio. Até então, a Caixa dependera dos favores da Câmara dos Deputados, em cujas dependências se instalara provisoriamente havia 16 anos e das quais fora insistentemente convidada a retirar-se.

Tolentino foi autorizado pelo Conselho Fiscal a receber propostas para a construção do prédio. Entre oito empreiteiras candidatas ao trabalho, venceu a de Antônio Alves Moreira do Couto, que se dispôs a realizá-lo por 268 contos, o que significa que Tolentino teve de visitar o mordomo da Casa Imperial várias outras vezes em busca de mais verbas. Uma reunião do Conselho inaugurou a nova sede em 26 de janeiro de 1887. Lá, a Caixa permaneceria por mais de meio século.

Um relatório do então ministro da Fazenda, Francisco Belizário de Sousa, que morreu dois anos depois de o prédio da Caixa do Rio ficar pronto, revela a atenção dedicada ao empreendimento. "É assobradado, sendo a decoração dórico-romana, tendo na fachada principal um corpo central de estilo coríntio", escreveu o ministro.

O conselheiro Tolentino, cujo empenho e boas relações na Casa Imperial haviam sido fundamentais para que a Caixa da Corte tivesse sua sede própria, resolvera não registrar o imóvel em nome da instituição, provavelmente movido por uma cautela excessiva, uma vez que o terreno fora doado por D. Pedro II e as verbas fornecidas pela União. Em artigo publicado no jornal *A Defesa*, em 16 de janeiro de 1928, o economiário Ariovisto de Almeida Rego levantou a questão por certo relevante, mas aparentemente surrealista: "De quem é o edifício da Caixa Econômica do Rio?"

"Por que, funcionando em um belo e custoso edifício que todos conhecem e cujo valor saberão calcular, não figura, então, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro, como as suas congêneres, na respectiva conta (de imóveis)*? A esta pergunta, que naturalmente fará quem tiver tomado a si o trabalho de levantar o tal balanço, o seu próprio bom senso se encarregará de responder que o fato se explica por se tratar de um prédio nacional. Se, porém, por espírito de curiosidade, tomar a deliberação de ir procurar em outro relatório, em que figuram os bens imóveis da União, passará, certamente, pelo dissabor de não encontrar também a menor referência ao citado imóvel, cujo valor atual deve representar, entretanto, uma cifra respeitável, por isso que se trata de um edifício que, construído com a melhor cantaria, ocupa uma área de 1.591 metros quadrados, em local que cada vez mais se valoriza."* O valorizado prédio que sediou a Caixa jamais lhe viria a pertencer. Hoje ele é ocupado pela Procuradoria Geral do Estado.

Durante 53 anos, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro funcionou na sólida sede da rua D. Manoel, 25. Mas, com o correr dos anos, "o velho casarão se tornou acanhado para abrigar os serviços centrais". Em julho de 1940, a Caixa se transferiu para a antiga sede de *O Jornal*, na rua 13 de Maio, 33-35. Foi uma mudança provisória, apenas enquanto uma impressionante sede própria, localizada no quarteirão formado pelas avenidas Rio Branco e Almirante Barroso, rua Bittencourt da Silva e largo da Carioca, era construída segundo o projeto de Ortigão Tiedemann. Com 30 andares, 22 elevadores e 120 mil metros quadrados, era, simplesmente, o "maior edifício da América do Sul". O prédio foi inaugurado parcial e simbolicamente no dia do centenário da Caixa, em 4 de novembro de 1961. Quase meio século depois, a Caixa continua instalada nesse mesmo prédio, no coração do Rio.



P. 66 E 67 – A VELHA SEDE
Primeira sede própria da Caixa Econômica da Corte, hoje ocupada pela Procuradoria Geral do Estado.

A proclamação da República

Não houve um só tiro para mostrar que se tratava de um golpe e não de uma mera parada militar. Se ecoassem disparos (até houve dois, mas ninguém os escutou), talvez aqueles 600 soldados percebessem que não estavam lá para participar de um desfile, e sim para derrubar um regime. Na verdade, alguns dos militares de alta patente ali presentes sabiam que estavam tomando parte em uma quartelada. Mas mesmo os que pensavam assim achavam que quem estava sendo derrubado era o presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto. Jamais o imperador D. Pedro II – e muito menos a monarquia que ele representava.

Não é de estranhar a ignorância dos soldados do 1º e do 3º Regimentos de Cavalaria e do 9º Batalhão. Afinal, até poucas horas antes, o próprio líder do levante se mostrava indeciso. Mais: estava doente, de cama, e só chegou ao Campo de Santana, na zona central do Rio de Janeiro, quando os canhões dos insurretos já apontavam para o quartel. Talvez ele não tenha gritado o "Viva o imperador" que alguns juraram ter ouvido. Mas com certeza impediu que pelo menos um cadete berrasse "Viva a República" – o grito que, supostamente, estava entalado em muitas gargantas.

A cena foi realmente bem estranha. Montado em seu belo cavalo, o marechal Deodoro da Fonseca desfilou longa lista de queixas, pessoais e corporativas, contra o governo – o governo do ministro Ouro Preto, não o do imperador. O imperador – isso o rebelde fez questão de deixar claro – era seu amigo pessoal: "Devo-lhe favores". O Exército, porém, fora maltratado. Por isso, derrubava-se o ministério. Difícil imaginar que, naquele instante, Deodoro estivesse dando um golpe, ainda mais um golpe republicano. Afinal, além de legalista, o marechal sempre fora monarquista. Ao seu lado estava o tenente-coronel Benjamin Constant, militar que odiava andar fardado, não gostava de guerras nem de armas e, até cinco anos antes, também falava mal do regime republicano. Ambos, Deodoro e Constant, contavam agora com o apoio de republicanos civis. Mas não havia sinal de "paisanos" por perto, eles apenas haviam incentivado a aventura golpista dos dois militares.

O fato é que, naquele confuso alvorecer de 15 de novembro de 1889, o ministro Ouro Preto foi preso e todo o seu gabinete derrubado. Mas ninguém teve coragem de falar em república. Apenas na calada da noite, quando golpistas civis e militares se reuniram na casa de Deodoro, foi que proclamaram, na surdina e provisoriamente, o advento de uma república federativa. Provisoriamente, porque se aguardaria "o pronunciamento definitivo da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular".

Por falar em vontade popular, por onde andava o povo a todas essas? Bem, o povo assistiu a tudo "bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava", de acordo com o depoimento do deputado Aristides Lobo, testemunha ocular da história. Embora Lobo fosse republicano convicto e membro do primeiro ministério do novo governo, sua opinião tem sido contestada por alguns historiadores (que citam as várias revoltas populares ocorridas naquele período como um indicativo do grau de insatisfação com o regime imperial). De qualquer forma, o Segundo Reinado, que havia começado em 1840 com um golpe branco, terminava agora com um golpe esmaecido. A monarquia não caiu com um estrondo, mas com um suspiro. E o plebiscito para referendar a República foi convocado em 1993 –, com 104 anos de atraso. Os dias imperiais do Brasil já haviam terminado.

Para a Caixa, como se verá, a República não trouxe em princípio grandes modificações. A instituição continuou subaproveitada, e apenas a partir dos decretos assinados em 1915 é que a situação começaria a melhorar. Mas não restam dúvidas de que, para seus antigos dirigentes e para muitos dos poupadores, há de ter sido um duro golpe ver o velho imperador zarpando para um exílio sem volta. Porque, independentemente de qualquer outro julgamento histórico, ao fim e ao cabo, o homem forçado a abrir mão da coroa e a deixar o Brasil era também o homem que havia fundado a Caixa Econômica.

P. 69 – O GRITO QUE NÃO HOUVE
Quadro de Benedito Calixto reconstitui, modificando a história real, o momento em que o marechal Deodoro proclamou a República no Brasil.
Prefeitura Municipal de São Paulo




NO THESOURO NACIONAL
SE PAGARÁ AO PORTADOR
DESTA A QUANTIA DE
200
DUZENTOS MIL REIS
VALOR RECEBIDO

Caixa na República Velha

1889 . 1930

Em meio à complexa fragilidade que o caracterizou, o golpe republicano sem dúvida estabeleceu uma ruptura na história do Brasil, determinando o início de uma nova era e apontando outros rumos para o futuro da nação. Em vários sentidos, porém, esse rompimento não foi tão radical quanto se supõe, e pode-se afirmar que, naquela ocasião (como em outras), o Brasil mudou apenas para continuar igual. Os privilégios das elites e o domínio das oligarquias, por exemplo, mantiveram-se inalterados depois de 15 de novembro de 1889. Talvez por isso mesmo a ordem econômica republicana tenha conservado muito da estrutura e dos objetivos da ordem econômica imperial. Não chega a ser surpresa, portanto, que, por mais de 15 anos, as Caixas Econômicas não tenham sofrido nenhuma modificação substancial, permanecendo virtualmente sem transformações ao longo da primeira década e meia após a proclamação da República.

Tal situação já foi diagnosticada por um dos maiores estudiosos da história das Caixas, o advogado De Plácido e Silva, economiário e diretor da Caixa Econômica do Paraná, na qual ingressou em 1930. Autor de *As Caixas Econômicas Federais*, um importante volume publicado em 1937, no qual compilou toda a legislação e transcreveu os principais decretos que definiram a personalidade jurídica da instituição, De Plácido e Silva observou, com propriedade: "*Não foram as Caixas Econômicas atingidas com o surto das novas conquistas, que remodelaram e transformaram as demais instituições nacionais, para republicanizá-las. Continuaram, de fato, imperializadas, regidas que ficaram, por muito e muito tempo, pelas primitivas leis da monarquia*".

Conforme De Plácido e Silva, "a não ser por uma ou outra lei que apenas alterava ligeira disposição dos antigos regulamentos ou tomava uma ou outra providência sem relevância", a organização das Caixas manteve-se quase imutável até 15 de dezembro de 1915, quando foi promulgado o Decreto nº 11.820. O novo texto "revogou todas as disposições em contrário para, somente ele, com todas as suas disposições vigorantes, servir de lei única".

Considerando-se as atribulações que afligiram os primeiros anos da República, especialmente na área econômica, é natural que o novo regime não tenha tido tempo, ânimo ou condições de alterar os estatutos e o *modus operandi* das Caixas. Havia problemas financeiros mais sérios e mais urgentes para serem tratados. Nem mesmo o fato de os depósitos das cadernetas terem sofrido queda expressiva no primeiro ano da República provocou alarme ou mudanças. Afinal, tal decréscimo – quando os fundos da Caixa do Rio caíram dos 13 contos e 520.539 réis (13:520$539) de 1889

para 11 contos e 499.120 réis (11:499$120) em 1890 – foi considerado uma "consequência natural da queda de um regime que imperara no Brasil durante quase 70 anos" e que por cerca de três décadas tinha sido a garantia mais sólida de que aqueles depósitos eram seguros e resgatáveis. Como se para comprovar que tal tese estava correta, em 1891 os depósitos já tinham ascendido para 14:163$762 (14 contos e 163.762 réis), conforme os dados coligidos pelo próprio De Plácido e Silva.

Para entender melhor a situação vivida pelas Caixas nos primeiros anos da década de 1890, é preciso recordar o contexto econômico no qual elas se viram inseridas já nas semanas subsequentes ao movimento militar de 15 de novembro. O ponto mais relevante é que aqueles dias turbulentos foram marcados pela continuidade do fervoroso debate que, desde a promulgação da Lei dos Entraves (em agosto de 1860), colocara em polos diametralmente opostos duas visões sobre os caminhos que o Brasil deveria seguir para incrementar seu desenvolvimento econômico. De um lado estavam os chamados "papelistas", de tendência liberal; do outro, os "metalistas", ortodoxos e conservadores.

O baiano Rui Barbosa (1849-1923), primeiro ministro da Fazenda da República, era "papelista", ou seja, a favor de constantes emissões e contra a adoção do padrão-ouro. Para suprir a óbvia necessidade de mais dinheiro (ou de meio circulante), a pasta de Rui Barbosa criou, em 17 de janeiro de 1890, uma nova lei bancária autorizando a realização de emissões regionais. Cabe lembrar que, desde 1860, tal prática era de exclusividade do governo federal. Muitos consideram o desenfreado "papelismo" do ministro o principal responsável pelas turbulências dos anos seguintes, especialmente aquelas que se deram durante o período do chamado Encilhamento.

Independentemente de qualquer análise que se possa fazer daquela determinação ministerial, não restam dúvidas de que foi a excessiva (e, em muitos casos, irresponsável) emissão realizada por vários bancos durante o Encilhamento que levou ao descontrole da inflação, desencadeando a vertiginosa crise financeira que se seguiria. Por outro lado, foi também por conta da mesma política que a quantidade de dinheiro em circulação no Brasil triplicou em dez anos.

As limitações impostas pela Lei dos Entraves – a mesma que também havia lançado o embrião da Caixa Econômica – já tinham começado a ser derrubadas pela política financeira do último ministro da Fazenda e último presidente do Conselho de Ministros do governo imperial, o visconde de Ouro Preto (1836-1912). Enquanto fora possível, Ouro Preto tinha mantido o câmbio acima do par, a tal ponto que "o povo reclamava do peso das moedas em circulação, preferindo papel, conversível a ouro, de igual para igual a esse ponto".

Mas em 24 de novembro de 1888, um ano antes do golpe republicano, o gabinete Ouro Preto decretara uma lei de reforma bancária e uma larga concessão de crédito para compensar os ex-senhores de escravos. Metade do dinheiro viria dos cofres públicos e metade dos bancos. A medida não ajudou em nada as instituições financeiras, mas foi, literalmente, a salvação da lavoura para muitos ex-escravistas. Não salvou, no entanto, os insolventes cafeicultores do Vale do Paraíba. Ainda assim, não deixa de ser uma ironia que a política de Rui Barbosa nada mais tenha sido do que uma continuação das determinações do ministro que Deodoro derrubou na confusa quartelada de 15 de novembro de 1889. E também não deixa de ser irônico que todas as nefastas sequelas do Encilhamento continuem sendo atribuídas aos supostos equívocos de Rui Barbosa.

P. 70 – "PRUDENTE DEMAIS"
Anverso da cédula de 200 mil-réis emitida em 1924 pelo Tesouro Nacional, com a efígie de Prudente de Morais, apelidado pelo povo de "prudente demais".
Museu de Valores do Banco Central do Brasil

P. 73 – FEBRE ESPECULATIVA
Ilustração da capa do livro O Encilhamento, *do visconde de Taunay, originalmente publicado em junho de 1893.*
Reprodução do livro da Edições Melhoramentos (São Paulo, 1931)

P. 74 – A ÁGUIA DE HAIA
Anverso da cédula de dez mil cruzeiros, emitida em 1986.
Museu de Valores do Banco Central do Brasil

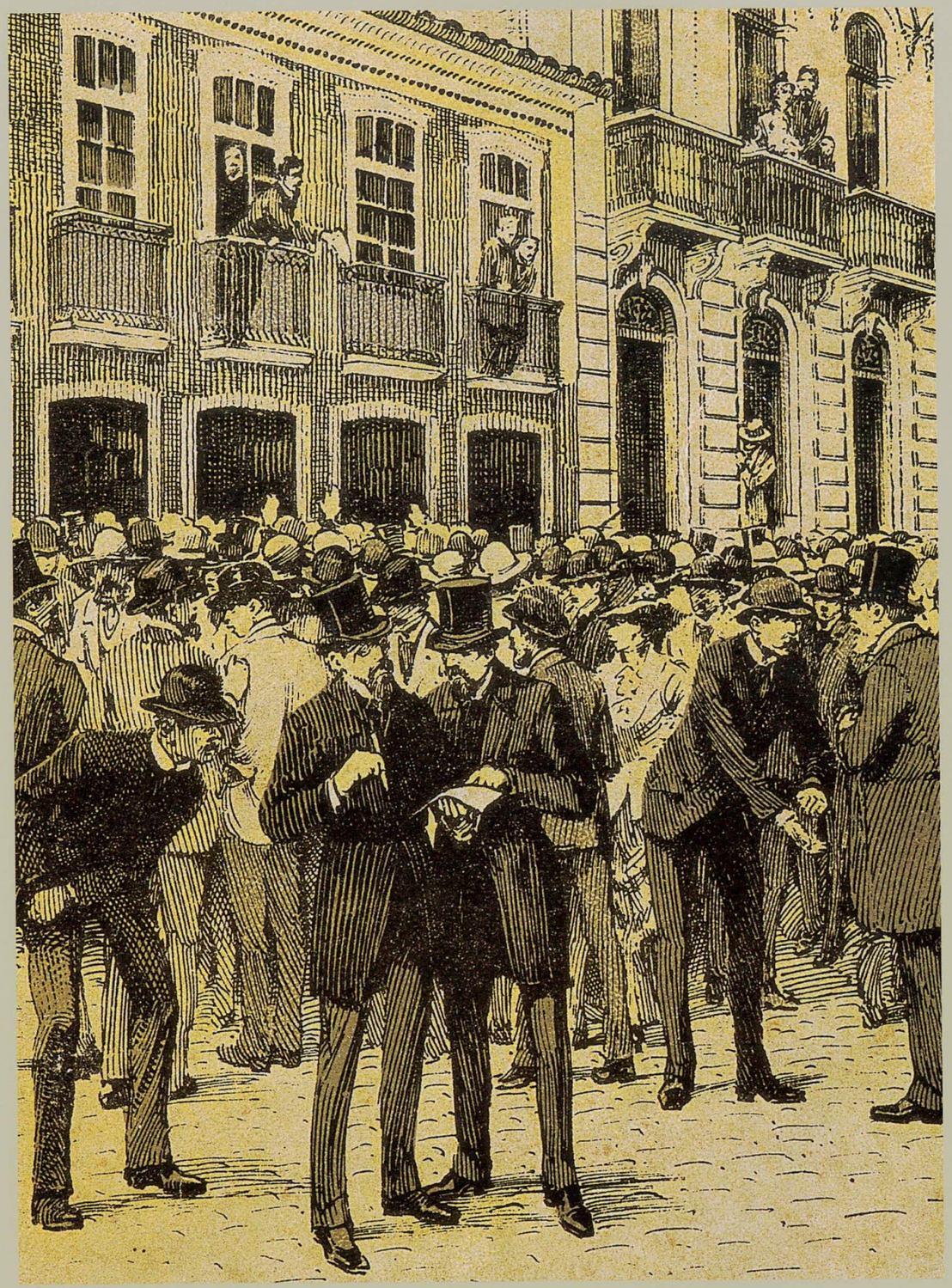
P. 75 – ISENTA DE SELOS
Reprodução de anúncio publicado pela Caixa em 1905.
Museu da Caixa, Brasília

O Encilhamento

Dentre todos os deslizes da política econômica brasileira, poucos foram tão desastrosos quanto o Encilhamento – como ficou conhecida a série de decretos baixada por Rui Barbosa, ministro da Fazenda do governo provisório instaurado pelo marechal Deodoro da Fonseca logo após o golpe republicano de novembro de 1889. Rui era um intelectual de primeira grandeza, dono de biblioteca formidável (a maior do país) e principal responsável pela primeira Constituição republicana, aprovada em 1891. Como economista, porém, revelou-se um completo fracasso.

Os problemas iniciaram-se em 17 de janeiro de 1890, com a assinatura do Decreto nº 165. Com ele, o governo permitia que os bancos emitissem dinheiro lastreado apenas por bônus governamentais e não por fundos de reservas. Dessa forma, foram lançados no mercado 450 mil contos – o dobro da quantia então em circulação no país. Na verdade, o decreto foi baixado justamente para suprir a ausência crônica de meio circulante (quantidade de moeda em circulação no país), deflagrando um novo *round* na luta entre "papelistas" (favoráveis a constantes emissões de papel-moeda, mesmo sem lastro) e "metalistas" (partidários da manutenção do chamado "padrão-ouro").

Desde os últimos anos do Império era evidente que não havia papel-moeda suficiente para suprir as necessidades impostas pelo trabalho assalariado, realizado por mais de um milhão de escravos libertos e imigrantes recém-chegados. Em tese, portanto, a nova medida estava correta. A questão é que o Decreto nº 165 incentivava também a criação de sociedades anônimas e liberava o crédito, desfazendo as limitações impostas pela Lei dos Entraves. Surgiu, assim, a ideia de que a República seria o "reino dos negócios". Desencadeou-se uma corrida





desenfreada às bolsas de valores, e os bancos faziam "chover dinheiro", como ironizavam os mordazes caricaturistas da época.

Milhares de empresas – muitas delas fictícias – foram criadas da noite para o dia. A especulação atingiu níveis estratosféricos. A enlouquecida disputa pela preferência dos investidores nos pregões foi logo identificada com o encilhamento dos cavalos antes da largada no hipódromo – instante no qual a atividade dos apostadores se torna frenética. E a expressão acabou batizando o "pacote".

Em menos de um ano, o balão estourou. Muitas ações não tinham lastro ou correspondência monetária – eram títulos falsos de empresas fantasmas. No início de 1891, a crise começou: o preço das ações despencou, a inflação e o custo de vida dispararam, a falência atingiu milhares de empresas e bancos, o desemprego veio em massa, o valor da moeda brasileira em relação à libra desabou. O projeto do industrialista Rui Barbosa gerara uma febre especulativa extremamente nociva à economia produtiva. Com o país mergulhado no caos, o ministro se demitiu.

Desde o princípio – e por princípio – os cafeicultores paulistas tinham sido contrários ao decreto de Rui Barbosa. A medida, afinal, era parte de uma política industrialista que visava diminuir a dependência do Brasil de produtos vindos do mercado externo – e, para os cafeicultores, quanto mais importações, melhor. Portanto, houve euforia entre as oligarquias rurais quando Rui Barbosa deixou a Fazenda.

Mas a alegria durou pouco: o Encilhamento deixou o Brasil pesadamente endividado. O país, que devia 30 milhões de libras em 1890, já estava devendo 44,2 milhões em 1900. Em 1913, a dívida chegara a 144,3 milhões. Rodrigues Alves e Bernardino de Campos, os dois ministros que ocuparam a pasta da Fazenda durante o governo de Prudente de Morais, deram início a uma política "deflacionista", reduzindo a circulação da moeda em todo o país e retomando o pagamento da dívida externa. No governo seguinte, o de Campos Salles, o ministro Joaquim Murtinho submeteria o país às agruras exigidas pelo *funding loan*, como se chamou o empréstimo liberado pela Inglaterra para que o Brasil pudesse pagar – à própria Inglaterra – os juros de empréstimos anteriores.

Como em todas as crises econômicas e períodos de carestia, a Caixa Econômica foi duramente afetada pelos desarranjos provocados pelo Encilhamento.

A Era da Incerteza

Dois anos depois de Rui Barbosa liberar a emissão (e soltar as amarras da especulação), o governo retomou as rédeas do processo econômico, já que o país se encontrava mergulhado no caos. O Banco da República do Brasil tornou-se outra vez o único autorizado a emitir dinheiro. Em 1896, a prerrogativa passou a ser do Tesouro Nacional. Mas a casa só começaria a ser arrumada no final da década, quando Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda do governo Campos Salles (de 1898 a 1902), lançou um pacote de medidas amargas que incluíam a renegociação da dívida externa e o controle da inflação. O pacote seria de certa forma exitoso, mas, como efeito colateral, provocaria um período de estagnação econômica e a quebradeira de empresas.

Na década de 1890, ocorreram também duas grandes crises cambiais. As flutuações do preço do café no mercado internacional contribuíram para esse processo. A produção crescia vertiginosamente, passando de 220 milhões de pés em 1890 para 520 milhões em 1900. Enquanto os preços se mantinham estáveis, o Brasil lucrava enormemente, mas, quando o excesso de oferta derrubava os preços e o governo tinha de comprar o produto para regular o mercado, fazia-o mediante empréstimos, o que provocava o aumento da dívida externa.

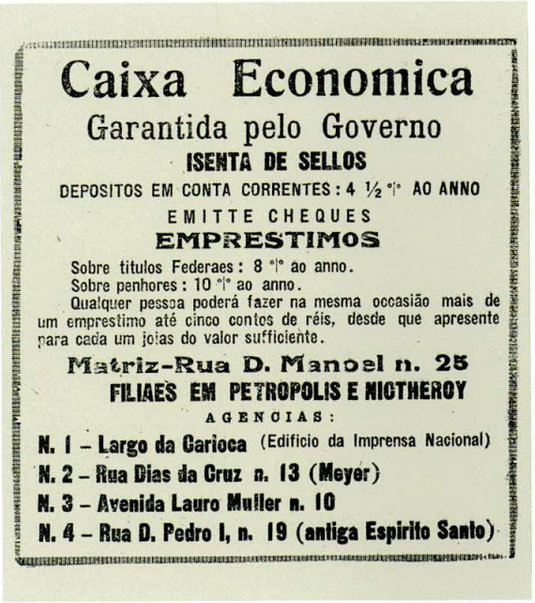
O café não era o único culpado pelas crises cambiais. A quebra da Casa Baring Brothers, de Londres, e a moratória argentina também ajudaram a derrubar o câmbio em 1891. Um comentário dos banqueiros Rothschild mostra a preocupação com o efeito dominó na região: "O desafortunado estado de coisas que recentemente se tem observado na República Argentina teve um efeito deplorável sobre todos os papéis e sobre todas as questões financeiras relacionadas aos estados sul-americanos".

As preocupações dos banqueiros ingleses estavam corretas. Afinal, não só crises argentinas

anteriores já haviam atingido o Brasil – numa antecipação daquilo que, nos anos 70 do século 20, viria a ser chamado de "efeito Orloff" (ou seja, a Argentina é o Brasil amanhã) –, como a inconstância e as fragilidades da própria economia brasileira eram evidentes. Um dos reflexos mais claros dessa debilidade estava na incipiência dos serviços bancários da jovem nação republicana, como bem revela um artigo da revista *The Economist*, publicado em 23 de dezembro de 1890:

"Era raro (no Brasil) *o uso de cheques, com o hábito comum ali de reterem os indivíduos em seu poder largas quantias, em vez de depositá-las em bancos. Os pequenos negociantes, os taverneiros do Rio de Janeiro, por exemplo, apenas excepcionalmente depositam nos estabelecimentos. De ordinário preferem ter consigo seu dinheiro até a época dos pagamentos (...), satisfazendo então os seus débitos com as somas acumuladas em casa no decurso de seis a nove meses. O mesmo sucede com as classes que vivem de salário (...); os agricultores e outros habitantes do interior amuam grandes somas para satisfazer às suas necessidades, e esse dinheiro leva meses, ou anos, para ir ter aos bancos. A receita das alfândegas, em vez de se depositar em bancos, e por eles transmitir-se ao Rio de Janeiro, acumula-se em somas importantes, expedidas periodicamente pelos paquetes para a capital".*

Os brasileiros não guardavam dinheiro embaixo do colchão apenas por hábito ou comodidade. A fragilidade do sistema bancário estimulava tal prática. Havia no país, naquele momento, 0,04 agência bancária para cada dez mil habitantes, o que tornava difícil o acesso ao sistema. Na maioria dos casos, a distância, num tempo de transportes e estradas igualmente precários, encarregava-se de inviabilizar os depósitos. A imagem dos bancos entre a população também não ajudava: eles eram vistos como instituições pouco confiáveis, fadadas a


Caixa Economica
Garantida pelo Governo
ISENTA DE SELLOS
DEPOSITOS EM CONTA CORRENTES: 4 ½ °|° AO ANNO
EMITTE CHEQUES
EMPRESTIMOS
Sobre titulos Federaes: 8 °|° ao anno.
Sobre penhores: 10 °|° ao anno.
Qualquer pessoa poderá fazer na mesma occasião mais de um emprestimo até cinco contos de réis, desde que apresente para cada um joias do valor sufficiente.
Matriz-Rua D. Manoel n. 25
FILIAES EM PETROPOLIS E NICTHEROY
AGENCIAS:
N. 1 – Largo da Carioca (Edificio da Imprensa Nacional)
N. 2 – Rua Dias da Cruz n. 13 (Meyer)
N. 3 – Avenida Lauro Muller n. 10
N. 4 – Rua D. Pedro I, n. 19 (antiga Espirito Santo)

quebrar e a arrastar consigo os depositantes.

Sem clientes em quantidade suficiente, os bancos não cresciam e, não crescendo, não atraíam clientes. Além disso, as características da economia nacional implicavam sérios problemas de fluxo de caixa. A ênfase na agricultura provocava períodos de forte procura por crédito, e, justamente nesses momentos, os depósitos escasseavam. Sem contar que inúmeras vezes os bancos eram utilizados pelo governo para socorrer setores em dificuldades.

Ainda assim, a economia brasileira no início da República caracterizou-se pelo fortalecimento do país no cenário internacional. O fim da escravidão teve papel decisivo no processo pelo simples fato de ter derrubado as restrições que alguns países, como a Inglaterra, levantavam em relação ao livre comércio com o Brasil. A chegada em massa de imigrantes também reforçou os laços do país com o mundo. Como já foi dito, mais de 200 mil estrangeiros entraram no Brasil nos dois anos seguintes à abolição.

A utilização de mão de obra assalariada no país transformou-se no grande diferencial do final do século 19. O pagamento de salários e o crescimento da atividade econômica aumentaram, em muito, a necessidade de ampliação do volume de dinheiro em circulação. E o Brasil teve de enfrentar várias vezes, ao longo do século, o problema da escassez de moeda. Em 18 de julho de 1885, por exemplo, fora aprovada lei autorizando o governo a emitir 25 mil contos de réis para socorrer os bancos da Corte. Na prática, isso representou um aumento de 20% na base monetária.

Nem o fato de haver mais dinheiro em circulação no país iria estimular o governo republicano a dedicar maior atenção às Caixas Econômicas. Embora no dia 5 de outubro de 1896 o senador Leopoldo de Bulhões (1856-1928) tivesse apresentado "à consideração de seus pares" um projeto inovador no qual propunha a remodelação da instituição, suas sugestões foram solenemente ignoradas, "pois nem mesmo conseguiu obter parecer da comissão governamental para a qual (o projeto) foi enviado pelo presidente do Senado".

Onze anos antes, em 3 de julho de 1885, ainda nos tempos do Império, o mesmo Leopoldo de Bulhões entregara à Câmara um relatório minucioso no qual, servindo-se amplamente de sugestões dadas pelo visconde de Ouro Preto e por Lafayette Rodrigues Pereira, propusera uma completa reformulação das Caixas. Também naquela ocasião, seu projeto "não foi incluído nas ordens do dia, razão pela qual jamais chegou a ser discutido", conforme revela, desapontado, o economiário Ariovisto de Almeida Rego em seu *Resumo Histórico da Caixa Econômica e Monte de Socorro*, publicado em 1914.

As Caixas Econômicas acabaram encontrando uma maneira de sobreviver em meio a um período de grandes incertezas. Incertezas que se tornaram ainda mais agudas quando, em fins de setembro de 1896, nos sertões da Bahia, estourou uma das mais trágicas e sangrentas guerras civis da história do Brasil: a Guerra de Canudos.



A GUERRA DO FIM DO MUNDO

Tremeluzindo sob o sol inclemente do sertão, o arraial de Canudos erguia-se onde antes existira apenas a desolação da caatinga. Embora parecesse uma favela, era um aglomerado impressionante: possuía 5.200 casas e cerca de 25 mil habitantes. Números espantosos quando se sabe que Juazeiro, a maior cidade no norte da Bahia, não possuía mais de três mil moradores em fins de 1896, e a capital, Salvador, não ultrapassava os 200 mil. A diferença é que a absoluta maioria dos habitantes de Canudos era composta de sertanejos indigentes, agrupados em torno da figura misteriosa de um beato conhecido como Antônio Conselheiro.

No solo miserável do sertão, Conselheiro encontrara terreno fértil para sua pregação messiânica. A decadência dos engenhos, o fim da escravidão, a terrível seca de 1878 (durante a qual, só no Ceará, cerca de cem mil pessoas morreram de fome), a limitação do mercado de trabalho provocada pelo fluxo incessante de imigrantes europeus: tudo havia contribuído para mergulhar o Nordeste no caos social. Foi nesse ambiente de vertigem e desespero que surgiu a figura magnética de Conselheiro.

Antônio Vicente Mendes Maciel nascera no Ceará, em 1828. Filho de um comerciante que pretendia fazer dele um padre, Antônio tinha sido professor e ambulante, quando problemas financeiros e domésticos o converteram em beato – uma espécie de nômade do sertão, um cangaceiro místico e asceta que por 17 anos perambulou pela caatinga, conclamando o povo a construir e reconstruir igrejas, reerguer os muros dos cemitérios e levar uma vida de penitência e meditação. Em 1886, preocupados com o ajuntamento em torno de Conselheiro, a Igreja e o governo começaram a transformá-lo em mártir.

Falsamente acusado de matar a mulher e o filho, Conselheiro foi preso. Julgado inocente, foi liberado e retornou à deriva no mar arenoso do sertão. Em 1893, depois de quase duas décadas de peregrinação, e já com cerca de oito mil seguidores, ele encontrou seu porto seguro em uma fazenda abandonada, nos confins da Bahia. Ali surgiria o arraial de Belo Monte, mais tarde rebatizado de Canudos. Em poucos meses, Conselheiro – ajudado por homens como João Abade, Pajeú, Joaquim Tranca-Pés, Raimundo Boca-Torta, Chico Ema, Antônio Beato e Manoel Quadrado – começou a materializar a utopia de uma sociedade evangélica autossuficiente. Em Canudos não havia propriedade privada:

terra, rebanhos e lavouras pertenciam a todos. Milho, feijão, mandioca e cana eram cultivados coletivamente. Cabras forneciam carne, queijo e leite. Suas peles curtidas eram vendidas em Juazeiro e exportadas até para os Estados Unidos. Canudos se tornou a meca dos desvalidos. Um novo mundo. Um outro Brasil.

A proclamação da República, em 1889, desagradara Conselheiro – especialmente porque, além de ter criado novos impostos municipais, havia decretado a separação entre o Estado e a Igreja, o que acabou com a obrigatoriedade do casamento religioso, sacramentando o casamento civil. Em 1893, na cidade de Bom Conselho, Conselheiro mandara arrancar e queimar as ordens de cobrança de impostos e se complicara com a lei. A seguir, uma série de outros problemas, pequenos e corriqueiros, acabaria deflagrando uma das maiores tragédias da história do Brasil.

Julgando que os seguidores de Conselheiro fossem ferrenhos monarquistas, o governo republicano enviou três expedições punitivas contra o arraial de Canudos. Surpreendentemente, todas elas foram vencidas pelos sertanejos. A rebelião dos desvalidos tornou-se então um problema de "segurança nacional". Em julho de 1897, chegaram a Canudos mais de quatro mil soldados, armados até os dentes e contando com os préstimos inestimáveis de um canhão Withworth 32, apelidado de "Matadeira", tão grande que para movimentá-lo eram necessárias 20 juntas de bois. Um mês depois, 20 mil sertanejos estavam mortos e de Canudos restavam apenas escombros fumegantes.

Um experimento social, de cunho religioso, fora esmagado simplesmente porque o Brasil das elites urbanas mais uma vez não havia sido capaz de tentar entender o Brasil dos despossuídos.



NUVENS PESADAS
Estátua de Antônio Conselheiro em frente ao Museu Histórico de Canudos, no sertão da Bahia.

P. 76 – AS FACES DO HORROR
Sobreviventes do massacre de Canudos fotografados em 1897 por Flávio de Barros, depois da rendição do arraial.
Museu da República, Rio de Janeiro

Canudos – Aqui o Brasil Sangrou

Portador de antigas profecias, o beato Antônio Conselheiro vagava pelos confins do Nordeste anunciando: *"O sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão"*. O mar ainda não virou sertão, mas o sertão, ao menos no centro de sua pregação, de certa forma virou mar. O arraial de Canudos, construído pela utopia evangélica de Conselheiro e destruído em 1897 pelo exército republicano, ainda paira como sombra sobre a história do Brasil. Inundado por uma represa em 1969, o vilarejo ergue-se como um esqueleto das águas do açude Cocorobó, quando, em tempos de seca, o mar simbólico volta a virar sertão. Mesmo afogado, o espectro de Canudos teima em ressurgir. E não só em meio à desolação da caatinga.

Afinal, é preciso lembrar que os soldados que transformaram o mais exuberante exemplo de urbanização não planejada num deserto calcinado de cinzas e fumaça retornaram ao Rio de Janeiro alimentando a esperança de ser recompensados com a casa própria. Seu sonho não se realizou. Sem ter onde morar, eles e suas famílias subiram os morros do centro da cidade. O amontoado de casebres que se formou foi batizado como "favela", em alusão ao Morro da Favela, um dos tantos de onde os canhões bombardearam o vilarejo de Conselheiro. Por amarga ironia, Canudos forneceu o nome do que se tornaria emblema do terrível problema de falta

de moradias no país – como se verá no capítulo *Casa Própria*, na *Parte II* deste livro.

A atual Canudos, na verdade a terceira, uma vez que a segunda submergiu junto com os escombros da primeira, localiza-se a dez quilômetros da original, no norte da Bahia, região de clima semiárido. Seus 13 mil habitantes sobrevivem da agricultura, em especial do cultivo de banana e coco no perímetro irrigado pelo notório rio Vaza-Barris. A Caixa mantém uma lotérica no local, mas, para abrir uma conta, ainda é necessário ir até Serrinha, localizada a 220 quilômetros.

Na nova cidade encontram-se algumas relíquias históricas, como o cruzeiro original da primeira igreja, hoje em uma capela. Também estão lá as toras de madeira que deram origem ao conflito. Encomendadas por Conselheiro para a construção de uma igreja, tiveram a entrega proibida por um juiz, que ainda alertou o governo sobre o perigo de a mercadoria, que já estava paga, ser retirada à força. A chegada dos primeiros soldados e a resistência dos sertanejos foram o capítulo inicial de um dos mais obscuros episódios da história do Brasil.

Meros troncos, que deflagraram uma carnificina, são hoje atração turística de uma Canudos na qual a desolação provocada pela seca divide espaço com belezas naturais que incluem os morros graníticos, a vegetação típica e as aves só encontradas por ali. O perfil eriçado da serra do Cocorobó, por vezes envolto em nuvens sombrias e passageiras, de onde raras vezes cai chuva, ergue-se como uma sentinela a proteger não se sabe se os habitantes atuais ou as assombrações do arraial do Belo Monte, como os seguidores de Antônio Conselheiro preferiam chamar sua comunidade.

Embora forasteiros ainda sejam recebidos com alguma desconfiança na região, a Caixa está aqui em Canudos – o lugar onde o Brasil sangrou. Claro que não se trata de uma agência na acepção plena da palavra: o que a reencarnação do arraial de Belo Monte possui é uma Unidade de Serviços Lotéricos (USL), atendida pelo casal Gilson Alves Gama e Dorisneide Soares Silva Gama e pela filha deles, Thaise Soares Gama, que também atua como guia de turismo e participa de um grupo criado pela Universidade da Bahia para estudar e divulgar a cultura de Canudos. Localizada na rua Santo Antônio, nº 14, a Canudos Loterias – inaugurada no ano de 2000 – nunca pagou grandes prêmios (o maior foi uma quadra da quina, no valor de R$ 1.054,00). Em compensação, paga 8 mil Bolsas-Família na cidade de 13 mil habitantes.



Em 1892, quatro anos antes da eclosão da tragédia de Canudos, as Caixas tinham sido contempladas com uma determinação ministerial que, em tese, poderia ter ajudado no florescimento da instituição. No dia 17 de dezembro daquele ano foi assinado o Decreto nº 1.168, que, ao revogar as rígidas imposições do Decreto nº 9.748 (de 2 de abril de 1887), tornava "novamente autônomas e independentes as Caixas dos estados do Pará, Maranhão, Paraná, Ceará, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte e Minas Gerais".

No entanto, de acordo com as observações de Paulo Martins, um funcionário do Ministério da Fazenda sempre interessado na história das Caixas e que em 1926 escreveu um utilíssimo opúsculo (*Caixas Econômicas do Brasil: Comentários*), o decreto de dezembro de 1892 se revelaria afoito e precipitado: *"Não se preparara o campo em que as Caixas estaduais deviam operar; não se lhes alargara o campo de operações; não se lhes dera fundos para acionar seu mecanismo"*. Resultado: cerca de cinco anos depois, em 19 de abril de 1898, um mês após a eleição de Campos Salles, quarto presidente da era republicana, o Decreto nº 1.168 foi revogado, já que a autonomia, "extemporânea e inoportuna", não podia "gerar bons frutos".

Então, com a assinatura do Decreto nº 2.882, todas as Caixas – com exceção das do Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – viram-se novamente anexadas às Delegacias Fiscais (na época chamadas Tesourarias da Fazenda), perdendo a breve autonomia que, segundo as análises mais equilibradas, lhes fora concedida prematuramente. Pouco depois, em 3 de junho de 1898, a Caixa do Pará também foi incorporada à Tesouraria da Fazenda. Conforme Paulo Martins, o efeito mais evidente do Decreto nº 2.882, de abril de 1898, foi, pura e simplesmente, "revigorar a regulamentação assinada em 1887", fazendo com que as Caixas voltassem a funcionar em moldes muito similares àqueles que tinham sido propostos uma década antes, em pleno regime imperial, pelo conselheiro Antonio Nicolau Tolentino.

Não se pode estranhar, portanto, a indignação de Paulo Martins com tal situação: *"Se a diretiva estabelecida para o encaminhamento das Caixas Econômicas não foi seguida; se não se persistiu no esforço de ampliar a ação e desenvolver suas operações de crédito; se a ação dos poderes públicos se descurou por completo; se não se procurou adaptar as Caixas à evolução do tempo, dando-lhes oportunidade e feição contemporânea, como, pois, esperar delas, por si mesmas, surtos de atividade, de transformação de métodos, de aplicação de obrigações ativas? Muito elas têm feito, no circuito estreito do regulamento atual, acreditando-se cada vez mais para com o público, facilitando-lhe o recebimento e entrega de dinheiro com rapidez, igualando-se, nesse expediente, aos melhores bancos. Mas o que lhes vale isso, se um voo mais largo não podem empreender?"*

A própria história dos presidentes da Caixa Econômica durante os primórdios do período republicano é um bom exemplo do marasmo que injuriava Paulo Martins. Por ocasião do golpe de 15 de novembro, o presidente da instituição era Francisco José Pacheco Júnior, visconde de São Francisco, que assumira o cargo um ano antes, em 20 de novembro de 1888, quatro meses após a morte de Tolentino. Mesmo com a mudança de regime, o visconde permaneceu na presidência, sendo substituído apenas dali a quatro anos, em 20 de setembro de 1892, por Militão Máximo de Souza, barão de Andaraí.

Ora, o barão já fazia parte do Conselho Fiscal da Caixa desde o dia de sua fundação (na verdade, saíra em outubro em 1861, antes da abertura oficial, mas retornara em julho de 1869). Sua eleição para o cargo 31 anos depois da criação da instituição revela o continuísmo entre os propósitos imperiais e os republicanos, pelo menos em relação à Caixa Econômica. Como o decreto que tornara as Caixas autônomas fora aprovado em 17 de dezembro de 1892 (apenas três meses após a posse do barão de Andaraí, em 20 de setembro) – e seria revogado em abril de 1898, um ano após sua saída da presidência –, parece lícito associar o projeto de autonomia das Caixas provinciais (e seu insucesso) à gestão do barão.

Em 25 de abril de 1897, foi a vez de Domingos Azevedo Júnior assumir a presidência da Caixa. Mas o substituto do barão de Andaraí ficou apenas um ano e meio no cargo. Em 17 de setembro de 1898, tomou posse o barão de Quartin. E aqui novamente se desvela com clareza a conexão entre o regime imperial e o republicano no que se refere à administração da Caixa. Sim, porque, como o barão de Andaraí, também o barão de Quartin era conselheiro da instituição desde os tempos de D. Pedro II: ele havia entrado para o Conselho Fiscal em junho de 1888.

O português Antônio Tomás Quartin, barão de Quartin, foi uma das mais destacadas figuras da chamada *Belle Époque* carioca. Filho de um rico fazendeiro, corretor de café e banqueiro que mantinha estreitas ligações com o visconde de Itaboraí, Antônio Tomás (1857-1911) herdou do pai não apenas o nome e a fortuna, mas a teia de bons relacionamentos. Tornou-se um notável investidor, não só na lavoura de café, mas em ferrovias e mineração. Ancorado nessa situação, Quartin presidiria a Caixa por cinco anos, até o início de 1903.

Pode-se dizer que o barão de Quartin foi o homem do governo Campos Salles na Caixa Econômica, já que o quarto presidente republicano dirigiu o país de novembro de 1898 a outubro de 1902. Criador da chamada política do café com leite, Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913)



implantou o imposto do selo (que taxava o consumo sobre produtos nacionais), aumentou as tarifas de importação, enxugou a máquina do governo e suspendeu o pagamento da dívida externa. Sua política econômica saneadora (criada para refrear a especulação causada pelo Encilhamento) provocou inúmeras falências e o tornou um dos presidentes mais impopulares da história do Brasil. Campos Salles deixou o Palácio do Catete em outubro de 1902, sob estrondosa vaia, chamado pelo povo de "Campos Selos", numa referência ao imposto que criara e do qual, aliás, os juros sobre os depósitos na Caixa Econômica estavam isentos.

Em novembro de 1902 tomou posse o quinto presidente: o cafeicultor paulista Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919). Como vários dirigentes da Caixa, ele também era figura proeminente desde o Império. Ao assumir, Rodrigues Alves anunciou à nação que colocaria em prática sua promessa de campanha: "Remodelar o porto do Rio de Janeiro e reurbanizar a cidade para atrair mais imigrantes". Foi o que ele fez, dando início a uma autêntica revolução urbana que passaria à história com o nome de Bota-Abaixo e em meio ao qual eclodiu a virulenta Revolta da Vacina, mais uma das lutas populares que fizeram sangrar o Brasil.

BERÇO PARAENSE
O palacete à direita foi a sede da primeira agência da Caixa no Pará e hoje abriga uma biblioteca. No prédio da esquerda funciona um teatro. O complexo está localizado na praça da República, no centro de Belém.



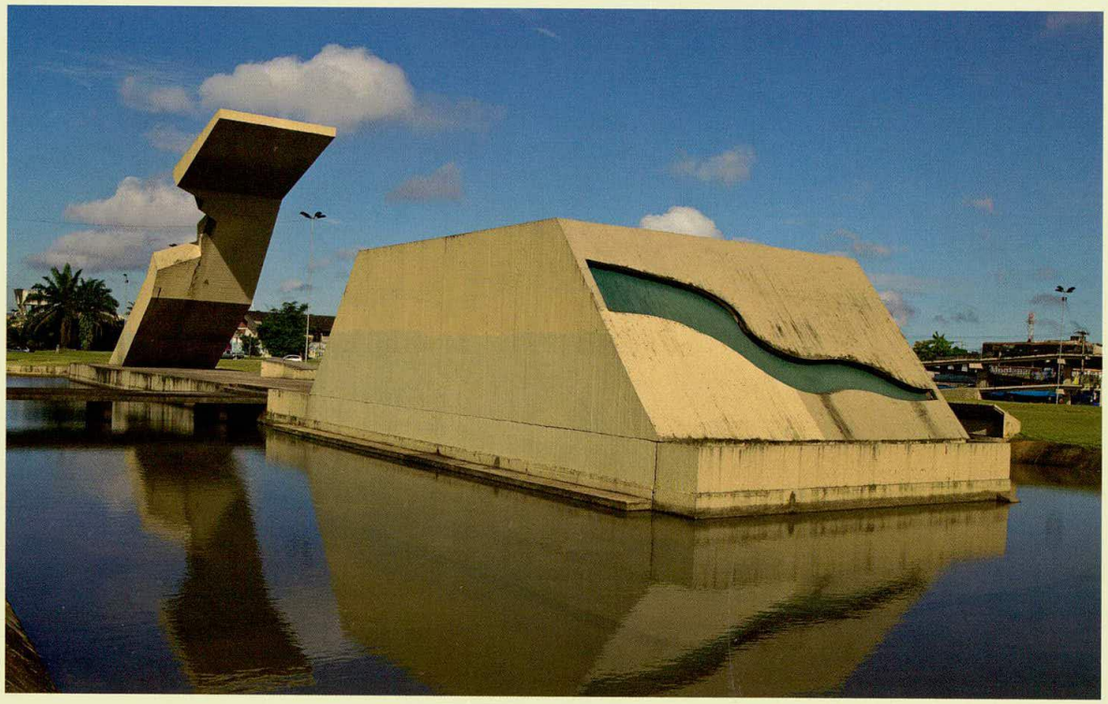
A CABANAGEM

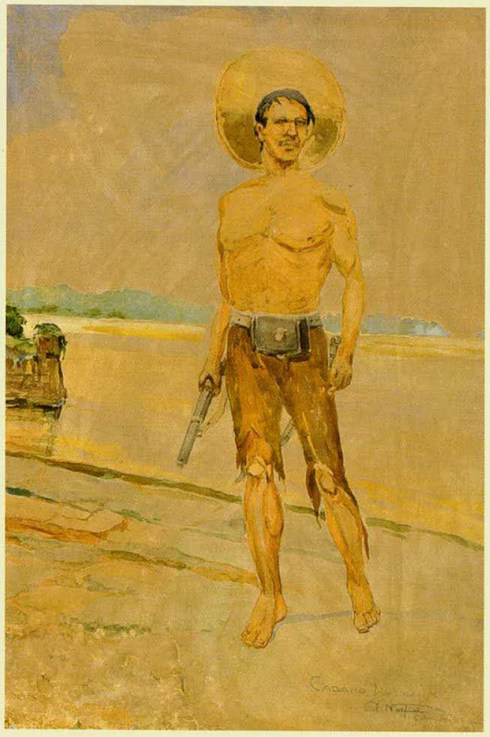
Dentre as lutas travadas pelo povo brasileiro ao longo de sua história, algumas das que foram selecionadas para pontuar as páginas do presente livro eclodiram antes da fundação da Caixa. Todas elas, porém, de alguma forma, vinculam-se com a trajetória da instituição. A Cabanagem, por exemplo, figura aqui porque é tremendamente reveladora dos conflitos que primeiro a província e depois o estado do Pará sempre travaram com o governo central, também presentes na história da Caixa naquele estado. E não apenas por isso, mas também porque o próprio nome da grande revolta popular que incendiou a cidade de Belém e arredores já indica que os revoltosos viviam em casebres e que a falta de habitações condizentes e as injustiças sociais foram os principais motivos para a eclosão do conflito.

Apesar de ter se iniciado por causa da cisão entre dois grupos da elite local em torno da nomeação do presidente da Província do Pará, a Cabanagem foi a maior e mais sangrenta revolta social já ocorrida no Brasil, uma autêntica insurreição popular. De início, o levante reuniu cerca de três mil mestiços, indígenas destribalizados e negros libertos, embora, mais tarde, a eles tenha se juntado boa parte da população de baixa renda de Belém e arredores. Essas minorias eram chamadas de cabanos, uma clara referência às condições de vida nas cidades da Amazônia, com suas casas de palha e barro – análogas às favelas de hoje –, em geral construídas umas junto às outras e abrigando milhares de famílias.

O fermento da insatisfação popular no Pará vinha desde antes da independência do Brasil. Aquela era uma região remota e miserável. Por problemas de navegação, os vínculos com Portugal, antiga metrópole, continuavam mais fortes do que com a corte do Rio de Janeiro, mesmo após 1822. Imposta pelo distante e omisso governo central, a nomeação dos presidentes da província causava indignação entre os paraenses.

Na madrugada de 7 de janeiro de 1835 – nove meses antes que eclodisse, no outro extremo do país, a Guerra dos Farrapos –, os cabanos tomaram quartéis e pontos-chave de Belém, matando, em pleno palácio do governo, o presidente da província e o comandante militar do Pará. O líder da rebelião, Félix Antônio Malcher, assumiu o poder. Durante um ano, os cabanos foram os verdadeiros senhores de Belém.





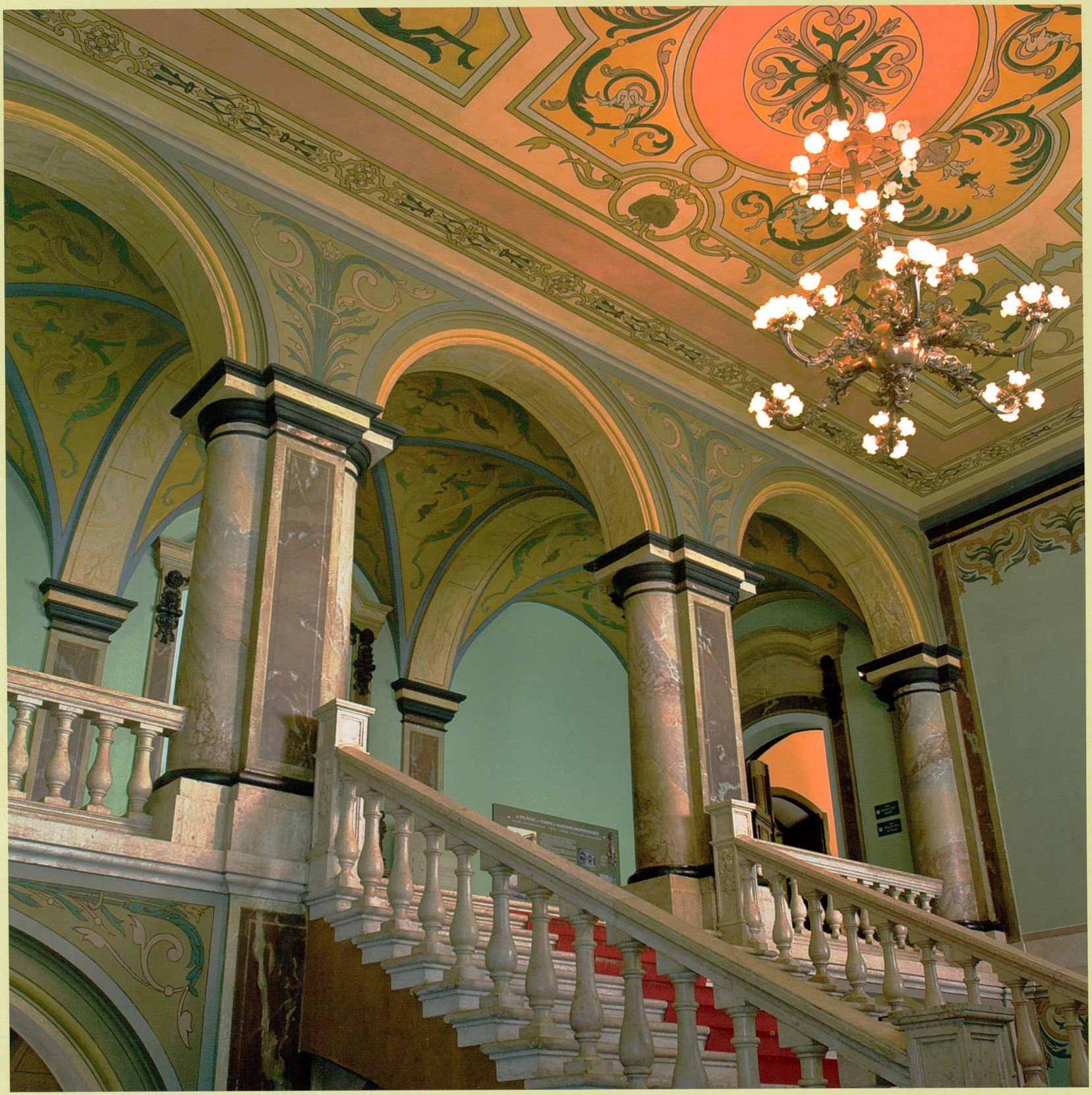
OS CABANOS
No alto, monumento feito por Oscar Niemeyer; acima, o quadro O Último Cabano*; na p. 85 o palácio tomado pelos rebeldes durante a revolta retratada na tela reproduzida na p. 82.*

Em 21 de janeiro de 1836, no entanto, estourou um violento choque entre Félix Malcher e seus aliados, os líderes populares Eduardo Angelim e Francisco Pedro. Angelim era um retirante cearense, fugido da seca, que adotara o nome de uma madeira "forte e rija como ele próprio" e que virou o principal líder intelectual da revolta. O confronto entre as duas facções rivais foi feroz e brutal e enfraqueceu ambas, mesmo antes do início da repressão oficial. Malcher chegou a ordenar o bombardeamento da cidade, depois de se refugiar em um navio de guerra ancorado no porto. O caos instaurou-se em Belém.

Em abril de 1836, quando o marechal Francisco José Andreia – um "restaurador", conhecido por sua dureza e rispidez – conseguiu retomar a capital do Pará em nome da Regência, deparou-se com um quadro desolador: a cidade despovoada, quase inteiramente em ruínas, com ervas daninhas recobrindo as ruas, e esgotos a céu aberto. Embora o "exército" rebelde tivesse se dispersado pela floresta, ou fugido utilizando-se da vasta rede fluvial vizinha a Belém, o marechal Andreia determinou que os insurretos fossem perseguidos e duramente reprimidos, ao longo de todo o ano de 1836. Preso em outubro daquele ano, Eduardo Angelim foi um dos poucos a escapar da morte: foi enviado para o exílio na ilha de Fernando de Noronha.

A repressão foi tão sangrenta que cerca de 30 mil pessoas – 30% do total de habitantes da Província do Pará – teriam sido mortas. A Cabanagem só foi considerada inteiramente debelada em 25 de março de 1840, quando Gonçalves Jorge de Magalhães, tido como o último cabano, enfim se rendeu. Mas o episódio não se encerraria sem que viesse a figurar, para sempre, na história nacional da infâmia. Até porque, dentre os estopins para o levante esteve um acontecimento que se constitui num dos mais sórdidos de toda a trajetória da repressão aos movimentos populares no Brasil: em 1831, 256 rebeldes – que haviam se levantado contra as péssimas condições de vida em Belém – morreram asfixiados no porão de um navio (o brigue *Palhaço*), onde tinham sido amontoados depois de condenados a seguir para o exílio, no Acre.

A memória do movimento segue viva em Belém. Em janeiro de 1985, foi inaugurado o Memorial da Cabanagem, um monumento de 15 metros de altura por 20 de comprimento, todo em concreto, feito por Oscar Niemeyer. A escultura aponta para a vila de Icoaraci, onde muitos combatentes cabanos foram mortos e enterrados. A "mão fraturada" (sem o polegar) faz referência à pacificação ocorrida após o levante, quando quem era pego com armas de fogo tinha o polegar cortado.




Ao Tenente Mario felicita
o amº Dantas pela attitude energica que
tomou na defesa da ordem e seguvança
publica durante os acontecimentos que ti-
veram lugar no mez passado
14/XII/04


O Cacique Coliveira que vay furtar a infelix idéa
afim de indisbatisar a 11 Pessoas.
O povo deu uma lição de mestre
Rio Jan.º
Rio 14-11-06

O BOTA-ABAIXO E A REVOLTA DA VACINA

No alvorecer do século 20, o Rio de Janeiro continuava uma cidade de ruas sujas e estreitas, vielas tortuosas e epidemias mortíferas – conservava "o cunho desolador dos velhos tempos do rei e dos vice-reis". Embora tida mundialmente como uma cidade belíssima, era linda apenas vista de um navio. Tanto que muitas linhas de navegação ofereciam "trânsito direto para Buenos Aires, sem passar pelo Brasil e pelos perigosos focos de febre amarela do Rio de Janeiro". Ironicamente, fora através dos navios que as duas doenças mais graves que assolavam a população haviam chegado à cidade. Um cargueiro norte-americano havia trazido a peste bubônica por volta de 1890. Com os navios dos imigrantes chegara a varíola. Era justamente para receber mais imigrantes – braços para o café – que o presidente eleito em março de 1902, o cafeicultor Rodrigues Alves, pretendia remodelar a cidade. "A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para se constituir no mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo", dissera em seu discurso de posse. Empossado, partiu da teoria para a prática.

Com um empréstimo de oito milhões de libras tomado na Inglaterra e com uma equipe afinada com seus objetivos, Rodrigues Alves deflagrou a grande revolução urbana, cujo ponto focal era a construção da avenida Central (hoje avenida Rio Branco). As obras do chamado "Bota-Abaixo" começaram em 29 de fevereiro de 1904. Em nove meses, 614 imóveis foram derrubados "sob o hino jubiloso das picaretas regeneradoras". Os aluguéis dispararam e o "povaréu prosaico e mal-indumentado" foi expulso do centro.

O fascínio com o esplendor urbano era tanto que no carnaval de 1904 surgiu a marchinha que dizia: "*Sem igual no mundo inteiro/ Cidade Maravilhosa/ Salve o Rio de Janeiro*". Mas nem tudo eram elogios. Enquanto as classes mais altas bebericavam café nas mesinhas na calçada da nova avenida, a insatisfação corroía as classes mais baixas. A política anti-inflacionária adotada no governo Campos Sales deixara os pobres mais pobres e os ricos mais ricos. A avenida Central custara mais de quarenta mil contos – e os trabalhadores, como sempre, pagaram a conta.



OS MICRÓBIOS E OS DOUTORES
Charge publicada na revista Careta *revela a "guerra do ridículo" à qual foi submetido o médico Oswaldo Cruz.*
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

P. 86 – REVOLTA VIRULENTA
Populares saíram às ruas do Rio de Janeiro em novembro de 1904 tombando ônibus e quiosques em luta contra a vacina obrigatória.
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Seria graças a outro braço da política reurbanizadora do governo Rodrigues Alves – o braço sanitarista, operado pelo jovem cientista Osvaldo Cruz – que uma revolta popular eclodiria em 1904, com o nome inusitado de Revolta da Vacina. Por trás dela, além da insatisfação do povo, escondiam-se as frustrações dos chamados "jacobinos positivistas", dispostos a instaurar uma ditadura que restaurasse a "pureza" original dos ideais republicanos.

O estopim da virulenta insurreição popular que eclodiu no Rio de Janeiro em novembro de 1904 foi, de fato, a recusa de boa parte da população da cidade – em especial as classes baixa e média – em aceitar o cumprimento da lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola. Aprovada pelo Congresso em 31 de outubro, a lei era uma vitória pessoal do jovem médico Oswaldo Cruz – sanitarista que, poucos anos antes, retornara da Europa disposto a erradicar uma série de epidemias que assolavam duas das maiores cidades portuárias do Brasil, entre elas o Rio de Janeiro.

Desconhecida no Brasil, a vacina contra a varíola – já testada com êxito em vários países da Europa – era encarada com desconfiança pelos brasileiros em geral e pelos cariocas em particular. Por isso, tão logo as chamadas Brigadas Sanitárias passaram a entrar em todas as casas da cidade, acompanhadas da polícia, para vacinar os moradores à força, os adversários da medida começaram a chamá-las de "violadoras de lares" e "túmulos da liberdade".

A eclosão da revolta era mera questão de tempo. E não foi preciso esperar muito: quando, num comício contra a vacina, realizado no centro do Rio de Janeiro, no dia 10 de novembro, um orador foi preso em pleno palanque, a multidão partiu para o confronto. Imóveis derrubados pelo prefeito Pereira Passos forneciam grande quantidade

de pedras. Com elas, o povaréu passou a alvejar os policiais. A revolta espalhou-se como um rastilho de pólvora: ao longo de quatro dias, os revoltosos dominaram o centro da cidade, tombando e incendiando bondes, depredando e saqueando estabelecimentos comerciais, destruindo os novos postes de luz estilo *art nouveau*.

O que poderia estar por trás de uma revolta com tais proporções?

No dia 14 de novembro, uma das principais e talvez a mais reveladora das várias faces da rebelião começou a se desvendar: a Escola Militar da Praia Vermelha decidiu "unir-se" ao povo e aderir ao levante. Ficou evidente que "a vacina" era apenas um pretexto para a eclosão de um movimento político-social. A carestia, a inflação, o achatamento salarial, o aumento abusivo dos aluguéis, o projeto excludente e elitista da remodelação do centro do Rio – tudo havia provocado um genuíno clamor entre as classes média e baixa.

Para os cadetes positivistas da Escola Militar da Praia Vermelha não se tratava apenas de uma traição aos ideais do golpe republicano de 1889: tratava-se também da ocasião providencial para derrubar os cafeicultores paulistas que haviam assumido o controle da nação a partir de 1894. De fato, desde o afastamento dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, o Brasil era presidido por civis diretamente ligados ao café e a São Paulo (Prudente de Morais, Campos Sales e o então presidente Rodrigues Alves). Os militares achavam que já era mais do que hora de reinstaurar uma ditadura republicana: ou seja, um "governo de salvação nacional exercido no interesse do povo". O homem providencial, naquele caso, era o tenente-coronel Lauro Sodré – que seria "proclamado ditador" tão logo o levante vingasse.

Contando com o auxilio dos "jacobinos" e tendo a certeza de que obteriam o apoio do restante da população, os cadetes da Escola Militar, liderados pelo general Travassos, saíram às ruas dispostos a tomar o Catete. Mas o governo reagiu com rapidez e dureza. Após declarar que "só morto" sairia do palácio, Rodrigues Alves conseguiu arregimentar tropas leais ao governo, decretando a repressão à revolta. Após um terrível tiroteio, travado ao longo de quase toda noite do dia 15 de novembro (não por acaso, aniversário – o décimo quinto – da proclamação da República), o general Travassos e cerca de 200 cadetes estavam mortos, o tenente-coronel Lauro Sodré fora ferido e preso e a rebelião havia sido sufocada.

No dia seguinte, Rodrigues Alves solicitou, e o Congresso aprovou, a decretação do estado de sítio, válido por um mês. Aproveitando-se das prerrogativas do regime de exceção, a polícia e as tropas fiéis ao governo invadiram cortiços e favelas, prendendo não apenas quem participara do motim, mas desempregados e desvalidos em geral. Centenas deles foram enfiados em porões de navios e despachados para o longínquo Acre (território que o Brasil acabara de conquistar da Bolívia). A vacinação, suspensa no dia 11, foi então reiniciada em larga escala. Dali a poucos meses, a varíola estava erradicada do Rio de Janeiro.

Bombardeada durante o levante, a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada e desativada naquele mesmo mês de novembro de 1904. A seguir, até o prédio foi derrubado. A ditadura positivista teria que esperar até 1930.



O BOTA-ABAIXO
Quase 700 imóveis foram derrubados na zona central do Rio de Janeiro para abrir caminho para a avenida Central. Os desalojados foram morar nos morros.
Acervo Eduardo Bueno

A Caixa e as lavadeiras

Cerca de um ano e meio antes de Lima Barreto escrever *Clara dos Anjos*, o Conselho Fiscal da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul havia se reunido em Porto Alegre, no dia 28 de outubro de 1902, para analisar um ofício no qual o gerente-geral, Afonso Coelho Borges, reclamava "a mudança da repartição do prédio onde mal e acanhadamente funciona, por não mais se prestar às exigências do serviço". Coelho Borges alertava ainda para "a conveniência de funcionar esta repartição em prédio próprio, a exemplo do que se fez na capital federal". O Conselho tomou na devida consideração as sugestões do gerente e, de imediato, deu início às tratativas para comprar um terreno e construir uma sede própria para a Caixa gaúcha – então a terceira maior do país, atrás apenas das do Rio e de São Paulo.

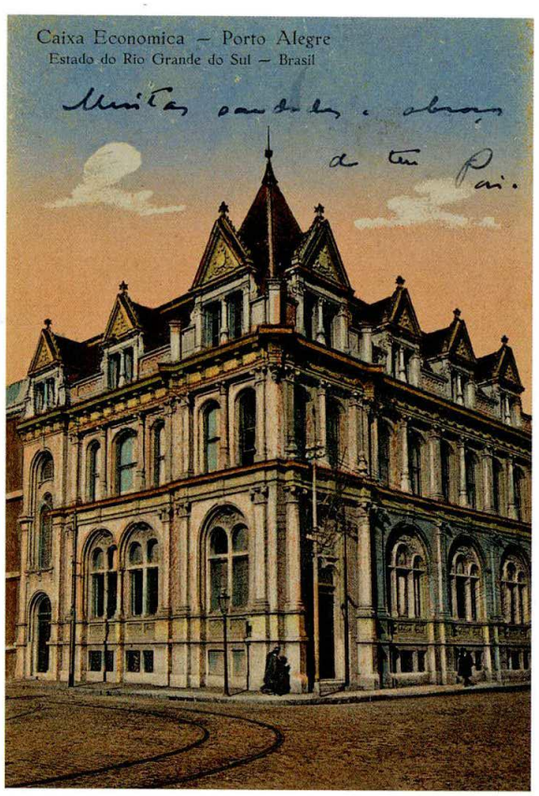
Assim, em novembro de 1904, a Caixa adquiriu, por 55 contos, amplo terreno localizado em uma das esquinas da praça da Alfândega, ponto dos mais nobres e centrais de Porto Alegre. A agência central da Caixa no Rio Grande do Sul está até hoje no mesmo local, embora infelizmente em outro prédio, já que o original foi derrubado em 1939.

Somente um ano e meio após a compra do terreno, em 1º de agosto de 1906, veio a permissão do Ministério da Fazenda para que a Caixa gaúcha despendesse até 200 contos com a construção da nova sede. Em 5 de dezembro de 1906, o engenheiro Rodolfo Ahrons, vencedor da concorrência pública, recebeu sinal verde para dar início às obras. Afortunadamente, o principal arquiteto da Construtora Ahrons era, naquela época, o alemão Theo Wiederspahn, artista brilhante, responsável pelo projeto arquitetônico de dois outros belíssimos prédios que já adornavam a praça da Alfândega – e ali permanecem: são as atuais sedes do Museu de Arte do Rio Grande do Sul e do Memorial do Rio Grande do Sul.

Como as demais obras de Wiederspahn, a primeira sede própria da Caixa no Rio Grande do Sul era uma joia arquitetônica – como bem a definiu a *Revista de Engenharia*, publicada em 1910, de onde foi extraído o texto que se segue: *"A sede da Caixa Econômica em Porto Alegre, inaugurada em 16 de junho de 1908, foi erguida no estilo gótico de transição, ou tardio, também chamado pelos alemães de* speet-gotisch. *A harmonia das linhas é perfeita, tanto no exterior quanto no lindo interior, onde uma decoração condizente com a finalidade da instituição realça o efeito gótico tardio"*.

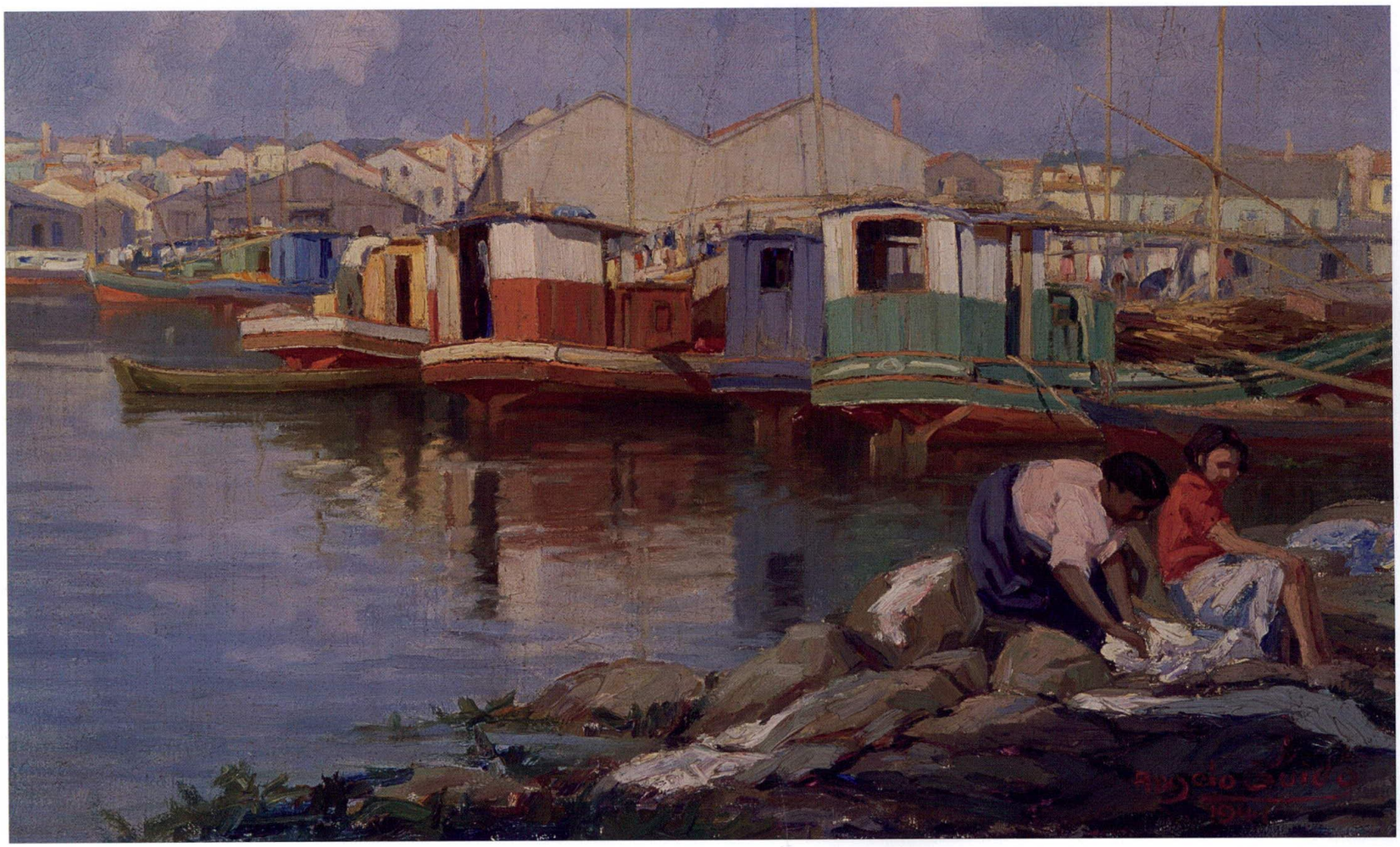
Quatro anos após a inauguração de sua bela sede, a Caixa gaúcha passou por momentos de grave aflição, resultantes de um curioso levante que, coincidentemente, havia se iniciado nas proximidades do edifício projetado por Theo Wiederspahn. O prédio recém-construído pela Caixa erguia-se quase às margens do Guaíba (que, embora continue sendo chamado de rio, na verdade é um lago). A menos de um quilômetro da nova sede ficava um trecho de praia (hoje aterrado) onde centenas de lavadeiras profissionais se reuniam para a realização de seu árduo trabalho.

Como o economiário Carlos Alfredo Simch relembra em seu livro *Jubileu de Diamante da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul*, os três primeiros meses de 1914 registraram um intenso movimento de retiradas – liderado justamente pelas lavadeiras, incitadas por um misterioso tipo que circulou entre elas, assegurando que a Caixa "estava sob iminente falência". É interessante reproduzir não apenas o relatório da sessão ordinária do Conselho da Caixa gaúcha realizada a 14 de março de 1914, como também os posteriores comentários de Carlos Simch sobre o episódio:



UMA JOIA ARQUITETÔNICA
A primeira sede própria da Caixa do Rio Grande do Sul.
Acervo da Caixa, Rio Grande do Sul

P.91 – LAVA ROUPA TODO DIA
Doca das Frutas, óleo sobre tela de Angelo Guido.
Coleção Zilah Etzberger



"Na 156ª sessão ordinária do Conselho, o senhor gerente informou que vai declinando sensivelmente o movimento de retiradas de depósitos que, de janeiro para cá, se tem evidenciado em consequência de propaganda contra esta Caixa, feita por gente perversa e cujo intuito é desacreditar este estabelecimento, que no longo período de 39 anos tão bons serviços tem prestado à população laboriosa, ou melhor, a todas as classes da nossa sociedade, às quais tem servido com máxima pontualidade, não dando nunca motivos para desconfianças que aqui foram lançar sobre o mesmo, gente interessada nisso com propósitos menos dignos."

"Como se evidencia" – quem escreve agora é o citado Carlos Simch –, *"foram dois meses o período desta corrida contra os cofres da Caixa. Não conseguimos identificar o autor desta manobra de descrédito, embora os primeiros clientes a correr em busca de sua parca economia tivessem descrito o tipo que os fora procurar (eram lavadeiras) na sua penosa tarefa à beira da praia, assustando-as e incitando-as a fazer de imediato suas retiradas. Esta propaganda continuou sempre entre gente humilde, sem melhor orientação, onde lhes era contado que a Caixa estava sob iminente falência. Mas a medida tomada pela direção de pagar logo com integral retirada dos depósitos e a afirmativa da segurança das economias aqui depositadas sob fiança absoluta do governo restabeleceu a calma, e as ovelhas tresmalhadas pela pérfida e malévola cantiga desse anônimo malfazejo voltam ao aprisco, e aqueles que haviam, assustados, feito suas retiradas, tornaram a depositar."*

Dois meses mais tarde, porém, não apenas a Caixa gaúcha, mas todas as Caixas do Brasil – e o país inteiro – teriam motivos muito mais perturbadores para se preocupar. O assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando, durante visita a Sarajevo, Bósnia, em 28 de junho de 1914, levaria à eclosão do maior conflito armado da história da humanidade até então: a Primeira Guerra Mundial. O conflito – no qual o Brasil entrou em outubro de 1917 – abalou profundamente a economia nacional, a tal ponto que, já em 16 de agosto de 1914, a Caixa do Rio Grande do Sul "viu-se obrigada, como medida de precaução", a suspender o pagamento de retiradas, "atendendo a que a Delegacia Fiscal não dispõe de numerário suficiente para atender seus compromissos, em virtude de ter-se agravado a já difícil situação econômica do país pela conflagração europeia".





A GUERRA DO CONTESTADO

Miséria, messianismo e morte. A chamada Guerra do Contestado seria uma espécie de reprise, ocorrida quinze anos mais tarde em pleno sul-maravilha, do massacre que se desenrolara nos cafundós de Canudos, na Bahia, em 1896. Foi a história se repetindo, simultaneamente como tragédia e como farsa.

Em linhas gerais, o episódio constituiu-se no conflito armado e desigual entre o exército federal e os camponeses miseráveis da região sudoeste do Paraná e noroeste de Santa Catarina. Território de 48 mil quilômetros quadrados, disputado desde os tempos do Império pelas províncias do Paraná e de Santa Catarina, a área "contestada" era delimitada pelos rios Uruguai, Iguaçu e do Peixe e pela fronteira com a Argentina. Essa remota "terra de ninguém", rica em pinheirais e ervais, havia sido esparsamente ocupada por refugiados das revoluções gaúchas e por desvalidos em geral.

Em 1900, o governo federal cedeu uma faixa de trinta quilômetros de largura para a Brazil Railway, no centro da qual deveria ser construída a ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul. Posseiros estabelecidos na área foram desalojados à força. A seguir, a madeireira Southern Brazil Lumber & Colonization se instalou na região e "contratou" milhares de camponeses, transformando-os em mão de obra semiescrava.

Ambas as empresas, a Brazil Railway e a Southern Lumber, pertenciam ao magnata norte-americano Percival Farquhar, um dos "donos" do Brasil naquele início do século 20. Os escritórios de Farquhar ficavam na avenida Central, no coração do Rio de Janeiro e, dentre outros empreendimentos, ele também era o responsável pela construção da ferrovia Madeira-Mamoré, em Rondônia. Em 1906, quando as obras de sua ferrovia sulista foram suspensas, oito mil homens foram sumariamente demitidos e deixados ao léu, perambulando pela região. Estava preparado o terreno para a fermentação da revolta.

Em novembro de 1911, surgiu na cidade de Palmas (Paraná) um homem alto, cabeludo, desdentado e barbudo. Era um gaúcho mestiço de índio chamado Miguel Lucena de Boaventura. Citando a Bíblia e um livro infantil ilustrado sobre Carlos Magno, dizia-se "herdeiro espiritual" do beato João Maria, líder messiânico que havia percorrido aquela mesma região cerca de dez anos antes. Lucena logo mudou de nome, passou a se chamar "monge José Maria" e aglutinou em torno de si dois mil fiéis seguidores.





LUTA NA MATA
Os vastos pinheirais derrubados para dar passagem à ferrovia São Paulo-Rio Grande foram o palco onde se travou a fraticida Guerra do Contestado.
Museu do Contestado, Caçador/SC

P. 92 – BANDIDOS X MOCINHOS
Tanto as milícias contratadas para combatê-los (imagem acima)*, quanto os revoltosos* (abaixo) *agiram ferozmente no conflito também chamado "guerra dos pelados".*
Museu do Contestado, Caçador/SC

O "monge" pregava sermões apocalípticos, afirmava que comércio era "coisa do demônio" e que o rei português D. Sebastião (morto no Marrocos, em 1578) voltaria para reinar sobre todos os homens. Dizendo-se eleito por Deus para erguer na Terra uma "Monarquia Celeste", José Maria fundou seu primeiro "quadro santo" no município de Curitibanos (SC). Em meio a cruzes formando um quadrado em meio ao qual se ergueu uma tosca capela, seus dois mil seguidores se estabeleceram. Alertado pelos coronéis ervateiros da região, o exército foi chamado para expulsar os "fanáticos", depois que José Maria se recusou a depor na delegacia de Palmas (PR).

Em outubro de 1912, uma tropa de 400 homens, chefiada pelo capitão João Gualberto, atacou o "quadro santo" erguido no município de Irani, onde os seguidores do monge tinham se refugiado. Quando a metralhadora da tropa de Gualberto engasgou, os "fanáticos", soprando berrantes, investiram contra os invasores. Embora José Maria tenha sido um dos primeiros a tombar, o capitão Gualberto e mais treze soldados também foram mortos, e o restante da tropa bateu em retirada, deixando armas e munições na mão dos rebeldes.

Apesar de José Maria não ter ressuscitado ao terceiro dia, como anunciara, seus seguidores continuaram combatendo, adotando táticas de guerrilha. A virgem de quinze anos Maria da Rosa virou chefe militar, enquanto o "menino deus" Joaquim, de onze, era tido como porta-voz de José Maria – que, por meio de mensagens enviadas do além, "comandava" o exército que já contava então com cerca de cinco mil sertanejos.

Os rebeldes chegaram a dominar 25.000km², vencendo sete expedições militares enviadas contra eles. Em setembro de 1914, o general Setembrino de Carvalho chegou a Curitiba com ordens do ministro da Guerra para sufocar a rebelião a qualquer custo. Com sete mil homens bem-armados (80%

do exército brasileiro de então) e contando com os primeiros aviões usados para fins militares na história do Brasil, Carvalho atacou os "fanáticos" implacavelmente, matando homens, mulheres e crianças. Ainda assim, a "guerra santa" iria perdurar até janeiro de 1916. Em cinco anos de luta, nove mil casas haviam sido queimadas e o espantoso número de vinte mil pessoas tinham sido mortas.

Durante mais de 50 anos, a região do Contestado seguiu praticamente desocupada, em mãos de latifundiários e ervateiros. Os imensos pinhais foram devastados e sua madeira, transportada pela ferrovia de Farquhar, foi utilizada para estruturar os suntuosos prédios que então surgiam de ambos os lados da avenida Central. A madeireira que distribuía as toras era de propriedade de Farquhar, em sociedade com o prefeito do Rio, Pereira Passos – não por acaso o responsável pela abertura da avenida.

Atualmente, na cidade de Caçador, ergue-se o Museu Histórico e Antropológico do Contestado. Criada em 18 de março de 1974, a instituição preserva a memória de um dos episódios mais infames e trágicos da história do Brasil, bem como os últimos registros da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul.





Desde dezembro de 1973, a Caixa está aqui em Caçador, cidade localizada nas proximidades de onde eclodiu a Guerra do Contestado. Aqui fica o museu que conserva a memória daquele trágico episódio, instalado na antiga estação da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, cuja construção foi o pivô do conflito (*foto à esquerda*). A agência de Caçador (*acima*), localizada na rua Barão do Rio Branco, nº 306, tem cerca de 20 mil clientes e paga mais de 27 mil benefícios do Bolsa-Família. Em Caçador, a Caixa também incrementa o programa Minha Casa, Minha Vida, tendo construído apartamentos para 144 famílias com renda mensal de até R$ 1.395,00, no Condomínio Residencial Meu Lar, no bairro Bom Sucesso, no qual foram investidos mais de R$ 6 milhões.

A Caixa de Lima Barreto

Ele transformou Brasil em "Bruzundanga" e dissecou com ironia o conservadorismo da "república do Kaphef". Também desprezou a pureza da língua e "a transcendente gramática dos importantes", incorporando à sua prosa urbana o linguajar das ruas: a "fala carioca". Ao fazê-lo, Lima Barreto (1881-1922) transformou-se no grande cronista dos subúrbios do Rio, concedendo ao "povaréu prosaico e mal indumentado" a oportunidade de desfilar não apenas pela avenida Central, mas por páginas imortais da literatura brasileira. Pagou caro pela ousadia – e morreu sem ser reconhecido por seus contemporâneos.

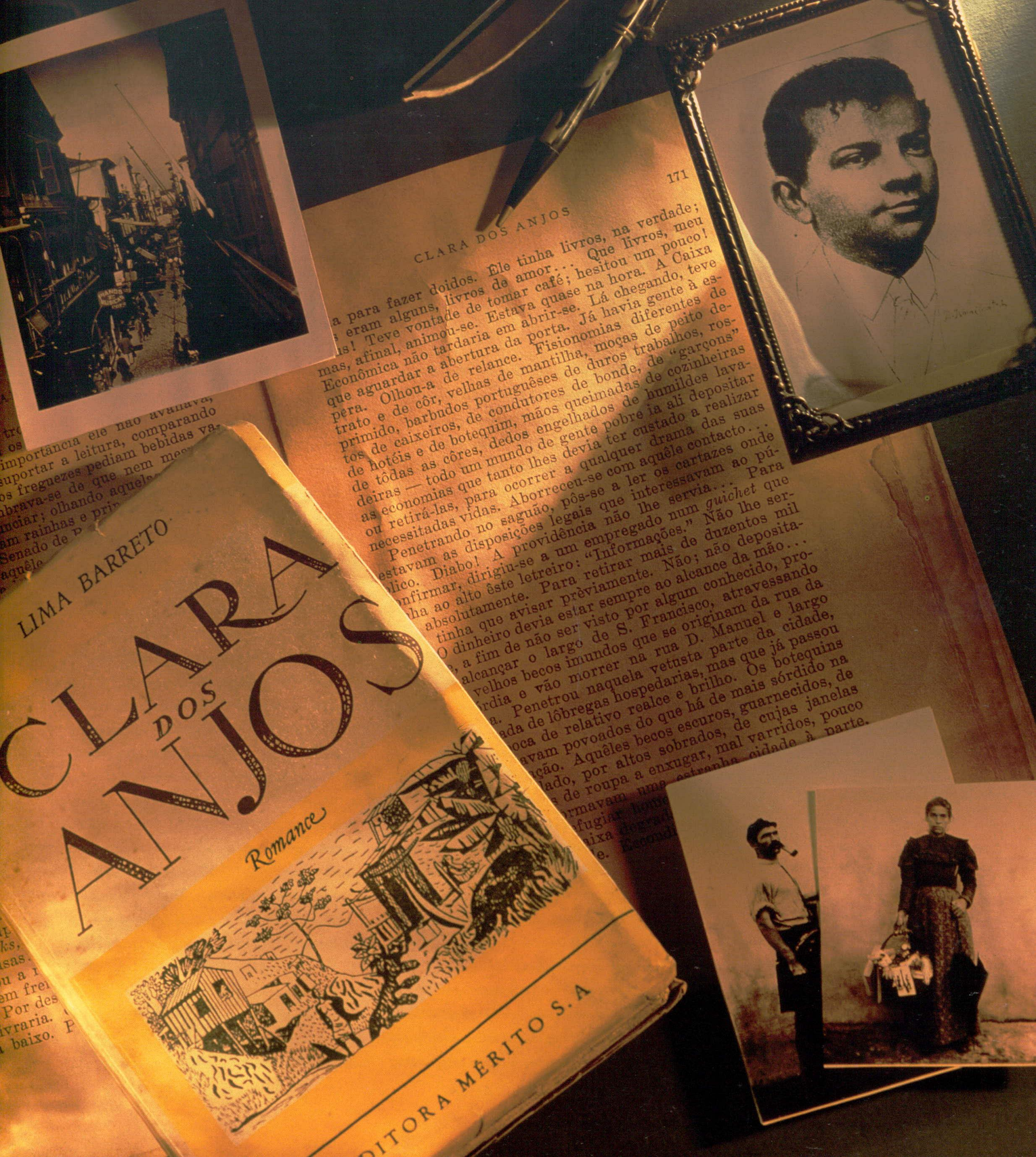
Mas atualmente Afonso Henriques de Lima Barreto – "nome de rei para um pobre mulato, hóspede acidental do hospício, dado à cachaça", como diagnosticou Nelson Werneck Sodré – é tido como um dos maiores romancistas brasileiros de todos os tempos. Autor dos clássicos *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915) e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga* (1919), Lima Barreto fez a autópsia da República Velha, escorado num texto flexível e cortante como um florete.

Não chega a ser surpresa que esse grande observador da "alma das ruas" tenha mencionado a Caixa Econômica do Rio em um de seus livros. Em *Clara dos Anjos* (escrito em 1904, mas só publicado em 1923), Lima Barreto empreende uma visita à sede da Caixa, descrevendo-a pelos olhos de Cassi Jones, um rufião "cantador de modinhas" e criador de galos de rinha. Embora Cassi Jones desdenhe da gente humilde que vê nos umbrais da Caixa, nem por isso a descrição de Lima Barreto é menos reveladora e tocante. Tampouco significa que o autor compartilhe da arrogância do personagem em seu passeio da rua do Ouvidor até a Caixa:

"(Cassi Jones) *tomou a rua do Ouvidor e foi descendo, sempre parando em frente das casas que tinham artigos para homens. Por desfastio, desviou-se a olhar as vitrines de uma livraria. Olhou-lhe também o interior. Livros de alto a baixo. Para que tantos livros? Aquilo tudo só servia para fazer doidos. Ele tinha livros, na verdade. Mas eram alguns, livros de amor... Que livros, meu Deus! Teve vontade de tomar café; hesitou um pouco mas, afinal, animou-se. Estava quase na hora. A Caixa Econômica não tardaria em abrir-se. Lá chegando, teve que aguardar a abertura da porta. Já havia gente à espera. Olhou-a de relance. Fisionomias diferentes de trato e de cor: velhas de mantilha, moças de peito deprimido, barbudos portugueses de duros trabalhos, rostos de caixeiros, de condutores de bonde, de garçons de hotel e de botequim, mãos queimadas de cozinheiros de todas as cores, dedos engelhados de humildes lavadeiras – todo um mundo de gente pobre ia ali depositar as economias que tanto lhes devia ter custado a realizar, ou retirá-las, para acorrer a qualquer drama das suas necessitadas vidas. Aborreceu-se com aquele contato...*

"Penetrando no saguão, pôs-se a ler os cartazes onde estavam as disposições legais que interessavam ao público. Diabo! A providência não lhe servia. Para confirmar, dirigiu-se a um empregado num guichê, que tinha ao alto este letreiro: Informações. Não lhe servia absolutamente. Para retirar mais de 200 mil-réis tinha que avisar previamente. Não; não depositaria. O dinheiro deveria estar sempre ao alcance da mão... Saiu e, a fim de não ser visto por nenhum conhecido, procurou alcançar o largo de S. Francisco, atravessando aqueles velhos becos imundos que se originam na rua da Misericórdia e vão morrer na D. Manoel."

P. 97 – O CRONISTA DO SUBÚRBIO
Fotomontagem com o retrato de Lima Barreto, a edição original de seu romance Clara dos Anjos *(com capa de Carybé) e fotos de Marc Ferrez retratando a rua do Ouvidor e tipos populares da cidade do Rio de Janeiro, c. 1895.*


CLARA DOS ANJOS
171
a para fazer doidos. Ele tinha livros, na verdade;
eram alguns, livros de amor... Que livros, meu
is! Teve vontade de tomar café; hesitou um pouco!
mas, afinal, animou-se. Estava quase na hora. A Caixa
Econômica não tardaria em abrir-se. Lá chegando, teve
que aguardar a abertura da porta. Já havia gente à es-
pera. Olhou-a de relance. Fisionomias diferentes de
trato e de côr, velhas de mantilha, moças de peito de
primido, barbudos portuguêses de duros trabalhos, ros-
tos de caixeiros, de condutores de bonde, de "garçons"
de hotéis e de botequim, mãos queimadas de cozinheiras
de tôdas as côres, dedos engelhados de humildes lava-
deiras — todo um mundo de gente pobre ia ali depositar
as economias que tanto lhes devia ter custado a realizar
ou retirá-las, para ocorrer a qualquer drama das suas
necessitadas vidas. Aborreceu-se com aquêle contacto...
Penetrando no saguão, pôs-se a ler os cartazes onde
estavam as disposições legais que interessavam ao pú-
blico. Diabo! A providência não lhe servia... Para
confirmar, dirigiu-se a um empregado num *guichet* que
tinha ao alto êste letreiro: "Informações." Não lhe ser-
via absolutamente. Para retirar mais de duzentos mil
réis, o dinheiro devia estar sempre ao alcance da mão...
tinha que avisar prèviamente. Não; não depositaria
, a fim de não ser visto por algum conhecido, pro-
alcançar o largo de S. Francisco, atravessando
velhos becos imundos que se originam da rua da
rdia e vão morrer na rua D. Manuel e largo
a. Penetrou naquela vetusta parte da cidade,
ada de lôbregas hospedarias, mas que já passou
oca de relativo realce e brilho. Os botequins
avam povoados do que há de mais sórdido na
ção. Aquêles becos escuros, guarnecidos, de
ado, por altos sobrados, de cujas janelas
de roupa a enxugar, mal varridos, pouco
rmavam uma estranha cidade à parte.
fugiar
ixa
e.
LIMA BARRETO
CLARA DOS ANJOS
Romance
EDITORA MÉRITO S.A

Inglês de Souza e o Regulamento de 1915



O PAI DO NATURALISMO BRASILEIRO
Fotografia de Inglês de Souza publicada no catálogo nº 22 da Academia Brasileira de Letras.
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

No dia 23 de maio de 1903, o empresário João Franklin de Alencar Lima, investidor em estradas de ferro, assumiu a presidência da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, à frente da qual ficaria por mais de dez anos, até a posse de Herculano Marcos Inglês de Souza, em 11 de dezembro de 1913. Alencar Lima era também um "rentista", ou seja, um investidor que vivia de rendas. Sua escolha e longa permanência no cargo, que se estendeu pela gestão de quatro presidentes da República (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca), comprova que, mesmo em pleno regime republicano, continuavam em voga determinações do Império.

Sim, porque, mais de 30 anos antes da escolha de Alencar Lima, o visconde do Rio Branco afirmara, em 1871: *"Os membros do Conselho podem sair de qualquer classe, mas especialmente dentre os capitalistas e negociantes conceituados, que tenham algum tempo disponível para o dito encargo, cujas funções, como se sabe, são gratuitas, mas consideradas serviços relevantes por Sua Majestade Imperial"*. Até a assinatura do Regulamento de 1934, os cargos diretivos da Caixa Econômica continuaram sendo exercidos gratuitamente.

Mas é claro que, além da mera gratidão dos dirigentes (tanto do Império quanto da República), a presidência da Caixa Econômica era posto que conferia prestígio e vantagens. De que outro modo se pode entender que uma figura pública da relevância de Herculano Marcos Inglês de Souza aceitasse assumir o comando da instituição em 11 de dezembro de 1913? O que, além de prestígio e vantagens, poderia a Caixa oferecer que Inglês de Souza já não possuísse?

Nascido em 1853, em berço de ouro, no seio de uma família tradicional do Pará, Herculano Marcos tinha percorrido, com louvor, a trajetória típica da elite brasileira de então: após estudar nos melhores colégios do Maranhão e do Rio, iniciara o curso de Direito na respeitada faculdade do Recife, em 1872, completando-o seis anos mais tarde no largo de São Francisco, em São Paulo. No ano de sua formatura, fez um bom casamento, com uma parente de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, um dos mais influentes magistrados e políticos paulistas da época. Em 1880, foi nomeado presidente da província de Sergipe e, três anos mais tarde, presidente do Espírito Santo. "Nas duas províncias", revela o historiador Jeffrey Needell, "destacou-se graças à habilidade política, capacidade de reforma institucional, integridade e eficiência".

O golpe republicano de 1889 afastou-o do jogo político, embora o marechal Deodoro o tivesse sondado para assumir a Presidência de pelo menos um dos estados da federação. De todo modo, Inglês de Souza lucrou muito com

a República: associado ao financista Francisco de Paula Mayrink (1838-1906), ficou milionário durante o Encilhamento, ajudando a organizar o Banco de Melhoramentos e a Companhia Agrícola, Industrial e Colonizadora de São Paulo. De maneiras aristocráticas e grande refinamento na conversação, escritor de renome, tido como o pai do naturalismo brasileiro (*leia ensaio de Luís Augusto Fischer na página 100*), calmo e educado, rico e generoso, o barbudo Inglês de Souza soube mover-se com suavidade e firmeza pelos meandros da política e do alto mundo. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, da qual redigiu os estatutos e foi tesoureiro por mais de uma década. Em dezembro de 1913, assumiu a presidência da Caixa, seis meses antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

No ano seguinte ao início da guerra, e passados 26 anos do movimento militar de 15 de novembro de 1889, as Caixas Econômicas e Montes de Socorro finalmente receberam a devida atenção do governo republicano. Em 15 de dezembro de 1915, o presidente Venceslau Brás (que tomara posse em novembro de 1914) e seu ministro da Fazenda, João Pandiá Calógeras, assinaram o Decreto nº 11.820 (publicado no *Diário Oficial* de 21 de dezembro), estabelecendo um novo regulamento para as Caixas Econômicas.

Pandiá Calógeras nasceu no Rio de Janeiro em 19 de junho de 1870, formando-se em Engenharia em 1890. Deputado federal por Minas Gerais em várias legislaturas (condição na qual elaborou a Lei Calógeras, regulamentando a propriedade das minas), ele participaria da Conferência de Paz em Versalhes, que formalizaria o final da Primeira Guerra Mundial. No governo Venceslau Brás, foi ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, ocasião em que chegou a estudar a substituição da gasolina pelo álcool como combustível e deu início às operações de crédito agrícola. Na pasta da Fazenda, além de participar da criação do novo regulamento da Caixa, reorganizou o Banco do Brasil. Seria ainda ministro da Guerra no governo Epitácio Pessoa (1919-1922).

A eleição de Venceslau Brás Pereira Gomes, em março de 1914, referendara a política do café com leite, segundo a qual São Paulo e Minas Gerais se revezavam no poder. Nascido em 26 de fevereiro de 1868, no município de Itajubá, atual Brasópolis, em Minas Gerais, Brás integrou a primeira legislatura da Assembleia mineira e obteve várias reeleições. Em 1910, aos 42 anos de idade, chegou ao cargo de vice-presidente da República no governo de Hermes da Fonseca, elegendo-se seu sucessor e tomando posse em novembro de 1914.

O novo regulamento da Caixa, erigido um ano depois, sob o comando de Calógeras e Brás, destinava-se a enfim conferir à instituição moldes republicanos. Uma das primeiras questões contempladas pelo Decreto nº 11.820 foi a dos juros. Apesar disso, a taxa de juros ficou em aberto, o que significava que poderia ser mudada de acordo com os rumos da economia e as estratégias do governo. Segundo o regulamento, as quantias depositadas nas Caixas Econômicas, suas filiais ou agências seriam, necessariamente, de 1$000 (mil-réis) ou seus múltiplos e sobre elas incidiria o juro anual "determinado pelo governo segundo as circunstâncias locais". Quem tirasse o dinheiro antes de se completarem 30 dias perderia os juros.

De acordo com o decreto, as Caixas Econômicas continuariam sob garantia do governo federal. Novas agências poderiam ser abertas em qualquer parte do território nacional, desde que comprovada sua viabilidade econômica. Eram consideradas autônomas as Caixas que tinham renda própria capaz de garantir o funcionamento, reservas e patrimônio, situação na qual se enquadravam apenas as Caixas do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. As demais permaneceriam ligadas às Delegacias Fiscais.

Conforme o economiário Paulo Martins, o Regulamento de 1915 era "bem organizado, de redação clara e concisa, abrangendo toda a matéria que se fazia mister regulamentar". Isso é um sinal claro de que a mão e a pena de Herculano Marcos Inglês de Souza estiveram por trás daquelas inovadoras determinações.

O pai do Naturalismo no Brasil

Um escritor se conhece pela obra, naturalmente, mas também pela imagem que deixa para os pósteros. O caso de Herculano Marcos Inglês de Souza, nascido na pequena Óbidos, no Pará, em 1853, pode ser lido assim. Autor de quatro romances, um deles o famoso O Missionário *(de 1888, publicado em 1891), e de um livro de contos (*Contos Amazônicos, *de 1892), não chegou a ser um escritor de primeiro plano nas letras de seu tempo; isso, porém, não o impediu de ser fundador da Academia Brasileira de Letras, compartilhando a mesa de chá com os gênios nacionais (e várias mediocridades oportunistas) e redigindo os estatutos da associação presidida por Machado de Assis.*

*E não por acaso: Inglês de Souza era um jurista respeitável. Após lançar-se como escritor de ficção (*O Cacaulista, *de 1875; seguido de* História de um Pescador, *de 1876;* O Coronel Sangrado, *de 1877; e sua obra máxima,* O Missionário*), de certa altura em diante só escreveu estudos jurídicos, entre os quais se contam Títulos ao Portador no Direito, de 1898, e os projetos para o Código do Direito Privado, de 1903, e para o Código Comercial, de 1912, além do Regulamento de 1915, que inovou a estrutura das Caixas Econômicas. Entre a formação jurídica e as obras ficcionais, fase ocorrida entre sua terra natal, São Luís do Maranhão, Recife e São Paulo, e a maturidade como professor e autor do Direito, a partir de 1892, já no Rio, está sua experiência político-administrativa.*

Do ponto de vista estritamente literário, ele próprio sabia que seus livros deviam em qualidade. Em enquete que respondeu ao grande João do Rio nos primeiros anos do século 20, afirmou preferir, no conjunto de sua obra, O Missionário*; mas não fantasiava: "É espesso e palavroso; tem, pelo menos, cem páginas a mais". Mesmo assim, sua obra entrou para a rotina dos manuais de história da literatura por uma boa razão: nela podemos vislumbrar os primeiros lampejos da estética naturalista, cujo apogeu, no mundo das letras nacionais, se dará com Aluísio Azevedo (em* O Cortiço, *por exemplo). Não que Inglês de Souza fosse um cultor programático da narrativa naturalista, como em certo momento o foi Eça de Queirós em língua portuguesa e mais ainda Émile Zola em língua francesa; mas é certo que no retrato que fez daquele missionário está inscrita a certeza de que o homem é fruto de condicionantes externas a si, de que o homem não comanda seu destino. (Isso sem mencionar outra excelente razão: é também dele o pioneirismo de registrar literariamente seu Pará natal.)*

Inglês de Souza assinou seus primeiros livros como Luís Dolzani, homenageando sua avó Carlota, filha de imigrantes italianos com esse sobrenome; depois resolveu adotar os dois sobrenomes que o tornaram conhecido. Sobrenomes que, por sinal, poderiam ter servido a um escritor brasileiro muito mais famoso, o modernista Oswald de Andrade, cuja mãe, Inês, era irmã de nosso escritor e jurista. Oswald guardaria do tio pelo menos uma grande memória de gratidão: "Sendo ele um literato, não soou mal esta palavra em casa, quando, muito cedo, eu me declarei também disposto a escrever". Mas Inglês de Souza não chegou a saber dessa pequena e familiar glória póstuma. Faleceu a 6 de setembro de 1918, no Rio de Janeiro, antes que seu talentoso sobrinho usufruísse do benefício da singela herança, enfim conectando a literatura brasileira com o século 20.

Luís Augusto Fischer

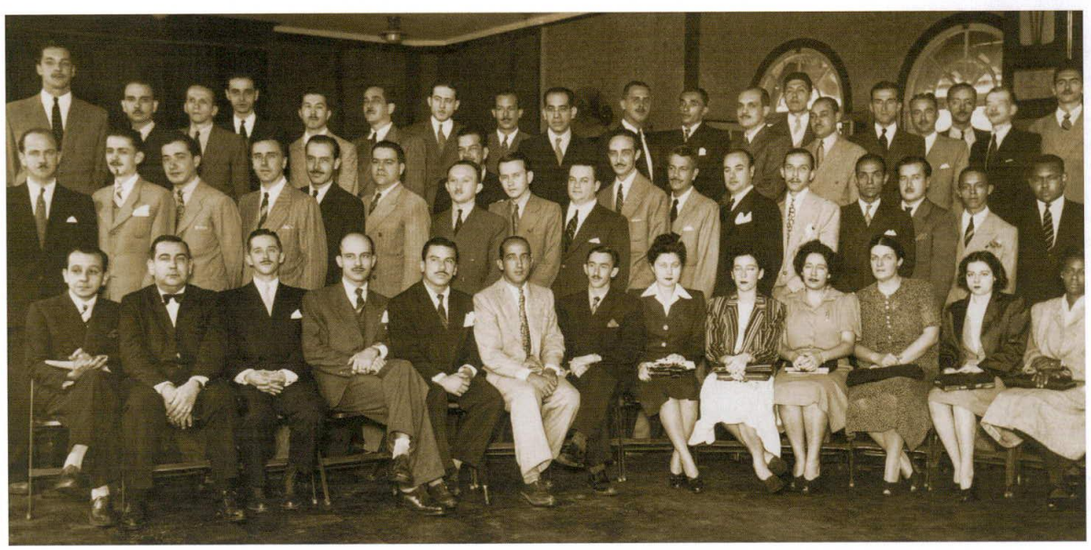
A Caixa e a Semana de 22



Menos de quatro anos após a morte de Herculano Marcos Inglês de Souza, o Brasil ouviria falar – e com estrépito – de seu sobrinho, o poeta José Oswald de Sousa Andrade. Milionário e *bon vivant*, excêntrico, boêmio e desregrado, dono de um fulgurante Cadillac verde (que comprara apenas porque o carro tinha cinzeiro), usando escandalosas luvas brancas com losangos negros, Oswald de Andrade (1890-1954) era um incontrolável iconoclasta, um audacioso *clown*. Um desabusado. Em 1917, por um desses acasos que mudam o rumo da história, ele havia conhecido e se unira, intelectual e espiritualmente, a um homem que era quase o oposto dele. Gênio gentil e generoso, dono de uma erudição sólida e sossegada, tímido e comedido, Mário Raul de Morais Andrade (1893-1945) era poeta como Oswald e também queria mudar o mundo. Tão logo eles uniram suas mentes brilhantes e inquietas, transformando-se em "Oswaldário dos Andrades", ou "Marioswald de Andrade", o mundo de fato mudou.

O sobrinho de um ex-presidente da Caixa (Oswald) e o filho de um porteiro e contínuo da Caixa de São Paulo (Mário, cujo pai, Carlos Augusto de Andrade, entrara para a instituição no dia de sua fundação em São Paulo, em 25 de janeiro de 1875, e que, àquela altura, já ascendera ao posto de gerente da agência central) tornaram-se, ao lado de gênios como Heitor Villa-Lobos, Di Cavalcanti e Anita Malfatti, os principais articuladores da Semana de Arte Moderna. Realizado entre 13 e 17 de fevereiro de 1922, o evento escancarou novas dimensões para a poesia, a literatura, a música e a pintura brasileiras. É interessante assinalar que, tendo por palco o Teatro Municipal de São Paulo, a Semana de Arte Moderna desenrolou-se a poucas centenas de metros da sede da Caixa Econômica de São Paulo, na época instalada na Travessa da Sé.

Uma fotografia da equipe da Caixa Econômica do Rio em 1922 também ajuda a estreitar os vínculos entre a instituição e a Semana de Arte Moderna: não há como deixar de notar a semelhança no estilo e na pose dos economiários (embora eles ainda não fossem chamados assim) com a pose e o estilo dos artistas que mudaram a cara do Brasil, por mais enganosas que as imagens possam ser.



ACIMA – A TURMA DE 1922
Artistas que participaram da Semana de Arte Moderna.
Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo

À ESQUERDA – A OUTRA TURMA DE 1922
Funcionários da Caixa Econômica do Rio.
Museu da Caixa, Brasília



Henrique Maximiliano Coelho Neto (1864-1934) foi um dos escritores brasileiros mais prolíferos de todos os tempos. Lutando a vida inteira contra a pobreza, ele o fez com o auxílio de um exército de palavras: suas obras completas enchem 27 volumes. Sua "linha de montagem" literária produzia mercadorias verbosas que, se não configuravam a melhor prosa do mundo, vendiam bem — o que era o que realmente interessava. Embora Lima Barreto o considerasse "o mais nefasto dos intelectuais brasileiros", Coelho Neto — que inaugurou a cadeira número 2 da Academia Brasileira de Letras — produziu crônicas saborosas sobre o dia a dia do Rio de Janeiro do início do século 20. Evidentemente, não iria perder a oportunidade de comentar, nas páginas do *Jornal do Brasil*, a notícia publicada pelo mesmo diário em 10 de fevereiro de 1924 (reprodução na página ao lado), dando conta de um acontecimento extraordinário ocorrido na Caixa Econômica do Rio.

USINA LITERÁRIA
Caricatura de Coelho Neto publicada pela revista Careta *em 1924.*
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

P. 103 – O GAROTO DA CAIXA
Reprodução da página do Jornal do Brasil *de 10 de fevereiro de 1924.*
Museu da Caixa, Brasília

Um enviado... extraordinário

O caso singular desse infante que nasceu na Caixa Econômica merece ser meditado.

Os áugures que tiram horóscopos deviam sondar o futuro de tão previdente pimpolho, que entrou na vida, cautelosamente, pela porta estreita da economia.

Certamente a ideia de nascer naquele sítio de poupança não partiu do cérebro de quem ainda estava na casca, como o pinto do latim macarrônico. Aquilo sucedeu por força do destino. Estava escrito no céu em letras de ouro que assim havia de ser, e foi. Há lá quem possa corrigir as leis do fado!

O que tem de ser tem muita força, diz a sabedoria do povo, e contra a genitura não há resistência. Assim como quem nasceu para dez réis nunca chega a vintém, quem nasceu para conto de réis, ainda que o câmbio baixe a zero, há de sempre manter o seu valor. Sina é sina.

A dama que transformou em maternidade a Casa da Formiga podia esperar tudo, menos o que lhe aconteceu, com tão feliz sucesso, entre cadernetas e cheques.

Saiu de casa levando o seu pé-de-meia para depositá-lo em seguro. No bonde, com os solavancos, sentiu os primeiros rebates da gênese. Pensou que fosse coisa passageira e deixou-se estar; o aviso, porém, foi se tornando alarma e começaram as dores. Não havia de que duvidar. Era a hora.

Que fazer? Atrasar o relógio? O relógio da vida não se atrasa. O remédio era correr; correu e, mal chegou à Caixa, sem tempo, sequer, para dizer: "Água vai!", fez o depósito do que, em meses, acumulara com as melhores esperanças e coração alegre.

Os funcionários viram-se abarbados com aquela economia de nova espécie. Como inscrevê-la na caderneta? Onde guardá-la?

Para resolver caso tão difícil só um Salomão, e esse Salomão apareceu na figura de um contínuo, que ponderou e com razão:

"Os pais costumam dizer que os filhos são penhores do seu amor". Sendo assim, parecia-lhe mais natural que o pequeno fosse transferido da Caixa Econômica para o Monte de Socorro, que é a repartição em que são recebidos os penhores.

A mãe opôs-se com todas as suas forças: "Não!" Não queria seu filho no prego. Foi então que um dos funcionários cortou o nó górdio, ou cordão umbilical, com o que tornou independente o recém-nascido, dando-lhe foros de cidadão, com direito ao voto. E por proposta da ternura maternal o depósito ficou com o nome de José.

E foi assim que, tendo apenas levado de casa um pé-de-meia, tornou a dama com outras peças de vestuário envolvendo o que nascera onde medram os juros da economia do pobre.

Por haver nascido entre as cadernetas, quiseram os que testemunharam o caso assinalá-lo, e para tal fim foi corrida generosa subscrição entre os funcionários, sendo, com o produto da mesma, aberta uma caderneta com o nome do recém-nascido, que, assim, fez a sua entrada na vida com o pé direito.

A quantia arrecadada ficou rendendo – é uma semente de riqueza que, daqui a alguns anos, se for bem tratada, será uma árvore de patacas, como as que havia outrora.

Eis um exemplo a seguir. Recomendo-o às que se acham em estado de o poderem aproveitar, isto é, interessante, para que imitem o procedimento dessa mãe que soube escolher nascedouro para o filho.

Se a Caixa Econômica, que, em virtude do seu nome, não pode, não deve correr perdulariamente os cordões da bolsa, abriu uma caderneta para o que nasceu muros adentro, imaginem o que não farão o Tesouro Nacional, o Banco do Brasil e tantos outros

estabelecimentos de crédito, nacionais e estrangeiros, que por aí há, com os que tiverem a fortuna de lhes nascer entre a carteira e o cofre.

E haverá cenas curiosas: umas a queixarem-se de má sorte por se haverem aliviado com o câmbio baixo, recebendo uma miséria, até por gêmeos. Outras lamentando só lhe haverem tocado marcos e coroas austríacas depois de nove meses de sofrimento.

Haverá de tudo: contentes e descontentes – umas abotoando-se com cautelas valiosas; outras carregando pilhas e pilhas de papel de embrulho e resmungando, com decepção:

– Para isto, francamente, não valeu a pena tanto trabalho.

Tornemos, porém, ao nosso José, o que nasceu na Caixa Econômica. Cá para mim, esse pequeno é um enviado da Divina Providência: veio do céu, como a missão inglesa veio de Londres, para refazer o que tantos patriotas arrasaram; pagar, à boca de vários cofres, a dívida do Brasil e realizar o sonho de todos os nossos economistas, convertendo em ouro o papel reles em que andamos embrulhados.

Esse pequeno é o Messias financeiro ou, talvez, uma reencarnação do famoso José, filho de Jacó, o tal que foi vendido pelos irmãos e que, depois da figura triste que fez com a mulher de Putiphar, reabilitou-se graças ao dom de haríolo que tinha, interpretando os sonhos do faraó, com o que salvou o Egito da fome de sete anos, abarrotando-o com os víveres acumulados durante o tempo da fartura.

O Estado devia tomar a si esse menino, dando-lhe mestres para dele fazer oportunamente o seu ministro da Fazenda. Econômico, pelo menos, havia de ser (e já não seria pouco), tendo nascido onde nasceu: na Caixa Econômica.

Coelho Neto

O GAROTO DA CAIXA ECONOMICA

Uma scena de "vaudeville" passou-se, ante-hontem na Caixa Economica.

Estava a digna instituiçao em pleno funccionamento de sua engrenagem de "caça-nickeis" — "caça-nickeis" respeitavel e util — quando se ouviu um grito, varios gritos de mulher:

— Ai! Ai! Ai!

Um crime? Um assassinato? Um suicidio? Uma morte violenta? Que teria acontecido?

— Ai!. Ai!. Ai!.

Os funccionarios acudiram. Precipitaram-se Os gritos se tornavam cada vez mais agudos!

— Ai!.. Ai!.. Ai!..

Mas qual não foi o espanto de toda aquella honrada repartição vendo que um futuro cidadão da patria — por emquanto muito vermelhinho ainda — tinha se embrado de vir á luz, á luz do dia e da vida, naquelle localizudo onde dormem as economias do povo e onde, geralmente, não nasce ninguem...

Mas era preciso completar a obra da natureza. A isso se prestou com muito boa vontade um funccionario da casa, tambem medico, o Dr. Armando do Pinho. Que a gratidão da Patria vá a elle e á sua thesourinha!...

Logo depois de cortar o cordão umbelical, fazendo de uma creatura duas creaturas, o Dr. Armando do Pinho, não se esquecendo de que, além de medico, era, principalmente, funccionario da Caixa Economica, tratou immediatamente de abrir uma caderneta para o recem-nascido. E cumpriu pela segunda vez o seu dever...

Feita uma subscripção pelos presentes, o garoto da Caixa Economica, dez minutos depois de nascido, já tinha o seu dinheirinho seguro: 243$000! Creança previdente, não ha duvida, e que começa bem a vida!

Se o garoto escapar dos, "morledores" das "acções entre amigos," dos lançadores de sociedades anonymas, e dos turcos a prestações—hontem mesmo já havia uma porção de cavalheiros rodeando a pobre creança e sua caderneta — é possivel que venha a fazer grandes cousas nesta vida onde já conseguiu ganhar em dez minutos de existencia e com alguns berros, a respeitavel quantia de duzentos e quarenta e tres mil réis!

Começou bem. Muito bem mesmo. E' continuar...

Esse garoto vem prestar um grande serviço ao paiz. Vem relembrar a existencia da Caixa Economica. Como propaganda não podia ser melhor. Ha muita gente, por ahi, que nunca tomou conhecimento de que a Caixa Economica existe. O garoto, agora, explicou...

A força de um paiz está na economia de seu povo.

O poderio da França se acha no "bas de laine" de seu camponez. Foi com essa formidavel organização da economia que os francezes conseguiram pagar dentro das 24 horas a tremenda indemnização exigida pela Allemanha depois da guerra de 1870.

O brasileiro tem vergonha de economizar. Acha feio. Acha deselegante. O bonito é ser gastador, prodigo, perdulario. E quando o brasileiro economiza é para poder gastar mais violentamente depois. O carnaval, por exemplo, é uma das maiores razões que elle encontrou para economizar. E' delicioso!

Não é de espantar, pois, que, não tendo um espirito de economia, de organização da economia privada, o brasileiro seja o individuo mais pobre dentro de seu proprio paiz. E é o que acontece!

Desde a venda da esquina até as grandes emprezas, tudo se acha na mão do estrangeiro. São honrosissimas e rarissimas as excepções dos industriaes e dos millionarios patricios. São citados como phenomenos...

O brasileiro, em geral, é essa creatura pallida, mal alimentada, e sem conforto na vida, que se vê nos cafés, perambulando de um lado para o outro á espera de um emprego publico ou de um exame por decreto. E' triste mas é a generalidade!

E uma das razões desse estado de cousas é o desconhecimento profundo que o brasileiro tem da organização economica da vida. Gasta sempre mais do que tem. O "deficit" é uma instituição nacional. Na fortuna publica como na particular.

Foi, pois, uma boa idéa, a de se garoto, nascer na Caixa Economica. Veiu nos relembrar a existencia da util instituição Eu tambem confesso, como bom brasileiro que sou, que tambem della me havia esquecido ha muito tempo.

Façamos, pois, uma cousa.

Hoje mesmo, — hoje não po. que é domingo — mas amanhã sem falta, vamos abrir para os nossos filhos uma caderneta na Caixa Economica.

Não esperemos que elles nascam!...

Benjamim Costallat.

10-2-24



OS PRIMÓRDIOS DA COLUNA PRESTES

Um homem pequeno, trajando calça de montaria larga, culotes subindo pelos joelhos, aproxima-se do oficial de dia. Ele exibe as insígnias de capitão e suas mãos, provavelmente trêmulas, seguram um pedaço de papel. Era um telegrama – e assinado pelo comandante da 3ª Região Militar. O documento continha ordens expressas: a chefia do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo deveria passar imediatamente para o capitão Luís Carlos Prestes.

O episódio não era mais do que um ardil. Prestes, o oficial de baixa estatura, estava tomando uma atitude temerária e desafiadora. Ele próprio forjara o telegrama com o objetivo de assumir o comando da tropa e envolvê-la num levante revolucionário. O major Siqueira Montes, comandante do 1º Batalhão, sequestrado pelos conspiradores, nada pôde fazer para evitar o embuste ocorrido em 29 de outubro de 1924.

"Há quatro meses a fio que os heróis de São Paulo vêm se batendo gloriosamente para derrubar o governo", escreveu Prestes no panfleto que tratou de distribuir à população local. Datado daquele mesmo dia, o documento ficou conhecido como "Manifesto de Santo Ângelo". O capitão referia-se ao movimento liderado pelo general Isidoro Dias Lopes, pelo major Miguel Costa e pelo tenente Joaquim Távora, cujo objetivo era impedir a posse do presidente eleito Artur Bernardes – o inimigo número um dos militares. Era mais uma etapa do movimento revolucionário que passou à história com o nome de Tenentismo.

No Rio Grande do Sul, os tenentes insatisfeitos esperavam uma oportunidade para se revoltar desde a imposição do Pacto de Pedras Altas, que dera fim à Revolução de 1923, mas mantivera o governador Borges de Medeiros no poder. A hora parecia ter chegado. Embora não tenham conseguido segurar São Paulo por mais de três semanas, as tropas do general Isidoro Lopes conquistaram Guaíra, no Paraná, e lá estabeleceram seu quartel-general, enfrentando com ferocidade o exército legalista comandado pelo general Rondon. No momento em que Prestes tomava a cidade de Santo Ângelo, Juarez Távora (irmão de Joaquim) e João Alberto chegavam ao Rio Grande do Sul com a intenção de continuar insuflando a revolta nos quartéis. Logo em seguida, as guarnições de São Luiz, São Borja e Uruguaiana, todas no oeste do estado, também se rebelaram. Em Alegrete, o caudilho Honório Lemes, veterano de diversas revoluções, juntou-se aos rebeldes.





A LONGA MARCHA
Os combatentes da Coluna Prestes deram início à sua marcha épica a partir do movimento que eclodiu na cidade de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul.
Memorial Coluna Prestes, Santo Ângelo/RS

P. 104 – PRESTES E SEUS HOMENS
Chamado pelo escritor Jorge Amado de "O Cavaleiro da Esperança", Luís Carlos Prestes liderou a marcha que acabaria inspirando o líder chinês Mao Tsé-Tung.
Fundação Getúlio Vargas/CPDOC

Atacados de surpresa quando marchavam em direção a Alegrete, os exércitos rebeldes foram destroçados na batalha de Guaçu-Boi. Flores da Cunha, antigo inimigo de Honório Lemes, teve a glória de fazer valer sua experiência. Então, Lemes e os tenentes Távora, João Alberto e Cordeiro de Farias se refugiaram na Argentina. Apenas São Luís Gonzaga permaneceu sob o controle de Prestes.

Contando com cerca de três mil homens, Luís Carlos Prestes, encurralado por 10 mil soldados legalistas, passou em torno de dois meses imobilizado na cidade. Em fins de dezembro de 1924, os rebeldes gaúchos foram comunicados de que deveriam marchar para o norte, atravessando Santa Catarina, para juntar-se aos rebeldes paulistas então estabelecidos em Guaíra. Mais de mil gaúchos desertaram. Os dois mil restantes, sob o comando de Prestes, foram capazes de romper o cerco e se puseram em movimento. Depois de batalhas ferozes, chegaram ao Paraná em abril de 1925. No dia 12, numa reunião entre os generais Isidoro e Bernardo Padilha, o major Miguel Costa e o tenente Prestes, decidiu-se prosseguir a marcha e invadir Mato Grosso.

Formou-se então a Primeira Divisão Revolucionária, que ficaria conhecida com o nome de Coluna Miguel Costa-Prestes, ou simplesmente Coluna Prestes. Coluna essa que protagonizaria, ao longo de dois anos, a marcha mais épica da história do Brasil, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros por 15 estados do país. Com seu quixotismo, seus sonhos e utopias, o fosso existente entre suas intenções e ações, seu eventual heroísmo e sua violência latente, a Coluna Prestes se transformaria em sinônimo de um dos mais dramáticos, controversos e simbólicos capítulos da luta revolucionária no Brasil.

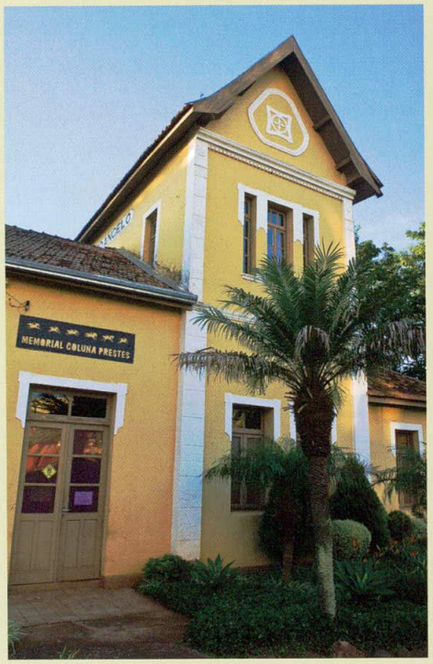
Como não restam dúvidas de que a adesão de Prestes à causa rebelde e o começo de sua marcha se deram em Santo Ângelo, a cidade preserva a memória de tais acontecimentos. Lá foi erguido o Memorial Coluna Prestes. Inaugurado em 17 de dezembro de 1996, o memorial é composto por dois museus e dois monumentos, um deles projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e colocado na entrada da cidade, e outro junto ao próprio Memorial, de autoria do escultor Maurício Bentes.

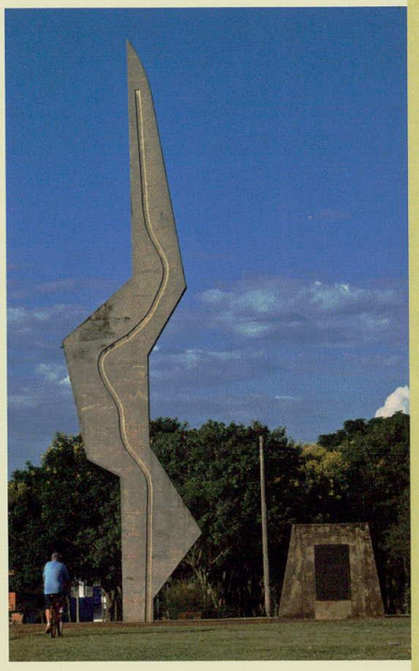
A maior parte do acervo foi reunido graças à colaboração da família de Prestes e está exposto no prédio da antiga estação ferroviária. Inaugurada em 1921, a estação se tornou o primeiro imóvel tombado de Santo Ângelo e faz parte do patrimônio histórico desde 1984.

A chegada da linha férrea trouxe um grande impulso para o desenvolvimento da região. A estação seria palco e se veria no centro dos momentos de maior tensão política e social ocorridos na zona das Missões – não apenas em 1924, com a rebelião de Prestes e a adesão do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo à causa revolucionária, mas também em 1930, quando da eclosão do movimento liderado por Getúlio Vargas, e mais tarde, no momento em que foi deflagrado o golpe militar de 1964.

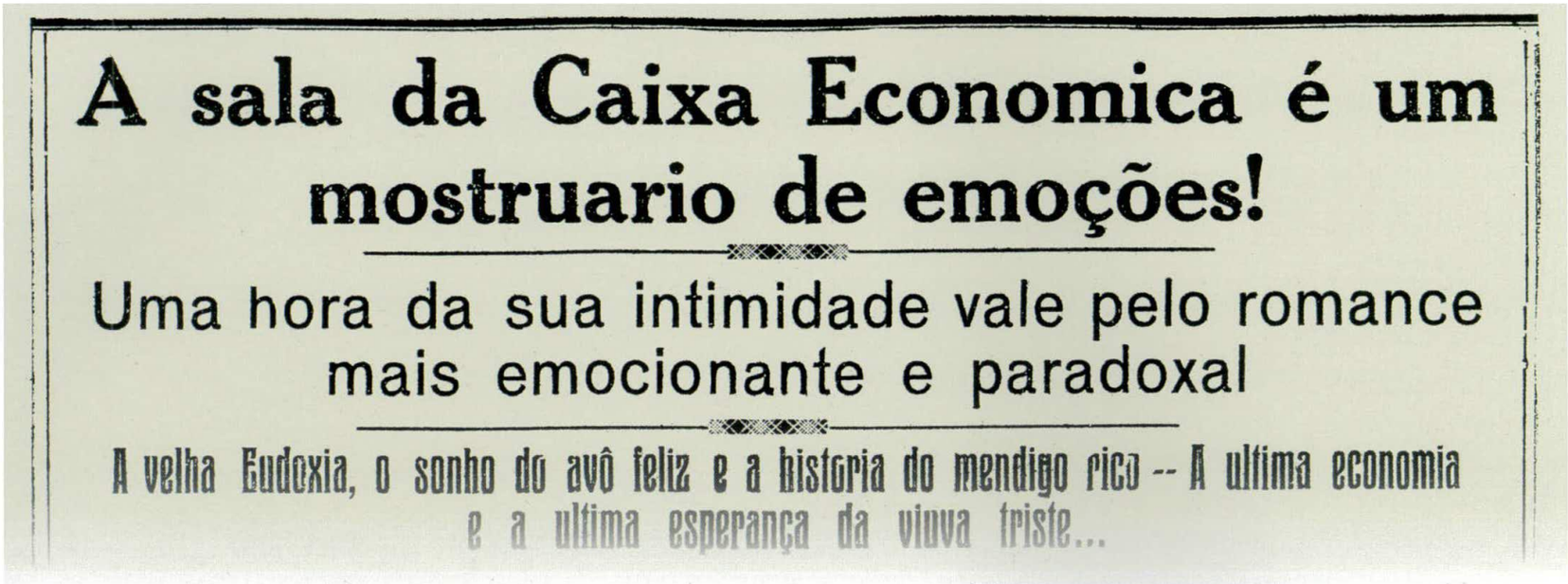
O Manifesto de Santo Ângelo, preservado no Memorial, mantém-se como um dos textos mais incendiários e pungentes assinados por Luís Carlos Prestes, o homem que o escritor Jorge Amado batizou como "o cavaleiro da esperança".







Há mais de meio século a Caixa está aqui em Santo Ângelo, onde Luís Carlos Prestes iniciou sua marcha. Aberta em janeiro de 1950 – na mesma época em que Getúlio Vargas tomava posse como presidente eleito –, a principal agência da Caixa em Santo Ângelo atualmente possui quase 50 mil clientes, entre eles 60 famílias guaranis, remanescentes do povo indígena que habitou as Missões Jesuíticas e que hoje recebem os benefícios do Bolsa-Família. O músico regionalista Cenair Maicá, já falecido, foi um dos correntistas famosos a ter poupança na agência de Santo Ângelo (*acima*).
À esquerda, o prédio da estação ferroviária onde funciona o Memorial Coluna Prestes. Ao lado, o monumento de Oscar Niemeyer em homenagem à Coluna.


A sala da Caixa Economica é um mostruario de emoções!

Uma hora da sua intimidade vale pelo romance mais emocionante e paradoxal

A velha Eudoxia, o sonho do avô feliz e a historia do mendigo rico -- A ultima economia e a ultima esperança da viuva triste...

26 DE SETEMBRO DE 1929
Manchete do jornal Correio da Manhã.
Museu da Caixa, Brasília

A Caixa e a gripe

Quatro anos antes da Semana de Arte Moderna, e seis antes do nascimento do "garoto da Caixa Econômica", uma epidemia de gripe espanhola assolou o país, matando milhares de pessoas, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre os meses de outubro e dezembro de 1918. Só em São Paulo foram cerca de oito mil óbitos em uma semana ao longo daqueles fatídicos meses. O presidente da República, Rodrigues Alves, reeleito para um segundo mandato, contraiu a doença e morreu em janeiro de 1919, sem tomar posse. A devastação provocada pelo vírus também atingiu os servidores da Caixa Econômica de São Paulo, como mostra o comovente relato do gerente Joaquim Alves Corrêa, coletado pelo economiário Paulo César Ribeiro em sua *História da Caixa Econômica Federal de São Paulo*:

"Devido à epidemia de gripe, durante o mês de novembro lutamos com grandes dificuldades para fazer funcionar regularmente a repartição, o que conseguimos graças à boa vontade de um pequeno número de funcionários não atingidos pela moléstia. Durante os meses de novembro e dezembro tornou-se muitíssimo difícil o serviço de retiradas, devido ao fato de terem ocorrido grande número de falecimentos de depositantes e seus herdeiros demandarem o levantamento dos respectivos depósitos para acorrer às despesas de enterro etc. Neste particular, fomos muitíssimo auxiliados pela ação benéfica e humanitária dos M. M. Juízes de Órfãos e Ausentes das 1ª e 2ª varas desta capital. O Conselho Administrativo resolveu abonar as faltas dos funcionários atingidos pela epidemia".

Tamanha dedicação ajuda a explicar por que, mesmo em períodos de crise e instabilidade, a Caixa continuou crescendo. Tanto é que, no decênio 1914-1923, somente a Caixa do Rio de Janeiro realizou 2,292 milhões de operações, movimentando mais de um milhão de contos (1.042.309:471$537). Tal crescimento pode ser avaliado com mais precisão quando se sabe que o balanço de 1914, de quase 38 mil contos (37.783:955$079), passou, dez anos depois, para mais de 207 mil contos (207.589:876$523), com abertura, somente no ano de 1923, de mais de 25 mil novas cadernetas de poupança.

O crack de 1929

Entre 1923 e 1929, as Caixas Econômicas mantiveram o ritmo ascendente. E, então, primeiro Nova York, depois os Estados Unidos e a seguir todo o mundo mergulharam em uma das maiores crises econômicas da história. Tudo começou numa terça-feira, dia 29 de outubro de 1929, a Black Tuesday, quando a Bolsa de Nova York, inflamada por um movimento especulativo similar (mas imensamente superior) ao do Encilhamento, explodiu e quebrou, arrastando milhares de fortunas e fábricas, empregos e esperanças. O Brasil acabou duramente atingido pela crise mundial, e o presidente Washington Luís (que tomara posse em novembro de 1926) viu-se envolvido na convulsão. Antes do final de 1929, já havia dois milhões de desempregados no país: 579 fábricas fecharam somente no Rio e em São Paulo. Os salários caíram entre 40% e 50%, e o preço do café despencou de 200 mil-réis (em agosto de 1929) para 21 mil-réis (em janeiro de 1930).

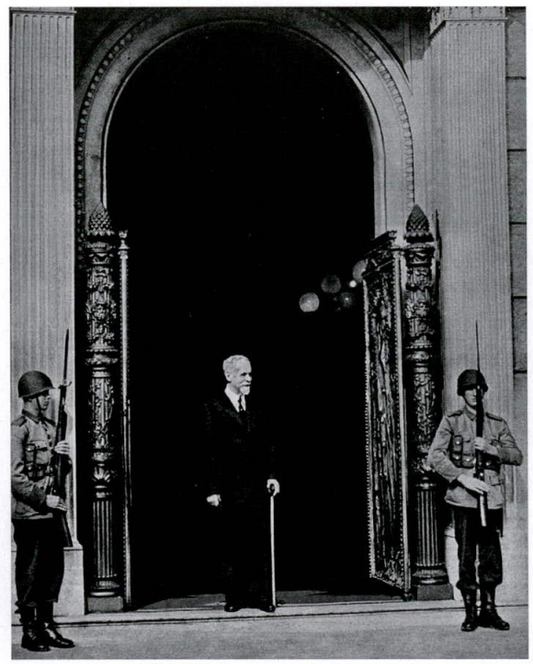
Mas os opositores do "Dr. Barbado" (como Washington Luís era ironicamente chamado) não estavam interessados em associar os descalabros da economia brasileira ao caos mundial. Para eles, tudo era culpa do presidente, como revela o artigo extraído do *Diário Carioca* do dia 5 de fevereiro de 1930, que se serviu da situação vivida pela Caixa Econômica do Rio para atacar o presidente.

"O presidente da República pode orgulhar-se de ter escangalhado finalmente o país de um modo definitivo. Tudo está arrebentado, tudo está falindo. As forças vivas da nação estão exaustas, aniquiladas por completo, havendo por toda a parte o êxodo dos trabalhadores. A indústria desorganizou-se e faliu. As fábricas estão quase todas fechadas e as que ainda não fecharam estão para isso. Os operários aí estão morrendo de fome. O comércio é o que se vê: diariamente casas que fazem concordatas, firmas que arrebentam dando formidáveis prejuízos.

"As próprias fontes de renda oficial estão quase que aniquiladas. O exemplo mais frisante é a Alfândega desta capital, cuja renda vai baixando e já atingiu 200 contos de réis (200:000$000) diários. O povo está na miséria: de um lado a falta de trabalho, do outro, o preço excessivo dos gêneros de consumo; ainda de outro, as dificuldades de moradia. E o governo continua esbanjando, e para esbanjar ele só conhece um recurso: aumentar ano a ano os impostos. E ainda se quererá dizer que não há crise e que tudo isso é intriga da oposição. Entretanto, as casas de penhores estão abarrotadas de tudo – até chapéus e sapatos usados. Empenha-se tudo. E o que ninguém poderá negar, o que ninguém contestará é a documentação positiva que apanhamos ontem pela manhã, na porta da Caixa Econômica.

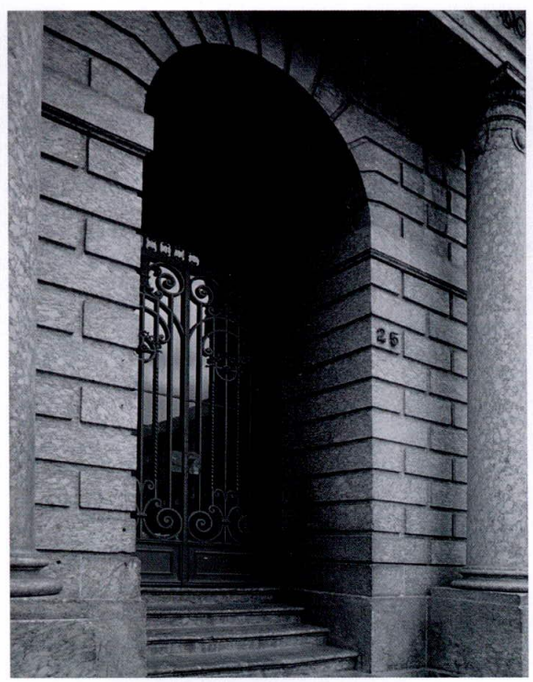
"Aí se vê uma massa compacta que vai entrar no casarão onde se amontoa a economia popular. A concorrência a este estabelecimento de depósito é fantástica e aumenta dia a dia, constituindo uma verdadeira romaria. Mas que irá tanta gente ali fazer? Aumentar seu patrimônio? Proporcionar meios de maior renda? Que vai então toda essa gente ali fazer? Essa pobre gente ali vai, premida pelas necessidades, arrancar pouco a pouco, dia a dia, o pecúlio que economizara em outras épocas. É um atestado flagrante, inconfundível, da miséria do povo".

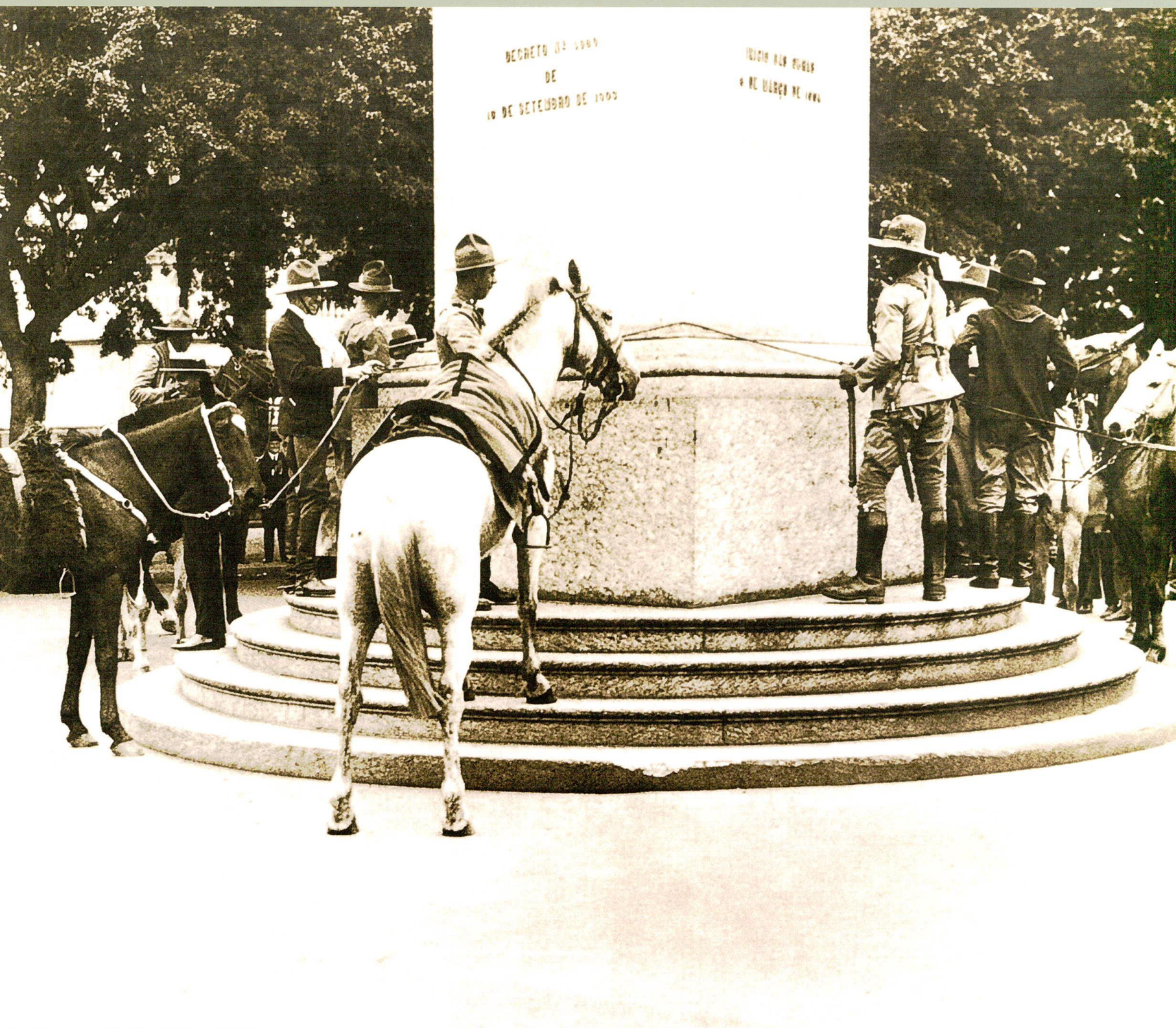
Estava preparado o campo para um novo golpe militar no país, que, como outros antes e depois dele, passaria à história com a alcunha de "revolução". Naquela ocasião, porém, a revolução que rebentou em 3 de outubro de 1930 traria grandes avanços para as Caixas de todo o Brasil.



ACIMA – A PORTA DA RUA
A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, foi uma das causas da eclosão da Revolução de 30, que afastou o presidente Washington Luís do Palácio do Catete.
Revista *O Cruzeiro*/reprodução

ABAIXO – RUA D. MANOEL, 25
Porta de entrada do prédio da Caixa Econômica do Rio, em frente à qual os cariocas várias vezes se aglomeraram.





A REVOLUÇÃO DE 30

No último dia de outubro de 1930, Getúlio Vargas fez sua entrada triunfal no Rio de Janeiro. Vestia uniforme militar, lenço vermelho no pescoço e um chapéu gaúcho de aba larga. Apesar de ele ter viajado desde o Rio Grande do Sul de trem – uma jornada ruidosa e apoteótica –, muitos de seus aliados cobriram a cavalo o percurso de 1.500 quilômetros. Eles cavalgaram pelas ruas da capital com um misto de desprezo e admiração pelo esplendor urbano. Ao atingir o centro da cidade, amarraram suas montarias ao pé do obelisco da avenida Rio Branco (a antiga avenida Central).

Foi uma cena emblemática. Para muitos dos revoltosos, aquela era uma forma de deixar claro que uma nova visão de mundo chegava ao poder. Para inúmeros moradores da capital, era uma vergonhosa profanação de um refinado símbolo da cultura europeia – tão venerada no Rio, ainda embevecido pelos requintes da *Belle Époque.*

Ainda que Vargas estivesse pronto para se tornar um político ardiloso, disposto a fazer concessões para se consolidar no poder, sua vida e sua carreira o configuravam como herdeiro de uma longa tradição caudilhesca. Uma herança que, ao usar o lenço e o chapéu, ele fazia questão de exibir. Boa parte da população do Rio saiu às ruas para saudá-lo. De certa forma aquela foi uma luta do povo, pois, embora protagonizada por estancieiros gaúchos, derrubou as oligarquias e acabou recebendo a adesão popular. Eventuais protestos revelaram-se inócuos: depois de anos de revoltas sangrentas e capitulações mais ou menos humilhantes, o Rio Grande do Sul estava maduro para exportar para o resto do país seu modelo político baseado no caudilhismo de influência artiguista e no republicanismo positivista.

A Revolução de 30 configurou uma vitória das forças estaduais, aliadas aos contingentes rebeldes do Exército, sobre as forças legalistas. Mas aquela seria a última vez que os estados poderiam enfrentar o governo federal: onze dias depois da chegada ao Rio, Vargas, nomeado chefe do governo provisório em 3 de novembro, suspendeu a Constituição, designou interventores para os estados (exceto Minas Gerais, governado pelo aliado Olegário Maciel) e iniciou a formação de um governo fortemente centralizado, com economia estatizada e ímpeto intervencionista. Começava uma nova era – de grande desenvolvimento para o Brasil e para a Caixa.


A DOS ESTADOS UNIDOS
ORTADOR
DESTA A
NO TESOURO NACIONAL
GETULIO VARGAS
DEZ CRUZEIROS
VALOR RECEBIDO

Caixa na Era Vargas

1930 • 1954

Em 1930, dentre os grupos políticos dominantes, os gaúchos eram os menos dependentes do sistema econômico internacional e, portanto, os menos arruinados por seu colapso – configurado pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. O presidente Washington Luís, um cafeicultor paulista, havia cometido vários equívocos políticos, mas a crise econômica mundial bem poderia ter derrubado qualquer presidente num país tão dependente dos mercados estrangeiros.

De todo modo, os efeitos da Revolução de 30, que levou o gaúcho Getúlio Vargas ao poder e inaugurou um novo ciclo na cena brasileira – enfim conectando o país com o século 20, ainda que com três décadas de atraso –, acabariam se revelando bastante favoráveis à Caixa. Ao longo dos vinte anos seguintes, a instituição experimentaria grandes avanços, abandonando o estado de "inação improdutiva" no qual até então se mantivera. O início, porém, foi turbulento. Nem poderia ser diferente, considerando-se as aflições do país nos dias que antecederam e se seguiram àquele golpe de Estado. Afortunadamente, o nascimento de uma relação que se mostraria íntima e favorável pôde ser reconstituído em detalhes, e desde o primeiro instante, graças ao relato de Jeronymo Pinheiro de Castilho, economiário que estava destinado a chegar à presidência da instituição.

Na histórica manhã de 24 de outubro de 1930, porém, ele era apenas um "modesto amanuense de secretaria" que se dispôs a atravessar a pé a cidade do Rio de Janeiro – na época com cerca de 1,8 milhão de habitantes –, chegando à sede da Caixa a tempo de evitar que seus cofres fossem saqueados por depositantes em polvorosa. Embora ainda lhe faltassem mais de 30 anos para assumir a presidência da Caixa, o que só aconteceria em outubro de 1962 (no governo de um herdeiro direto da linha política de Vargas, o também gaúcho João Goulart), Castilho teve de fingir que já ocupava o cargo. Essa foi a única forma que o zeloso funcionário encontrou para conseguir proteção policial durante os tumultos pós-revolução. Abandonado à própria sorte, contando apenas com a cumplicidade do "senhor Silvestre", vigia do velho prédio da rua D. Manoel (construído meio século antes pelo conselheiro Tolentino), Castilho foi capaz de impedir, graças àquela ousadia, a invasão da massa enfurecida.

Depois, voltou para casa, ainda a pé – quem sabe sonhando com o dia em que não precisaria mais mentir para ser chamado de presidente. Vale a pena transcrever na íntegra o relato do ex-datilógrafo, registrado em seu saboroso livro de memórias, Coisas da Velha Caixa, publicado em 1983:

"Naquela manhã do dia 24 de outubro de 1930, ouvi pelo Repórter Esso que havia terminado a revolução. Fora deposto o presidente Washington Luís e havia se instalado no poder uma junta governativa composta pelos generais Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha.

"Soube mais tarde que a revolução já se espalhara por todo o país desde o dia 3 de outubro, mas o Rio de Janeiro tomara conhecimento dela cerca de 20 dias após; em face da severa censura exercida pelo governo, inclusive ignorava-se que tinha havido combates em várias partes do país.

"No Rio, a situação ficara caótica com distúrbios e violentas manifestações contra o governo deposto. Fora empastelado e incendiado O Paiz, jornal que defendia o governo, com sede à avenida Rio Branco, esquina da rua 7 de Setembro. Eu morava na rua Corcovado, nº 65, no alto da rua Lopes Quintas, no Jardim Botânico.

"Como de costume, preparei-me para trabalhar. Desci a rua Lopes Quintas em busca da minha habitual condução – bonde ou ônibus. Depois de longa espera no ponto de bondes e de ônibus à rua Jardim Botânico, no local denominado Ponte de Tábuas, onde muita gente se aglomerava, convenci-me de que não haveria tão cedo condução de espécie alguma.

"Resolvi, então, seguir a pé, adotando o seguinte percurso: rua Jardim Botânico, rua Humaitá, rua Voluntários da Pátria, Praia de Botafogo, Praia do Flamengo, Glória, rua da Misericórdia e rua D. Manoel, sede da Caixa Econômica, no número 25.

"Havia uma aglomeração no portão principal da Caixa Econômica. No lado de dentro do portão estava o velho vigia, senhor Silvestre, a quem fiz sinal para que me abrisse o portão, o que fez com muito cuidado para evitar a invasão do público. Entrei depois de, a muito custo, atravessar a multidão. Subi para o gabinete do presidente e de lá telefonei para o senhor Júlio Bitencourt, diretor da secretaria, residente em Niterói, a quem expus a situação, tendo ele alegado que nada poderia fazer porque não havia transporte. A seguir, como não tivesse obtido ligação telefônica com o colega Antonio Carlos Barreto, subsecretário, liguei para a residência do presidente em exercício, o ilustre doutor José Castro Nunes, também residente em Niterói, e que assumira a presidência em face da grave enfermidade de que fora preso o eminente presidente, doutor Solidônio Leite. Informei-o do que estava ocorrendo. Declarou-me que já havia solicitado, irrevogavelmente, a demissão de diretor do Conselho Administrativo e aconselhou-me a que procurasse me entender com os outros diretores, que eram os senhores doutores Francisco Solano Carneiro da Cunha, Francisco Barbosa de Rezende e Oscar Pedemonte. Assim fiz, mas infrutiferamente, pois não consegui me comunicar com nenhum deles.

"Logo após, o vigia, senhor Silvestre, muito nervoso e assustado, foi ao meu encontro, avisando-me que o povo estava tentando arrombar o portão, que ameaçava ceder. Resolvi, então, me entender telefonicamente com a chefatura de polícia, dirigida pelo general Klinger, o que não foi muito fácil tal a confusão reinante. Para procurar ser atendido com mais presteza e atenção, declarei à pessoa que rispidamente me atendeu que quem estava falando era o presidente da Caixa e exigia

P. 112 – O NOVO DONO DO BRASIL
Efígie de Getúlio Vargas no anverso da cédula de dez cruzeiros, emitida pelo Tesouro Nacional.
Museu de Valores do Banco Central do Brasil

uma providência urgente para evitar a invasão da sede do estabelecimento, prestes a se realizar por uma multidão enfurecida. O expediente dera certo. Meia hora depois chegava um pelotão de cavalarianos que, com muita dificuldade, dispersou os grupos, espetáculo a que assisti através das grades do portão. Mais tarde, apresentou-se ali um sargento, comandante do pelotão, indagando pelo presidente da Caixa e perguntando quais eram as ordens. Declarei que o presidente da Caixa era eu e que seria conveniente que os cavalarianos ficassem por ali mais um pouco.

"Nesse interregno preparei um cartaz que coloquei no alto do portão, esclarecendo a situação da Caixa naquela conjuntura e declarando que todos os depositantes tinham os seus depósitos garantidos pelo governo e todos seriam atendidos logo que a situação se normalizasse.

"Os cavalarianos se retiraram e, como nada mais houvesse a fazer, voltei para casa da mesma forma que tinha vindo, isto é, fazendo cerca de 15 quilômetros a pé, mas muito satisfeito pelo êxito das providências que tomara e pelo fato que me deixava orgulhoso de, como modesto amanuense de secretaria, ter sido presidente da Caixa Econômica por alguns instantes."

As Caixas viveram inúmeros momentos de tensão no período que antecedeu a revolução e nos anos seguintes, consequência direta do clima de incerteza que reinava no país e no mundo. A situação descrita pelo *Diário Carioca* em 5 de fevereiro de 1930, ilustrada por fotos da frente do prédio da rua D. Manoel tomada por centenas de pessoas que queriam retirar seu dinheiro, se repetiria várias vezes ao longo daquele ano.

Circulavam boatos sobre supostas dificuldades da Caixa do Rio para honrar seus compromissos. Tais rumores podem ser fatais para uma instituição bancária, mesmo que ela esteja "sob garantia do governo federal". Naquele ano, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro possuía depósitos superiores a 200 mil contos: eram, mais especificamente, 228.000:591$312 (228 mil contos e 591.312 réis), mas, como qualquer banco, é evidente que não teria condições de honrar todos eles ao mesmo tempo.

Embora as Caixas tenham resistido à boataria, seus servidores passaram por momentos de angústia. Segundo informou a *Tribuna de Petrópolis* em 12 de março de 1930, a Caixa daquela cidade enfrentou três dias de pânico. A agência havia sido alvo de uma corrida em massa aos bancos depois que o governo federal decretara a falência de vários deles. Na capital, a direção da Caixa viu-se obrigada a emitir vários comunicados ao público para evitar os saques e a falência.

Mesmo no Rio Grande do Sul, onde, em tese, a população apoiava o golpe que conduziu à Presidência um dos mais típicos representantes dos ideais políticos do estado, a situação não foi muito diferente. Em 9 de outubro de 1930, o major Floriano Nunes Dias, alçado ao cargo de presidente da Caixa gaúcha, na qual trabalhava desde 1920, comunicou aos gerentes: *"Em vista de ter rebentado no último dia 3 a revolução que veio para libertar o Brasil das garras do despotismo, o pagamento dos depósitos deve ficar limitado a 200 mil-réis mensais (200$000) por quanto for possível, do contrário a retirada deve ser restringida a cem mil-réis".*



O PODEROSO CHEFÃO
Retrato de Solano da Cunha em 1933, publicado no Boletim da Associação do Pessoal da Caixa Econômica.
Museu da Caixa, Brasília

NA CAIXA ECONOMICA

—:o:—

O DR. SOLANO DA CUNHA, PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO, DEMITTIU O CONTADOR BERNARDO BELLO, QUE CHEFIOU A ESPIONAGEM NESSA REPARTIÇÃO E QUE, NO ESTADO DO RIO, ORGANIZOU BATALHÕES PATRIOTICOS"

— OUTRAS NOTAS —

Nos tempos tenebrosos do governo deposto, em quasi todas as repartições publicas, havia espiões e delatores, incumbidos de vigiar os funccionarios que, por qualquer modo, se tornavam suspeitos á situação d edesmandos e de crimes que foi o nefasto governo do sr. Washington Luis. Dahi as maiores injustiças, as perseguições mais atrozes que vinham soffrendo os funccionarios que se revelavam contrarios á orientação do governo dominante.

Entre estas repartições, onde a espionagem e delação eram exercidas com grande pressão, estava a Caixa Economica do Rio de Janeiro.

Ahi, os espiões e delatores não tinham o escrupulo de occultar a sua aviltante missão de trair os seus collegas.

O ex-contador da Caixa Economica, Bernardo Bello, era o chefe da espionagem nesta repartição.

Este sujeito que ha um mez a policia do Rio prendeu á requisição do interventor do E. do Rio, foi o grande organizador dos "batalhões legalistas" do commando do ex-deputado Galdino do Valle, que "operaram" em Bom Jardim e Friburgo.

O sr. dr. Solano da Cunha, presidente do Conselho Administrativo da Caixa Economica, ao assumir este alto posto, teve logo o cuidado de demittir das funcções que exercia no nosso principal instituto publico de crédito, este ardoroso "legalista" que esteve a soldo da policia do sr. Oliveira Sobrinho, para tão infame mistér.

O Governo Provisorio não podia ser mais feliz na escolha que fez do sr. Solano da Cunha, para administrar a nossa Caixa Economica.

A conducta desse illustre jurisconsulto, nestas funcções é uma garantia do respeito ao direito e á justiça do funccionalismo desse estabelecimento nacional de crédito, a quem o dr. Solano da Cunha já impoz admiração e estima, mercê da inflexibilidade do seu caracter recto e justo.



CAIXA ECONOMICA

Todos os actos de prepotencia e de injustiça do governo passado, estão sendo annullados pelo actual conselho administrativo.

O sr. Diniz Affonso da Silva Junior, velho servidor que foi preterido pelo ex-contador Bernardo Bello, acaba de ser integrado nestas funcções, como lhe cabia de direito.

Ora, assim estando o dr. Solano da Cunha, bem intencionado e os seus actos têm sido de reparação á injustiças praticadas, é de se esperar que as suggestões dos funccionarios da Caixa, não sejam dispensadas.

Por isto, segundo estamos bem informados, na Caixa Economica é esperado a todo momento, a revogação dos actos emanados dos decretos 18.540, do 19-12-928 e 18.823, de 26-7-929, que são profundamente contrarios ao regulamento e direitos de funccionarios com mais de 25 annos de serviço.

Outrosim, commenta-se o facto de ainda não ter sido exonerado o sr. Horacio Ribeiro da Silva, gerente da Caixa e que no governo passado era "legalista" incondicional, a ponto de trazer o retrato do "Barbado" entre imagens dos santos de sua devoção...

Este sr. Horacio era quem controlava as informações sobre a "moral da tropa", sobre o que se diz e o que se faz na repartição.

Diz-se que taes informações eram levadas ao Cattete, por Jesuino Ferreira, escripturario e cunhado do general Teixeira de Freitas e um dos "baluartes" da legalidade na Caixa Economica.

Os funccionarios da secretaria, Jeronymo Castilho, Adalberto de Souza e Bento Malafaia, passavam os dias ameaçando de prisão os funccionarios francamente sympathicos á Revolução.

Para estes devotados "legalistas", chamamos a attenção do actual Conselho Administrativo que, no caso das perseguições, deve ouvir os proprios funccionarios da Caixa, victimas desses maus collegas.

Uma das grandes irregularidades do sr. Solidonio Leite — o homem que achava Washington Luis maior que Floriano — na presidencia do Conselho Administrativo da Caixa Economica, foi o "premio de viagem" que o antigo commensal do Cattete offereceu ao seu afilhado Almachio de Oliveira Santos, escripturario arvorado em chefe de secção e que sem nenhuma competencia foi mandado servir na agencia de Petropolis. A designação deste funccionario foi uma das maiores injustiças commettidas contra velhos funccionarios, cheios de serviços e de merecimentos.

Felizmente, a Revolução Victoriosa veiu inaugurar na nossa Patria uma éra nova de honestidade publica de justiça e de liberdade.

Na Caixa Economica, como nas outras repartições publicas, isto se affirmará, mercê do criterio e patriotismo dos novos dirigentes.

mar —

Ao assumir a presidência da Caixa do Rio de Janeiro como interventor em 5 de novembro de 1930, Francisco Solano Carneiro da Cunha viu-se em meio a dificuldades semelhantes. Bacharel em Direito pela faculdade do Recife, o pernambucano Carneiro da Cunha (1887-1963), fundador da Liga de Defesa Nacional, que se caracterizara pelo "ataque aos movimentos reivindicatórios do operariado", já era diretor da Caixa do Rio desde 1918. Deputado em 1924, reeleito em 1927, Carneiro da Cunha apoiara a revolução desde o princípio.

Tão logo tomou posse na presidência da Caixa, incluiu entre suas prioridades uma espécie de "limpeza ideológica" na instituição. Não se pode dizer que sua atitude não tenha sido coerente: poucos dias antes, ele fora nomeado vice-presidente de um "tribunal especial" criado para julgar "os crimes políticos e funcionais do governo deposto". Muitos economiários de fato eram tidos como inimigos do movimento de 1930, tendo inclusive declarado publicamente seu apoio a Washington Luís, o presidente destituído. Sobre alguns pesava acusação muito mais grave: além de pregarem a "contrarrevolução", teriam delatado colegas "revolucionários" durante o período que antecedera o golpe. Na lista dos delatores constavam nomes como Adalberto de Souza, Bento Malafaia e Jeronymo de Castilho – o mesmo que salvara a Caixa do saque popular e chegaria à sua presidência.

O caso mais rumoroso envolvia um certo Bernardo Bello, a quem era atribuída a liderança da arapongagem na Caixa do Rio e a organização dos chamados "batalhões patrióticos". Dias depois da posse, Solano da Cunha convocou a seu gabinete Bernardo Bello, dedurado pelos que o chamavam de dedo-duro. Segundo Jeronymo de Castilho relatou em *Coisas da Velha Caixa*, o presidente propôs ao chefe da contadoria o perdão em troca de sua adesão ao novo regime.

"Não adiro a coisa nenhuma e previno-o de que, ao primeiro grito contra a revolução, Vossa Excelência me encontrará de armas na mão", teria respondido Bernardo Bello. Obviamente, foi demitido. Ainda segundo Castilho, o ex-chefe da contadoria seria visto nos anos seguintes circulando pelos arredores do prédio da Caixa, ocasionalmente pedindo dinheiro emprestado a ex-colegas.

Ideologias à parte, o fato é que a Revolução de 30 impulsionou o desenvolvimento industrial e estabeleceu as bases dos direitos dos trabalhadores. E, para os fins que aqui interessam, catapultou a Caixa à destacada condição a que ela estava destinada, posição essa que os regulamentos anteriores tinham se encarregado de entravar. A Caixa Econômica enfim se transformaria no órgão oficial do crédito popular brasileiro.

Até então, o papel da Caixa estivera restrito ao de "cofre seguro das classes menos favorecidas", com a captação de poupança e a concessão de empréstimos mediante penhora. Missão nobre, mas acanhada para seu potencial, especialmente porque todos os depósitos, além de limitados, continuavam sendo repassados para o Tesouro Nacional. Além disso, não lhe era permitido assumir outras modalidades de captação de recursos (como empréstimos hipotecários), o que a impedia de ajudar a financiar o progresso do país.

P. 116 – DEDURANDO OS DELATORES
Página do jornal A Esquerda, *de 11 de dezembro de 1930.*
Museu da Caixa, Brasília

O primeiro empréstimo hipotecário



JOSÉ MARIA WHITAKER
Retrato do primeiro ministro da Fazenda da Era Vargas.
Reprodução do livro comemorativo da inauguração da agência da Sé

O Regulamento Geral promulgado em junho de 1934 transformou radicalmente o papel da Caixa. Os primeiros passos naquela direção já haviam sido dados logo após a posse do novo governo, alguns deles amparados por leis específicas emitidas a partir de 1931. De 26 de novembro de 1930 a 8 de abril do ano seguinte, as Caixas Econômicas estiveram vinculadas ao Ministério do Trabalho, chefiado por uma das mais destacadas figuras do novo regime, o gaúcho Lindolfo Collor (1890-1942), avô materno do ex-presidente Fernando Collor. No dia 9 de abril de 1931, as Caixas retornaram ao Ministério da Fazenda, e as transformações se iniciaram.

A primeira hipoteca da Caixa do Rio de Janeiro, por exemplo, foi assinada em 1º de junho de 1931. Era uma concessão de empréstimo à Real Sociedade Clube Ginástico Português para a compra de um terreno ao lado da antiga sede social do clube, na rua Buenos Aires, 281.

Solano da Cunha referendou o negócio, apesar do ceticismo do ministro da Fazenda, o renomado financista José Maria Whitaker (1878-1970), que fora presidente do Banco do Brasil, no qual implantou a Carteira de Redescontos, a Câmara de Compensação de Cheques e a Carteira de Crédito Agrícola, tendo cumprido também curto período como chefe civil de São Paulo no chamado "governo revolucionário". Whitaker gozava de grande prestígio, inclusive no exterior, onde sua nomeação para o ministério havia sido vista com entusiasmo por banqueiros tradicionais como os britânicos Rothschild, ainda os principais credores da dívida brasileira.

"No Brasil ninguém paga hipoteca", respondeu Whitaker à consulta do presidente da Caixa. Apesar da elevada fama do ministro, Solano da Cunha aproveitou a margem de interpretação de suas palavras e deu andamento à transação. Afinal, tratava-se na verdade de um empréstimo de longo prazo cujas prestações seriam amortizadas de acordo com a Tabela Price, portanto, uma operação conservadora. Inventada no século 16 por Richard Price, a tabela prevê um tal sistema de cobrança de juros que a dívida em si só começa a ser quitada da metade das prestações em diante.

Os 240 contos de réis (240:000$000) emprestados à agremiação seriam pagos semestralmente, a juros de 10%, no prazo de oito anos, prorrogáveis por mais quatro. Em 27 de dezembro de 1934, houve um reforço ao empréstimo no valor de 50 contos (50:000$000). O devedor comprometia-se a pagar a quantia mínima de 12 contos de réis (12:000$000) e a manter o imóvel segurado contra fogo em valor nunca inferior ao da dívida. Pois, coincidência ou não, o fato é que a dívida acabaria sendo paga graças ao incêndio do imóvel, no caso, a sede do clube, ocorrido três anos depois.

O pagamento deixou Jeronymo de Castilho aliviado. Afinal, fora ele, na dupla condição de diretor do clube e diretor da Caixa, quem convencera Solano da Cunha a conceder o empréstimo. Fora também ele quem aconselhara o presidente a utilizar uma manobra semântica para contrariar as ordens de Whitaker. Assim começou a carreira da Caixa no ramo das hipotecas, no qual a instituição viria a assumir um papel crucial, colaborando de forma decisiva no combate à notória carência de moradia no país.

Quase ao mesmo tempo eram inauguradas as operações de empréstimo por consignação, ou seja, cujas prestações são quitadas mediante desconto na folha de pagamento, em especial de funcionários

públicos. Tudo começou quando Othon Paulino, que seria diretor dos jornais *O Dia* e *A Notícia*, mas na ocasião ainda era repórter iniciante de *A Vanguarda* e funcionário de baixo escalão da Imprensa Nacional, tentou conseguir um anúncio da Caixa Econômica para publicação em seu jornal. Paulino contava com a comissão a que teria direito como agenciador da publicidade para resolver problemas financeiros urgentes.

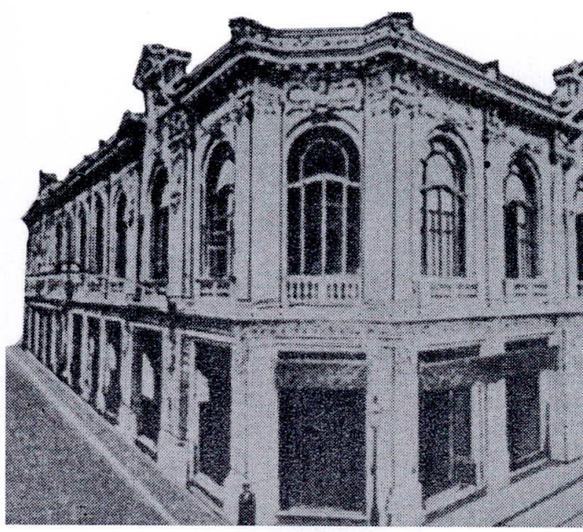
Como a Caixa não tinha verba específica para publicidade, limitando-se a fazer pequenos anúncios em jornais ou em suas próprias publicações, Paulino solicitou um empréstimo sob consignação. Seria fácil deduzir as prestações de seu salário porque havia um tesoureiro da Caixa na sede da Imprensa Nacional, no largo da Carioca. Novamente seu pedido foi recusado. Além de não estar autorizada por lei, a Caixa nem sequer sabia como realizar tal operação. Mas Paulino não se deu por vencido: prometeu apresentar no dia seguinte um dossiê sobre essa modalidade de empréstimo baseado em documentos do extinto Banco dos Funcionários Públicos, que, apesar do nome, era privado. Também garantiu ter informações de que Getúlio Vargas assinaria em breve uma lei nesse sentido.

Ele estava certo. A Lei nº 20.250, de 18 de julho de 1931, liberou a transação, e Othon Paulino foi o primeiro a se beneficiar com ela. Recebeu três contos de réis (3:000$000) a juros de 15% ao ano, pagos em 36 prestações mensais de 104.700 réis (104$700), de acordo com a Tabela Price. Uma quantia modesta, mas de imenso valor histórico por ter dado origem à Carteira de Consignações da Caixa do Rio de Janeiro. O novo setor, aberto oficialmente em 7 de outubro de 1931, foi organizado e liderado por João Lyra Filho, considerado um dos maiores servidores da história da Caixa Econômica e futuro ministro do Tribunal de Contas.

Mas, para que a situação imaginada por João Lyra de fato se concretizasse, um outro decreto ainda seria necessário. Ele teve o número 20.383 e foi assinado em 9 de setembro de 1931 por Getúlio Vargas e José Maria Whitaker. Seu principal objetivo era "elevar o limite dos depósitos com juros nas Caixas Econômicas da União de quatro contos de réis (4:000$000) para 20 contos de réis (20:000$000)". Desde o Decreto nº 2.723, de janeiro de 1861, quantias superiores a quatro contos não venciam juros caso seus possuidores cometessem o desatino de depositá-las na Caixa. O decreto de setembro de 1931 começou a mudar a história da instituição.

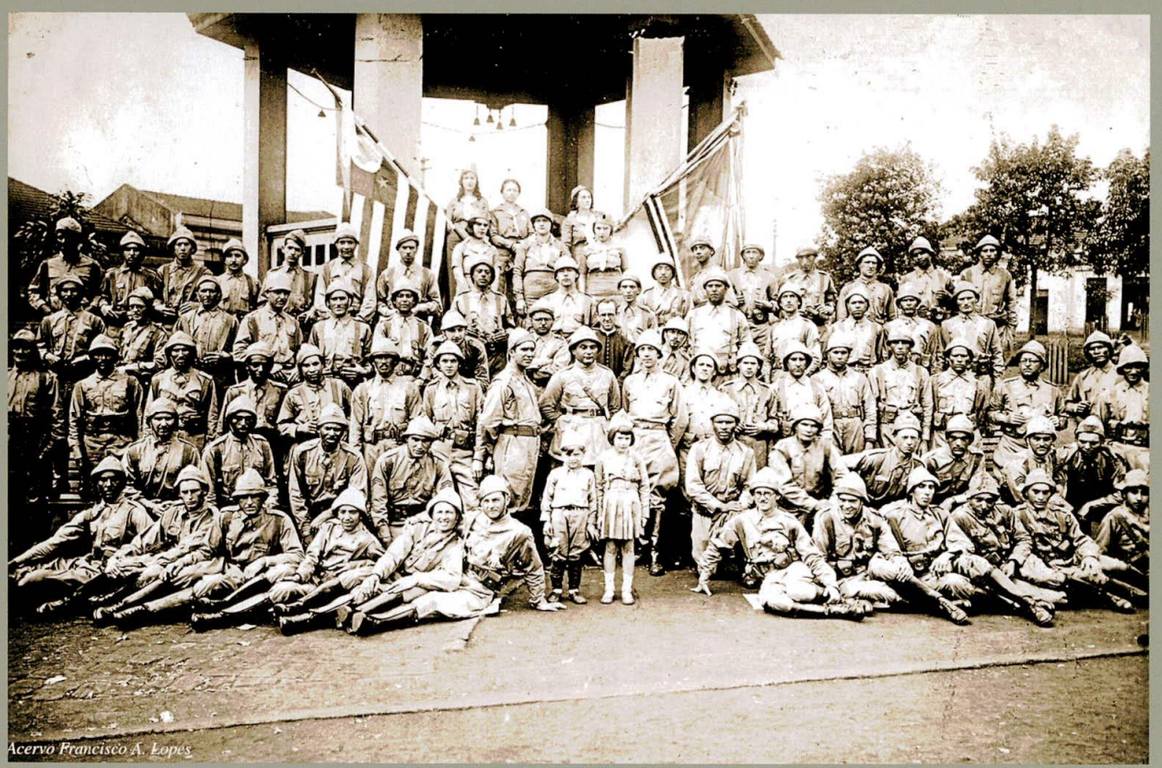
Se os primeiros tempos da Caixa do Rio sob o governo Vargas foram auspiciosos, em São Paulo o cenário não era tão alentador. Descontentes com o tratamento recebido pelo estado de seis milhões de habitantes, os paulistas foram às ruas exigir autonomia e uma Assembleia Constituinte. A Revolução Constitucionalista, que estourou em 9 de julho de 1932, teve o apoio de muitos funcionários da Caixa paulista, entre os quais figurava um certo Antônio Cornélio Pompeia, cujo depoimento está registrado no livro *História da Caixa Econômica Federal de São Paulo*, de Paulo César Ribeiro, publicado em 1997:

"A Caixa licenciava os funcionários que queriam lutar na revolução. Eu me inscrevi no primeiro dia. Servi no Batalhão 9 de Julho, o batalhão dos acadêmicos. Muitos colegas, homens e mulheres, também se inscreveram. Posteriormente fui designado para assumir o comando de uma tropa no interior do Estado de São Paulo, o 6º R.E. de Caçapava, onde metade dos oficiais tinha desertado. Eram nortistas, gaúchos, enfim, gente que não queria aderir à causa paulista".



PRIMEIRO EMPRÉSTIMO EM CONSIGNAÇÃO
Prédio da Real Sociedade Clube Ginástico Português.
Reprodução do livro *Coisas da Velha Caixa*, de Jeronymo de Castilho





Acervo Francisco A. Lopes

A GUERRA PAULISTA

Ao fazer uma breve parada em São Paulo, em outubro de 1930, antes de partir para o Rio e para o poder, Getúlio Vargas foi recebido com tal entusiasmo que chegou a se assustar. "Pequenino, de pernas curtas, de apelido 'Petiço', [Getúlio] voltou para o trem, pálido e trêmulo, temendo ser vítima dos agrados frenéticos da massa que entupia as plataformas", escreveu uma testemunha da história. Vargas permaneceria apenas 24 horas em São Paulo – tempo suficiente para, num de seus primeiros erros políticos de 1930, nomear o coronel João Alberto de Barros, "plebeu e forasteiro", como interventor do estado. Seria apenas o começo das divergências entre o novo chefe da nação e os paulistas.

Em março de 1932, embora Vargas tivesse substituído João Alberto por Pedro de Toledo, paulista e civil, este não foi um nome bem-sucedido em São Paulo. Além disso, comentava-se que Osvaldo Aranha (que acabara de assumir o lugar do paulista José Maria Whitaker como ministro da Fazenda) tentou "impor" todo o gabinete de Toledo. Não bastasse isso, o Instituto do Café seria "esvaziado" de poderes – como se para marcar claramente o fim do regime café com leite.

Depois de quatro jovens paulistas serem mortos numa manifestação de rua, vários setores da sociedade de São Paulo se ergueram na campanha pela constitucionalização do Brasil (embora seu lema fosse "São Paulo livre, civil e paulista"). A classe média, os cafeicultores e os industrialistas paulistas estavam unidos. E no dia 9 de julho de 1932 a revolta rebentou. Getúlio enviou 18 mil homens para cercar os 8,5 mil soldados revolucionários. Apesar do desequilíbrio de forças, a luta foi sangrenta e durou quase três meses. Quando a ameaça da ocupação da cidade de São Paulo tornou-se real, os paulistas decidiram se render. Segundo o historiador Bóris Fausto, *"a 'guerra paulista' teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. O movimento trouxe consequências importantes: embora vitorioso, o governo percebeu claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que precisariam fazer alguns arranjos com o poder central"*.



RICARDO XAVIER DA SILVEIRA E GETÚLIO VARGAS
O novo presidente da Caixa do Rio de Janeiro recebe o presidente do Brasil em agosto de 1937, três meses antes da eclosão do golpe do Estado Novo.
Reprodução do relatório da 3ª Reunião Congressual das Caixas Econômicas Federais do Brasil (Rio de Janeiro, 1937)

P. 123 – O ILUSTRE VISITANTE
Getúlio Vargas inaugurando a biblioteca da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul em janeiro de 1940.
Acervo da Caixa, Rio Grande do Sul

Passada a turbulência, com as eleições livres de 1933 (que seriam as últimas até 1945) e a nova Constituição no ano seguinte, as Caixas Econômicas deslancharam definitivamente. Tudo se deu graças ao Decreto nº 24.427, de 19 de junho de 1934, assinado por Getúlio Vargas e pelo novo ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, apenas três dias após a promulgação da nova Constituição e dois dias depois da eleição indireta de Vargas, referendada pela Assembleia Constituinte.

No entanto, a honraria de conduzir a Caixa Econômica do Rio a outro patamar não caberia a Solano da Cunha, mas a um novo presidente, Ricardo Xavier da Silveira, que em setembro de 1934 assumiu em definitivo o cargo que já ocupava interinamente desde 27 de julho daquele ano. Solano da Cunha começara a se afastar da presidência da Caixa em 1931, ao ser nomeado presidente da comissão encarregada de investigar o Banco do Brasil. No ano seguinte, ainda na Caixa, ele se tornou presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool e, a partir de novembro de 1932, ajudou a elaborar o anteprojeto da Constituição promulgada em 1934, tomando assento como deputado constituinte em novembro de 1933, o que o forçou a abandonar a presidência da Caixa carioca.

Mesmo após o impedimento, sua ligação com a Caixa Econômica permaneceria sólida e estreita. Isso porque o Regulamento de 1934 instituiu o Conselho Superior das Caixas Econômicas, órgão a partir de então encarregado de traçar as diretrizes das Caixas de todo o Brasil. O Conselho Superior era constituído por cinco membros, quatro deles escolhidos pelo governo, aos quais se somava o presidente da Caixa do Rio de Janeiro. Solano deixou a Caixa carioca, mas ingressou de imediato no Conselho Superior.

Ricardo Xavier da Silveira, que substituiu Solano da Cunha na presidência da Caixa do Rio, também passou a fazer parte do Conselho Superior. Xavier da Silveira era amigo íntimo de Osvaldo Aranha (1894-1960), com quem dividia a propriedade de cavalos de corrida. Homem elegante, de porte altivo e formação clássica, tinha uma visão precisa sobre o papel da Caixa Econômica. Antes da aprovação do Regulamento de 1934, que ajudou a redigir, já revelara, no ano anterior, sua indignação com o papel coadjuvante ao qual a Caixa até então estivera relegada: *"Só a Caixa Econômica do Rio de Janeiro dispunha, no Tesouro Nacional, em 31 de dezembro de 1931, da soma de 202.113 contos de réis. No entanto, essa importância, com a qual muito se poderia ter feito em benefício da economia nacional, representava, no orçamento da despesa, um gasto anual de pelo menos dez mil contos de réis, correspondentes ao serviço de juros sobre o montante dos depósitos, isso sem falar dos juros sobre os depósitos feitos nas demais Caixas do Brasil."*

O Decreto nº 24.427 criou oficialmente as carteiras de Hipoteca, Caução de Títulos, Consignações e Contas Garantidas, além de outorgar à instituição a exploração da Loteria Federal. Mas talvez o aspecto mais importante fosse aquele descrito pelo parágrafo único do artigo 57, segundo o qual, "além desses negócios, poderão as Caixas Econômicas operar em outras modalidades, sob proposta dos conselhos administrativos e aprovação do Conselho Superior". Na prática, isso queria dizer que as Caixas estavam livres para realizar quaisquer operações financeiras, desde que aprovadas por seu conselho. Não havia mais o engessamento dos regulamentos draconianos aprovados anteriormente.

O decreto também garantia às Caixas o monopólio sobre as operações de penhores a partir de um prazo concedido aos particulares (os donos das chamadas "casas de prego") para se retirarem do negócio, além de proibir casas de crédito e firmas bancárias de utilizar a denominação "Caixa Econômica", bem como as palavras "Econômica" e "Economia".

Mas o regulamento impedia as Caixas de concederem empréstimos hipotecários sob garantia

de imóveis agrícolas. Delineava-se desse modo o perfil urbano da instituição, uma vez que o setor de empréstimos destinados à agricultura seria a vocação do Banco do Brasil. O financiamento da habitação tomava forma. Os próprios funcionários das Caixas estavam autorizados a comprometer até 60% de seus vencimentos como garantia de empréstimos para compra ou construção da casa própria.

Iniciara-se de maneira inexorável a modernização e expansão das Caixas. Discurso pronunciado por Solano da Cunha é revelador da letargia dominante na instituição antes do decreto de 1934: *"Nomeado em 1918 para a Diretoria da Caixa, assisti durante 12 anos, em suas sessões, a monotonia de pequeninos casos que nos enfastiavam sempre, quando não nos humilhavam, às vezes. Eram cinco homens, quase solenemente sentados em torno de uma mesa, para decidir do levantamento de um saldo de cem ou 200 mil-réis na caderneta de poupança de uma viúva ou de um órfão, ou ainda conceder o resgate de um penhor que o mutuário havia erradamente endossado. Além disso, a concessão de uma licença, o abono de umas faltas a funcionário e nada mais. De seis em seis meses, tínhamos uma grave responsabilidade: discutir o orçamento da casa, que, se não era deficitário como os da nossa Velha República, deixava-nos um insignificante saldo que só permitiu acumular um pequeno patrimônio, depois de 70 anos de existência. Era essa a nobre missão dos antigos conselhos da Caixa.*

"Os serviços desta, dentro de um casarão dorminhoco, arrastavam-se vagarosamente em suas relações com o público, no parecido propósito de afugentar a clientela. Nas entradas ou retiradas de depósitos, pequena soma que fosse, perdiam-se minutos e minutos, muitas vezes uma hora, ou mais ainda. No serviço interno, sem braços suficientes para acudir-lhes as necessidades que crescem cada dia, encontrei contas de juros com o atraso de seis a oito anos. Tudo se estagnava. Mas o pior de tudo era o destino, ou melhor, a falta de destino, dos dinheiros depositados na Caixa".

Getúlio Vargas também não via sentido na missão das Caixas de apenas deixar o dinheiro de poupanças e penhores adormecido nos cofres públicos, em vez de atuar no desenvolvimento da nação, embora, para ele, a instituição tivesse, até ali, cumprido bem a função original de estimular no povo o senso da economia, intenção declarada de D. Pedro II ao criá-la, em 1861. Eis um pronunciamento de Vargas aos conselheiros da instituição:

"Os brasileiros, apontados noutros tempos como imprevidentes, revelam, na atualidade, louvável senso econômico. O homem que trabalha e mantém a sua família com o produto de seu salário; a mulher operária, que auxilia a vida dos entes que lhe são caros; o adolescente que completou sua aprendizagem e inicia o labor profissional; todos já compreenderam a conveniência de reservar parcelas do seu ganho em benefício da tranquilidade dos dias vindouros e como garantia contra as surpresas do destino. O hábito da economia é altamente recomendável, não só do ponto de vista das exigências materiais. Quem se habitua a separar e guardar uma pequena importância dos proventos de cada mês institui, ao mesmo tempo, uma disciplina interior, o amor à ordem nas despesas, o equilíbrio na distribuição do orçamento familiar".

O discurso foi pronunciado em 1937, ano que entraria na história do Brasil por obra de Vargas com a decretação da ditadura do Estado Novo, por meio da qual ele ficaria no poder até 1945. Vargas acabou com os partidos e, portanto, com o Parlamento, mandou os adversários políticos para a cadeia e baixou uma nova Constituição, a quarta da República, apelidada de Polaca por ter sido baseada na carta autoritária adotada pela Polônia em 1926. Vargas chegara ao poder com o golpe de 1930, elegera-se por meio de um segundo golpe, disfarçado, que fora a eleição indireta de 1934, e agora desferia o terceiro e mais poderoso de todos, ao implantar no Brasil um regime inspirado na ditadura salazarista instituída em Portugal em 1933.







OS REIS DO SERTÃO

De todos os cangaceiros que aterrorizaram o sertão nordestino nas primeiras décadas do século 20, nenhum foi mais ousado, temido e famoso que o capitão Virgulino Ferreira da Silva, que a história consagrou com o nome de Lampião, o genuíno rei do cangaço. Virgulino se tornou cangaceiro por volta de 1914, para vingar a morte de seu pai, envolvido na briga entre as famílias Carvalho e Pereira, que havia anos ensanguentava o sertão. Embora cedo tenha lavado em sangue a honra do pai assassinado, o homem tomou gosto pelas correrias armadas, pelos assaltos, incêndios, tiroteios e estupros que caracterizavam a vida bandida dos cangaceiros. E não precisou de muito tempo para se tornar o mais temido e temerário de todos eles.

No início da década de 20 já era chamado Lampião – apelido que ele mesmo forjara para si ao dizer que, nos tiroteios, sua espingarda "nunca deixava de ter clarão, qual um lampião". Por volta de 1922, quando os tenentes se rebelavam em Copacabana, no levante que ficou conhecido como 18 do Forte, e os poetas antropofágicos Mário e Oswald de Andrade surpreendiam São Paulo com uma arte intransigente, Lampião já se tornara o braço direito do cangaceiro chamado Sinhô Pereira.

Em fins daquele mesmo ano, Pereira decidiu seguir os conselhos de Padre Cícero – de quem a maioria dos cangaceiros era devota – e abandonou as estripulias do sertão. Lampião assumiu então o comando do enorme bando de cangaceiros que vivia aterrorizando os sertões de Sergipe e da Bahia. Expandiu suas atividades fazendo incursões eventuais a Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Virou lenda.

Em 12 de abril de 1926, depois de praticar os mais variados crimes e saques, atacando cidades em plena luz do dia, Lampião foi transformado em "capitão" do exército brasileiro, recebendo, por ordem do deputado Floro Bartolomeu da Costa e do mesmo Padre Cícero, fuzis Mauser e a ajuda de cerca de trezentos homens. Tinha ordens de perseguir a Coluna Prestes.

Quando descobriu que o governo não pretendia anistiá-lo e que o documento que o tornava capitão do exército não tinha validade legal, desistiu da caçada humana e – com as novas armas – retornou aos saques, aos assaltos e aos crimes.



ACIMA – NA GROTA DO ANGICO
Monumento assinala o local onde o grupo de Lampião foi morto, em julho de 1938.

ABAIXO – SEU ELIAS E A ESPOSA
Último sobrevivente da volante que matou Lampião, Elias Marques de Alencar é cliente da Caixa.



Em 1928, Lampião encontrou, na Fazenda Malhada, no interior da Bahia, aquela que seria a mulher de sua vida. Encontrou não: foi encontrado por ela. Embora casada, assim que o viu, a filha do fazendeiro, uma tal Maria Bonita, teria dito: "Esse é o homem que amo. Como é, quer me levar ou quer que eu te acompanhe?". Foi paixão à primeira vista, e Lampião e Maria Bonita ficaram juntos até a morte. Lampião cercou-a de atenção e carinho, agiu como bom marido e logo tratou de apelidá-la de "Santinha". A influência de Maria Bonita no grupo também se revelou benéfica. Graças a ela, os bandos de cangaceiros – antes exclusivamente masculinos – se tornaram "mistos" e vários "tenentes" de Lampião também se casaram. A partir de então, a ferocidade e a frequência dos ataques diminuíram. Por três vezes Lampião tentou abandonar o cangaço. Mas o chamado selvagem acabou soando sempre mais forte. Seu destino estava selado.

No final da década de 30, com Vargas e o Estado Novo no comando na nação, o cangaço estava com os dias contados, e a cabeça de Lampião, a prêmio. Em julho de 1938, o bando do rei do cangaço se instalara na localidade de Angico, no interior de Sergipe, quase na fronteira com Alagoas, em uma grota em meio à mata "branca" e cerrada. Um comerciante local, com quem Lampião costumava negociar a compra de mantimentos, delatou o grupo e forneceu a localização de seu esconderijo.

A volante comandada pelo tenente João Bezerra, da Força Pública de Alagoas, surpreendeu o bando e matou Lampião, Maria Bonita e nove outros cangaceiros. Os corpos foram jogados num riacho seco, e as cabeças, decepadas, postas em tonéis de querosene, com sal grosso, e lavadas para serem expostas nas escadarias da igreja de Santana do Ipanema, a cidade mais próxima. De lá foram conduzidas para Maceió e depois para Salvador, onde, mumificadas, passaram a fazer companhia à cabeça de Conselheiro – o beato de Canudos – no tétrico acervo do museu Nina Rodrigues. Somente em fins da década de 1960 a filha e os netos de Lampião conseguiram permissão para retirá-las de lá e dar-lhes "um enterro cristão".

Restam poucos sobreviventes daquela caçada. Um deles, seu Elias Marques de Alencar. Aos 95 anos de idade (completados em 2010), ele vive na localidade de Olho D'Água do Casado, próximo à gruta do Angico. Seu Elias é cliente da Caixa e, todos os meses, na agência local, recebe sua aposentadoria como policial militar. Seu neto é o proprietário da lotérica da cidade.

Todas as relíquias que seu Elias preservava daquele episódio macabro acabaram longe de suas mãos: a maior parte delas foi emprestada para jornalistas e pesquisadores e, apesar da promessa de que seriam devolvidas, nunca retornaram. Seu Elias se ressente, é claro – mas a verdade é que ter participado da morte de Lampião não é algo que lhe traga muitas memórias que não as associadas à angústia e ao temor de ter enfrentado um atirador exímio e à indignação de ter visto o rei do cangaço, sua mulher e nove outros cangaceiros degolados sem dó nem piedade.

Quem conhece e conviveu com Elias Marques nos tempos em que ele fez parte da volante do tenente João Bezerra sabe que ele foi um dos seus soldados mais valentes, destemidos e bons de mira. Mas seu Elias não se gaba e prefere fazer uma leitura mais comedida e autêntica: *"Eu tive medo que só o diabo"*, confessa, sentado no banco de pedra em frente à sua casa. *"Quem diz que não tinha medo de um homem daquele está mentindo. Era valente e não perdia um tiro, o mosquetão dele era bem conhecido e tinha derrubado muita gente. Não sei como não morri naquele dia na grota do Angico".*

A mitológica história de Lampião também é contada, com tons dramáticos e românticos, por

Alcineide Maria, 24 anos, que trabalha como guia na trilha rochosa que rasga a caatinga e conduz à grota na qual tombaram, varados pelas balas, Lampião, Maria Bonita e nove membros de seu grupo. A narrativa transforma Lampião no que ele de fato se tornou depois de sua morte: um herói popular, uma espécie de Robin Hood do agreste, com Maria Bonita no papel de Marian e o tenente João Bezerra como o xerife de Notthingham.

Nas proximidades da gruta do Angico e da localidade de Olho D'Água do Casado fica a cidade de Delmiro Gouveia, onde viveu o pioneiro da industrialização dos sertões e também o primeiro a criar uma usina hidroelétrica no rio São Francisco: a usina de Angiquinho, na cachoeira de Paulo Afonso. Com tal força motriz, Gouveia criou, em 1913, a Fábrica da Pedra, uma poderosa indústria têxtil, que movimentou toda a economia da região. Em 1917, ele foi misteriosamente assassinado e alguns atribuem o crime aos seus concorrentes ingleses. Uma cruz marca o local onde tombou o homem que, embora não fosse santo, também foi chamado de "o evangelizador dos sertões".





Desde 1987, a Caixa está aqui, em Delmiro Gouveia (*acima, à esquerda*), onde a industrialização do Nordeste teve início e onde "seu" Elias Marques de Alencar retira sua aposentadoria todos os meses. Mais de 20 mil famílias recebem aqui os benefícios do Bolsa-Família. A Caixa também está presente em Olho d'Água do Casado, mas lá não há agência, apenas a lotérica "A Premiada", que pertence ao neto do homem que estava presente na Grota do Angico, no dia em que tombaram Maria Bonita e Lampião. A cidade de Delmiro Gouveia anteriormente chamava-se Pedra. Mudou de nome depois que o empresário Delmiro (*ao lado*) foi assassinado, em um crime nunca esclarecido. O local onde o industrial tombou é hoje assinalado por uma cruz (*à esquerda*).





A agência da Sé

Trabalhadores em ordem unida, marchando com efígies de Getúlio Vargas; paradas escolares em moldes marciais, seguidas de aulas de moral e cívica; culto personalista ao ditador com base em propaganda massiva, conforme a cartilha nazifascista – eis alguns fatos com os quais o Brasil passaria a conviver após o golpe do Estado Novo. A mais rígida ditadura a se instalar no país teve também desdobramentos arquitetônicos, como já ocorrera em outras nações sob regimes autoritários. Inaugurada em 1939, na praça da Sé, zona central da cidade, a nova sede da Caixa de São Paulo – sólida e imponente, com suas colunas jônicas de mármore negro e requintados ornamentos metálicos – é um exemplo típico daquela época e daquela tendência.

Curiosamente, a sede da agência praça da Sé começou a ser planejada quatro anos antes do golpe, em julho de 1933, quando o então presidente da Caixa Econômica paulista, Samuel Ribeiro, encaminhou um ofício ao ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, alertando para "as condições precárias do atual edifício da Caixa" (construído em

O TEMPLO DA POUPANÇA
Fachada da agência da praça da Sé, São Paulo, 2002.

P. 129 – LINHAS MODERNAS
O prédio da Caixa visto da praça da Sé em 1940.
Museu da Caixa, São Paulo



1907 pelo renomado arquiteto Azevedo Ramos, no mesmo terreno onde seria erguida a sede nova).

"A própria caixa-forte já não inspira confiança", alarmava-se o presidente da instituição. Osvaldo Aranha deu sinal verde, e Samuel Ribeiro deflagrou o processo que resultaria na construção daquela que talvez seja a mais bela das sedes das Caixas Econômicas em todo o Brasil.

A primeira hipótese estudada foi a compra de um imóvel maior no centro da cidade. Mas nenhum dos prédios disponíveis foi aprovado. A direção da Caixa paulista optou então por adquirir os antigos casarões ao redor da refinada sede construída quase 30 anos antes por Azevedo Ramos, demoli-los e, no mesmo local, erguer a nova agência. Em fins de 1933, Albuquerque & Longo, um dos mais conceituados escritórios de arquitetura de São Paulo, foi contratado para elaborar e executar o projeto.

Logo de início houve um grave problema, que forçou modificações na planta original. Quando quase todos os imóveis localizados no quarteirão frontal à praça da Sé, entre as ruas Floriano Peixoto e Venceslau Brás, já tinham sido adquiridos pela Caixa, o proprietário do Edifício Rolim (justo na esquina com a Floriano Peixoto) recusou-se a vender o prédio pelo preço acertado anteriormente. Samuel Ribeiro ainda conseguiu obter permissão do Conselho Superior para pagar a nova quantia pedida pelo proprietário. Só que o dono do imóvel quis forçar um segundo aumento. Ribeiro desistiu da compra, solicitando que o arquiteto Alexandre Albuquerque refizesse o projeto.

Duas curiosidades cercam o episódio e o prédio em si. Primeiro, o apelido dado ao Edifício Rolim: ele era chamado de "prédio da

